

Ficha Técnica

Título

Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista nº3

Edição

Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
Rua Sá Nogueira | Pólo Universitário | Alto da Ajuda
1349-055 Lisboa – PORTUGAL _ Tel.: +351 21 361 5817
E-mail: ciaud@fa.ulisboa.pt _ Sítio: <http://ciaud.fa.ulisboa.pt/>

Conselho de Redação

Maria Manuela Mendes; Teresa Sá; José Luís Crespo; Carlos Ferreira; Jorge Nicolau

Conselho Editorial

Alessia de Biase, Laboratoire Architecture Anthropologie, ENSA Paris La Villette; Elisabete Freire, FAUL; Fernando Moreira da Silva, FAUL; Filipa Ramalhete, UAL; Frank Eckardt, Bauhaus-Universität Weimar, Fakultät Architektur und Urbanistik; Graça Índias Cordeiro, CIES-ISCTE; Graça Moreira, FAUL; Hugo Farias, FAUL; Inês Simões, FAUL; Isabel Guerra, ISCTE-IUL e UCP; Isabel Raposo, FAUL; João Cabral, FAUL; Jorge Macaísta Malheiros, IGOT-UL; Rita Almendra, FAUL; Sofia Morgado, FAUL; Tânia Ramos, FAUL; Tommaso Vitale, Centre d'études européennes, Sciences Po Urban School; Virgílio Borges Pereira, ISFLUP

Diretora

Maria Manuela Mendes

Créditos

Ilustração da Capa

Miguel Rafael

Design gráfico

Samantha Alves Martinho

Edição digital

ISSN: 2183-4644

url: http://biblioteca.fa.ulisboa.pt/images/revistas/espacos_vividos_e_espacos_construidos03.pdf

Apoios

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação e Ciência

CIAUD – Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Apresentação de originais:

Os textos submetidos para publicação terão que respeitar um conjunto de normas formais indicadas em lugar próprio (ver Índice).

ESTUDOS SOBRE A CIDADE

ESPAÇOS

VIVIDOS • CONSTRUÍDOS

Revista Anual
Número °3, 2016

Lista de Autores

Diana Graça - Arquiteta na empresa VerticeConcept, Lda. Mestre em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Isabel Raposo - Professora Associada da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, coordenadora do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais Urbanos e Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

Joana Fernandes - Arquitecta com Mestrado Integrado Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

João Rafael Santos – Arquitecto; doutorado em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa; Professor Auxiliar na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa e investigador no CIAUD – Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa.

Maria João Pereira - Arquiteta com Mestrado Integrado em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Patrícia Matias - Doutora em Design com a tese “Soluções Residenciais para idosos em Portugal no séc. XXI – Design de Ambientes e Privacidade”, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Roselane Bezerra - Socióloga e Professora da Licenciatura em Gestão de Políticas Públicas e do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. Doutorada em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e Pós-Doutorada pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Sílvia Jorge - Arquiteta, mestre em “Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos” pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, doutoranda em Urbanismo na mesma instituição académica. Membro do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais Urbanos e Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

Tiago de Almada Cardoso Proença de Oliveira - Arquitecto, Doutor pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Foi assistente convidado no IADE, na FAUTL e no ISMAT

Zélia Simões - Arquiteta e doutoranda do Curso de Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Membro fundador do Grupo de Investigação de Cor e Luz e Investigadora colaboradora do CIAUD - Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design da FAUL.

ÍNDICE

7

Editorial, *Manuela Mendes*

8

O turismo e a cidade das redes: conflitos e oportunidades da requalificação infraestrutural e do espaço público no centro antigo de Lisboa, *João Rafael Santos*

26

A luz e a cor na requalificação da paisagem diurna e noturna: rua Cândido dos Reis, Cacilhas – Almada, *Zélia Simões e Roselane Bezerra*

37

Qualificação de bairros peri-centrais autoproduzidos em Lisboa e Maputo: virtudes e vicissitudes dos processos, *Isabel Raposo e Sílvia Jorge*

51

A importância do desenho do espaço público, *Maria João Pereira*

60

Espaço público – sociabilidades e práticas sociais em Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), *Joana Fernandes*

69

O espaço da arquitetura moderna. Expressão e abstração, *Tiago de Almada Cardoso Proença de Oliveira*

77

“Ageing in place”: reflexões sobre o conceito e desafios para Portugal, *Patrícia Matias*

86

Arquitetura na (c)idade. Olhares e discursos em torno dos equipamentos para pessoas idosas na cidade de Lisboa, *Diana Graça*

Editorial

O terceiro número da revista “Espaços vividos, Espaços construídos: Estudos sobre a cidade, o primeiro do ano de 2016, apresenta um conjunto de 8 artigos sobre temáticas e abordagens teóricas e metodológicas muito diversas e que marcam a atualidade da agenda na área dos estudos urbanos.

A abrir, encontramos uma digressão sobre as mais recentes transformações da cidade de Lisboa e sobre os novos desafios que se colocam ao seu centro antigo e que são alvo de análise por parte de João Rafael Santos. O autor contextualiza o fenómeno recente da turistificação de Lisboa à luz de estratégias de revitalização urbana com ligações ao planeamento urbano e à gestão urbanística.

Um conjunto de textos tem como mote central a (re)qualificação do espaço. Zélia Simões e Roselane Bezerra abordam a importância e a aplicabilidade da luz e da cor na requalificação da imagem arquitetónica e urbana da paisagem diurna e noturna na zona de Cacilhas em Almada. Fazem ainda alusão às potencialidades do uso da cor na reinvenção da cidade e ao uso de uma metodologia de planeamento interdisciplinar neste contexto de intervenção urbana.

No artigo da autoria de Isabel Raposo e Sílvia Jorge fica claro que a participação e a incorporação dos saberes da população residente nos projetos de arquitetura e urbanismo não constituem propriamente uma ameaça ao saber técnico e à decisão política, constituindo antes de mais um exercício de cidadania por parte dos técnicos e dos cidadãos residentes. É através dessa interção que é possível refundar uma democracia participativa e de proximidade potenciadora de processos de autonomização, empowerment, a fim de promover o bem comum e a qualidade de vida na cidade de e para todos.

A este respeito ambas as autoras ao ressitua-rem a sua análise na perspetiva de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade, apresentam uma reflexão crítica sobre a qualificação urbana em bairros peri-centrais e autoproduzidos em Lisboa e Maputo. As autoras desenvolvem uma análise reflexiva e comparativa em que se evidencia os fatores que favoreceram a qualificação e os que obstaculizam o processo. De referir que os habitantes mais marginalizados são os habitantes dos dois exemplos nacionais. Por outro lado, estes foram mais ouvidos e auscultados comparativamente com os residentes de Mapu-

toque são ignorados e silenciados. Situando-se na Área Metropolitana de Lisboa, Joana Fernandes assume que a diversidade, complexidade e cambiantes das Áreas Urbanas de Génese Ilegal exige uma abordagem e intervenção multidisciplinar. Neste texto, o olhar do arquiteto é cruzado com a visão das ciências sociais, no sentido de indagar qual o lugar do bairro na sociedade e na cidade hodiernas. A autora apresenta ainda algumas estratégias diferenciadas com o intuito de valorizar e potencializar a gestão e ocupação do solo e melhorar a qualidade de vida dos residentes nas AUGIS.

Neste domínio, a proposta de Maria João Pereira parte de uma reflexão sobre o desenho urbano num território da cidade de Lisboa – o Vale do Rio Seco. Reconhecendo a importância da ligação entre o urbanismo e as ciências sociais, a autora analisa o pensamento de três autores: Richard Sennett, François Ascher e Jan Gehl, sobre o espaço público, procurando encontrar neles propostas que não só respondam às necessidades e expectativas dos habitantes, mas que também propiciem novas vivências individuais e sociais.

O contributo de Tiago Cardoso centra-se sobre o lugar do espaço na arquitetura moderna, realçando a importância da planta livre, demonstrando a inevitabilidade, e até a conveniência, de um espaço moderno homogéneo e isotrópico.

A Revista encerra com dois textos, o de Patrícia Matias e o de Diana Graça. Ambas as autoras partem de perspetivas distintas, embora complementares: a primeira situa-se no quadro do design inclusivo, e a segunda focaliza-se no âmbito da análise urbana e arquitetónica. Contudo, ambas questionam o papel das políticas urbanas ao nível da gestão e organização do território e das estruturas arquitetónicas no sentido de conferir às pessoas idosas um habitar confortável e digno nesta fase do seu ciclo de vida. Sendo escassos os trabalhos em língua portuguesa nos domínios da arquitetura e do urbanismo que abordam o envelhecimento demográfico relacionando-o com o espaço urbano e com as estruturas arquitetónicas, estes dois textos vem de certo modo colmatar esta lacuna e vazio.

Maria Manuela Mendes

O turismo e a cidade das redes: Conflitos e oportunidades da requalificação infraestrutural e do espaço público no centro antigo de Lisboa

Tourism and the networked city: conflicts and opportunities in infrastructural and public space requalification of Lisbon's historical centre

João Rafael Santos¹

Resumo

Apesar do declínio económico e da diminuição do investimento público em grandes infraestruturas, Lisboa tem vindo a afirmar-se como um dos destinos mais atrativos da Europa. O turismo tem desempenhado um papel significativo na indução de transformações funcionais e espaciais nas áreas históricas da cidade. Para isso também contribuíram diversos projetos de requalificação de espaço público, de renovação de equipamentos urbanos e de melhoria de ligações nodais das redes de transporte coletivo. Contudo, este processo tem sido também acompanhado por aspetos críticos associados à *touristificação* e a situações de conflitualidade com tecidos sociais e usos existentes. O artigo desenvolve uma leitura relacional desta dinâmica, a partir da discussão de alguns projetos urbanos específicos.

Palavras-chave

touristification, infraestruturas de mobilidade, espaço público, Lisboa

Abstract

Despite considerable slowdown in economic activities and constraints to public investment in large scale infrastructure, Lisbon is emerging as one of the most attractive destinations in Europe. Tourism has been driving major changes in the functional realm of the city's historical districts. Recently upgraded transportation nodes, public space renewal and refurbished urban facilities have also played a meaningful role in this process. However, issues such as touristification and conflict with existing social fabrics and uses are also being pinpointed with criticism. The paper provides insight into some aspects of this process with a look on specific urban projects.

Keywords

touristification, mobility infrastructures, public space, Lisbon

Introdução

Num quadro de transição socioeconómica, marcada pela redução do investimento em grandes infraestruturas e aposta numa economia baseada na prestação de serviços e no turismo, o papel das políticas urbanas no desenvolvimento de redes qualificadas de espaço público e de mobilidade coletiva enfrenta renovados desafios. Questões relacionadas com a priorização de investimentos, a gestão de equipamentos coletivos ou o controlo de transformações do parque edificado são sujeitas a novas pressões por via do crescente papel do turismo urbano na atenuação dos efeitos da crise económica.

Como contributo específico para esta discussão, exploram-se ligações críticas entre a consolidação do aparato infraestrutural de escala me-

tropolitana, implementado de forma gradual nas últimas duas décadas com recurso significativo ao financiamento dos Fundos de Coesão da UE, e as transformações de escala mais local na cidade de Lisboa, associadas ao projeto de qualificação urbana e à dinâmica da atividade turística. O foco em torno de alguns exemplos de projeto urbano e de espaço público proporciona um campo de problematização onde se intersecta a abordagem morfológica, a teorização da transição infraestrutural urbana, e as práticas sociais – neste caso, as que se associam ao turismo.

Mais do que uma abordagem relativa à sua dimensão como produto comercial, pretende-se aqui explorar o turismo na sua dimensão como produto especializado, no qual interagem diversos atores, e que estabelece articulações ricas e complexas com o quadro territorial em que se

¹ Arquitecto; doutorado em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa; Professor Auxiliar na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa e investigador no CIAUD – Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, e-mail: jrs@fa.ulisboa.pt

inscreve. Esta discussão resulta de um conjunto de leituras interpretativas de base morfológica da relação entre o desenvolvimento de padrões de urbanização no contexto metropolitano de Lisboa e os seus diversos suportes infraestruturais (Santos, 2012a). Numa segunda oportunidade apontam-se situações de maior especificidade, nas quais se revelam transformações recentes do ponto de vista do desenvolvimento de projetos urbanos e de implementação de redes infraestruturais (Santos, 2012b, 2013), correspondendo a situações de dinâmica mais visível no centro antigo e na frente ribeirinha em particular.

A delimitação da área de estudo – designada de forma simplificada como *centro antigo de Lisboa* – incide sobre espaços de ocupação mais antiga da cidade, sobre os quais se reconhece um particular interesse patrimonial e cultural e que, no contexto do tema do artigo, têm sido objeto de diversas intervenções de modernização das infraestruturas de mobilidade e de requalificação do espaço público. São áreas também reconhecidas como de particular atração turística. Neste quadro, e embora se reconheça a complexidade e leitura poliédrica dos conceitos de *centro* ou de *centro histórico*, opta-se por restringir a área de estudo ao território delimitado pelas freguesias de Misericórdia, Santa Maria Maior, São Vicente, Arroios e Santo António.

A estrutura do artigo subdivide-se em três partes: a revisão da literatura focada na relação entre turismo e espaço urbano, a identificação de projetos relevantes desenvolvidos em Lisboa e uma discussão articulada entre conflitos e oportunidades emergentes.

A expressão urbana do turismo

A organização espacial do turismo revela interdependências significativas com dimensões mais gerais da dinâmica urbanística das cidades. O turismo constitui uma atividade motora do território, com efeitos indutores ao nível da atratividade económica, espacial e cultural, mas também ao nível dos processos de reabilitação física e de revitalização socio-espacial do tecido urbano. Contudo, e como atividade complexa que é, a abordagem ao turismo exige um posicionamento crítico, que identifique e discuta os fatores de oportunidade mas também de conflito. A leitura espacializada da relação entre turismo e cidade poderá contribuir para a sua melhor compreensão, mas também para a formulação e adaptação de políticas com incidência no ordenamento e gestão do território.

Neste quadro, podem-se identificar três linhas

de discussão em torno da relação entre o turismo e o aparato espacial e infraestrutural das cidades:

- Os padrões espaciais do turismo urbano, sua evolução e reconfiguração;
- A articulação argumentativa entre revitalização urbana e turismo;
- A conexão (global) de infraestruturas (locais) como interface entre cidade e turismo.

Os padrões espaciais do turismo urbano, sua evolução e reconfiguração

A afirmação do turismo como fenómeno de massas é contemporâneo e concomitante com a consolidação do modelo *Fordista* de organização socioeconómica. Neste modelo, as atividades de lazer e o usufruto de férias laborais constituem uma forma de consumo, ela própria ancorada no aparato industrial, de organização laboral e de providência social engendrado no século XX (Hoffman *et al.*, 2003). É construída uma dualidade espaço-temporal relativamente bem afirmada e interdependente entre o trabalho e o lazer – à métrica temporal de pausas, fins-de-semana e férias, associa-se uma disjunção espacial, um *escape*, dos territórios que permitem o usufruto desse tempo livre: os destinos turísticos. Pode-se assim identificar um binómio conceptual entre a cidade industrial *Fordista* e os espaços de lazer e *escape* de massas. Neste paradigma, as cidades e o espaço público desempenham um papel relativamente subsidiário nas práticas turísticas e de lazer, face a outros espaços ou produtos, como áreas balneares, *resorts* e enclaves ou parques temáticos (Judd, 2003). Com exceção de cidades com uma reputação turística há muito estabelecida, como Roma, Paris ou Viena, a exploração turística da maioria das cidades ocidentais durante grande parte do século XX, configurava-se como complemento ou desvio face aos espaços nucleares da experiência turística. Mesmo naquelas cidades capitais, a organização espacial da visita turística concentrava-se nos espaços monumentais e museus, ou seja, momentos singulares, frequentemente experienciados como *arquipélagos*, pré-organizados em pacote e segundo itinerários estabelecidos.

A transição para lógicas pós-industriais de organização da sociedade e da economia, é acompanhada pela erosão progressiva da dualidade binómica entre espaços e tempos de trabalho e de lazer. Não só os fundamentos do *Fordismo* são desafiados pela crescente individualização dos comportamentos e das práticas, pela reorga-

nização produtiva e pela globalização económica, como também se assiste a uma profunda reconfiguração dos suportes espaciais e funcionais do turismo. O desenvolvimento exponencial do transporte aéreo, com a redução de custos e preços e a multiplicação de ligações internacionais, alargou significativamente os horizontes disponíveis e acessíveis da oferta turística. A procura de experiências diferentes e únicas resultou não só na exploração de novos, longínquos e exóticos destinos, mas também na crescente competição entre cidades para atrair investimento em condições de acolhimento, organização de eventos e atração de um conjunto cada vez mais heterogéneo e exigente de visitantes (Hoffman *et al*, 2003).

Numa leitura simplificada, podem-se destacar duas categorias gerais de conformação espacial das atividades turísticas:

- a estruturação de um aparato em que os elementos de atração se organizam em espaços tematizados, fortemente mediatizados e espacialmente delimitados (*mega-shoppings*, parques de diversão, *resorts* balneares, complexos de casinos, estruturas urbanas e patrimoniais quase integralmente dependentes da exploração turística, como Veneza), produzindo um quadro conceptualizado como *híper-turismo* (Costa, 1995);
- a produção de uma paisagem turística de maior riqueza, diversidade e complexidade, a partir de estímulos multifuncionais, relacionais e até mesmo colaborativos (Costa e Martinotti, 2003), onde interagem visitantes, *city users* e residentes. Dessa interação dinâmica e apoiada na copresença entre formas de exploração pontuais e temporárias com práticas mais enraizadas no sítio, poder-se-á conceber um quadro *territorializado* do turismo.

Nestas circunstâncias, a diversificação da procura é acompanhada pela diversificação da oferta. Do ponto de vista do espaço urbano, a atração polarizada por monumentos e sítios de exceção patrimonial são agora encarados como parte de uma experiência mais alargada, em que ganham protagonismo lugares de natureza diversificada. Áreas industriais desativadas, antigas frentes portuárias ou complexos ferroviários sem utilização constituem uma das faces mais visíveis dos cenários urbanos pós-industriais. No entanto, e por outro lado, também áreas de maior marginalização e exclusão socio-espacial, espaços sujeitos a congestão de tráfego rodoviário ou áreas centrais anteriormente focadas em serviços e escritórios, parecem constituir um

foco de descoberta e de atração, por via de características identitárias próprias ou dinâmicas alternativas de socialização e representação cultural. É nesta equação que uma lógica mais territorializada do turismo encontra condições de atração e aproximação, a partir de uma procura mais sensível às especificidades culturais e relacionais dos lugares.

Assiste-se a uma multiplicação e a uma diversificação de motivações na base da procura turística (Costa e Martinotti, 2003). Entre elas, ganham mais relevo aquelas que procuram práticas locais de apropriação e de interação com o tecido social e com as expressões culturais de uma dada comunidade. No mesmo sentido, as anteriores dualidades espaço-temporais do trabalho e recreio tendem a ser erodidas por uma maior fluidez na definição dos respetivos espaços e práticas associadas. A cidade ganha novamente um papel central como espaço para aquela coexistência, de fronteiras mais diluídas entre as motivações, origens e comportamentos dos que a procuram. Imagine-se um grupo que visita uma cidade para participar numa conferência ou numa reunião de negócios; à tarde, partilham a vista e uma bebida de uma esplanada num miradouro, acompanhados por colegas locais que, trabalhando no centro da cidade, residem a cerca de 20 km de distância. Mais tarde, são convidados para um concerto num espaço projetado por um conhecido arquiteto; pelos espaços mais escondidos do público, encontra-se um grupo de visitantes orientais atraídos pela sofisticação do projeto. O seu guia é um estudante internacional associado a um pequeno operador local, especializado na organização de visitas programadas à medida e com recurso a dispositivos multimédia e aplicações móveis. Todas as visitas iniciam-se no mercado adjacente, recentemente renovado, onde vendedores de vegetais e frutas emprestam o seu charme e vendem os seus produtos tanto aos pequenos balcões de venda de comida que se apropriaram de uma parte do mercado, como aos residentes locais do bairro. Esta ficção retrata facetas múltiplas de uma paisagem cada vez mais corrente de práticas urbanas, onde se cruzam pessoas em papéis que dificilmente se poderão categorizar de forma simples e unívoca como residentes, turistas, ou trabalhadores locais. O turismo pós-industrial pode ser, assim, metaforicamente encarado como uma forma de *bricolage* de experiências (Judd, 2003), quer quando concebidas à medida para turistas de maior capacidade económica, quer quando baseadas na oferta de produtos transversais à vida na cidade, quer ainda quando construídas peça a peça por

viajantes com orçamentos *low cost* e em busca de um caminho mais autónomo de descoberta.

A articulação argumentativa entre revitalização urbana e turismo

Quando enquadrada como parte de estratégias de revitalização urbana, a dinâmica turística estabelece ligações significativas com várias dimensões do planeamento urbano e da gestão urbanística. Por um lado, e no que respeita à intervenção pública nesse processo, colocam-se questões de priorização de investimento no domínio público e em equipamentos urbanos; por outro lado, disciplina do investimento privado, articula-se com a normativa e regulação das atividades comerciais e de alojamento, mas também com formas de parceria e de cooperação na promoção, animação e prestação de serviços turísticos.

Tal como reconhecido por Costa e Martinotti (2003), o turismo desempenha atualmente uma papel estratégico no quadro das dinâmicas locais de desenvolvimento urbano, substituindo outros sectores, nomeadamente a indústria, como motor económico e de criação de emprego de muitas cidades. Numa economia baseada em serviços, as atividades relacionadas com o consumo e com o lazer constituem uma base particularmente atrativa como suporte da refuncionalização de antigas áreas industriais e infraestruturais, esvaziadas pelo declínio do sector produtivo. Na construção programática de alguns grandes projetos dessa natureza, combinam-se argumentos de maior sensibilidade ambiental, da importância da fruição e do lazer, e da criação de novos empregos. Contudo, num quadro determinado fundamentalmente por uma racionalidade liberal de mercado, estes discursos confronta-se com diversas questões problemáticas e campos de conflito face aos tecidos socio-espaciais em que se inserem (Hayllar *et al.*, 2008; Spirou, 2011; Moufakkir e Burns, 2012; Wilson e Tallon, 2012). Na triangulação das interdependências entre turismo, desenvolvimento urbano e tecido sociocultural, apresentam-se como conceitos críticos fundamentais o fenómeno da *touristification* – a transformação de espaços urbanos até aí diversos e multifuncionais, sob uma pressão preponderante de lógicas de produção e consumo turístico –, e o de *commodification* do espaço urbano – ou seja, de atribuição de um valor económico e de uma lógica de gestão e organização dependentes do mercado.

Quer quando encarado como panaceia genérica face a situações de declínio económico das

cidades, quer integrado em lógicas mais polifacetadas de regeneração de determinados tecidos e espaços urbanos, o turismo está sujeito aos conflitos e limiares de sustentabilidade. Tal como a produção industrial ou qualquer outra atividade, o turismo explora, de forma específica, um conjunto multidimensional de recursos: espaciais, ambientais, humanos, culturais. Contudo, quando desenvolvida no contexto urbano, a mobilização de recursos pela atividade turística é de mais difícil quantificação e gestão enquanto *stock*. Estes recursos interligam-se e interagem num estado de maior fluidez, entre o material e o imaterial; são co-construídos entre muitos atores, quer locais, quer exteriores, numa geografia relacional onde se cruzam escalas muito díspares; são recursos que se reinventam e se produzem segundo novas configurações a cada momento, ao mesmo tempo que se revelam particularmente frágeis perante fenómenos conjunturais e inesperados (por exemplo, os impactes do terrorismo, de convulsões sociopolíticas ou de desastres naturais).

Tomando os grandes eventos como objeto de investigação na abordagem aos padrões do turismo urbano, van den Berg *et al.* (2003) argumentam que é reconhecível uma diferença entre as lógicas desenvolvidas no contexto europeu face a um modelo mais presente no contexto Americano e que privilegia soluções turísticas de maior segregação espacial face aos tecidos envolventes. Graças a uma complexa estratificação histórica, as cidades europeias tendem a garantir uma maior integração entre os espaços turísticos e os tecidos urbanos correntes. Neste quadro, as tensões relativas a fenómenos de deslocação e/ou substituição da população ou de fricção cultural parecem ser, à partida, menos expressivas. Contudo, mesmo cidades como Barcelona, onde há muito que se reconhece uma dinâmica de participação e mobilização cívica em torno das questões urbanas e uma sensibilidade apurada face à importância do domínio público (Smith, 2005; Capel, 2007), enfrentam uma situação de sobre exploração de um dos seus recursos mais valorizados – o próprio espaço coletivo (Diaz-Parra, 2015).

Num contexto de arrefecimento ou retração económica, a exploração de uma forma de capital urbano particularmente atrativo, segundo mecanismos relativamente desregulados e sem um enquadramento estratégico e de aferição do interesse público, pode constituir uma tentação arriscada (Tulumello, 2015). A substituição de investimento público e a desarticulação de mecanismos de controlo na transformação do espaço urbano, quer da sua infraestrutura e espaço exterior, quer

do parque edificado, por iniciativas de curto prazo, parcelares e conjunturais, têm vindo a ganhar expressão num quadro de aproveitamento rápido de oportunidades turísticas. O risco desta tendência prende-se precisamente com o fenómeno da mercantilização – ou *commodification* – de tudo o que orbita o universo do turismo – incluindo as redes, infraestruturas, equipamentos urbanos, o espaço público ou a cultura –, numa extensão daquilo que Spirou (2011) identifica como a mercantilização do prazer.

A oferta de conexões (globais) a redes infraestruturais (locais) como suporte da atividade turística é provavelmente uma das áreas onde os frágeis equilíbrios entre a mercantilização e a manutenção de um carácter público são mais evidentes e onde o processo de planeamento e decisão urbanística é mais crítico. A problematização desenvolvida em torno de configurações exclusivas e segregadas de redes infraestruturais urbanas (Graham e Marvin, 2001) revelou não só as suas lógicas de organização e financiamento, mas também os impactes paralelos em termos do desenvolvimento socio-espacial desigual: é o caso das ligações *premium* a aeroportos, terminais de cruzeiros ou *campus* de terciário e de I&D ou da oferta de equipamentos e serviços exclusivos (segurança, limpeza e gestão de resíduos, por exemplo) e de cenários urbanos recortados do domínio partilhado e coletivo. Cidades onde se mantenham níveis elevados de multifuncionalidade e coexistência de atividades no espaço urbano, situação relativamente comum no sul da Europa, estarão em melhor posição para atenuar situações tão extremadas como as que são comuns noutros contextos de maior polarização e segregação socio-espacial. Ainda assim, vão fazendo o seu caminho formas relativamente discretas e subliminares de privatização, mercantilização, controlo e diferenciação de acesso aos espaços e às redes urbanas (Mendes, 2013a: 44). Em Lisboa, o caso da gestão urbana do Parque das Nações, no pós-Expo 1998, constituiu um bom exemplo do estado de exceção na gestão do domínio público (Cabral e Rato, 2003) através de uma entidade de estatuto diferenciado – a *ParqueExpo*, SA. Outros casos, mais recentes e diretamente relacionados com a atividade turística constituem exemplo desta tendência. Nos pontos seguintes traçar-se-á uma leitura

breve de alguns, colocando em evidência os aspetos críticos da relação entre turismo, redes de infraestrutura urbana e gestão do espaço coletivo da cidade.

A paisagem emergente do turismo em Lisboa

Na sequência de projetos de grande visibilidade internacional como a Capital Europeia da Cultura de 1994, a Exposição Internacional de 1998 e o Campeonato Europeu de Futebol de 2004, Lisboa tem vindo progressivamente a afirmar-se como um destino turístico de relevo no quadro Europeu. Estes projetos imprimiram uma transformação significativa nas redes infraestruturais e nos equipamentos coletivos da cidade, acompanhada por uma maior valorização do património urbano, do espaço público e da oferta de eventos culturais. A combinação entre uma maior visibilidade internacional e condições favoráveis de atratividade local (preços relativamente baixos, clima ameno, forte identidade cultural, riqueza patrimonial e da paisagem, segurança e simpatia, oferta de lazer e vida urbana diversificada e cosmopolita) traduziu-se num aumento estável do número de visitantes internacionais (figura 1). Desde 2009, o sector do turismo em Lisboa teve um aumento anual médio de 6%, com destaque para os mercados Europeus como a principal origem de visitantes (55%), não obstante um aumento significativo de turistas do Brasil, Rússia e China (ATL, 2012, 2013, 2015).

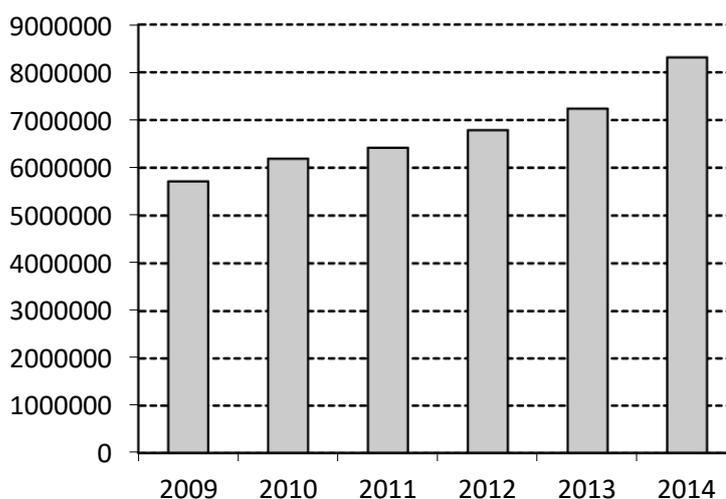


Figura 1 – Estadias em Lisboa (cidade)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística: Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria [Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS 2002) e Tipo (estabelecimento hoteleiro) Anual – 2009 a 2014]

Tirando partido desta tendência geral, começaram a ganhar destaque nichos específicos de oferta turística, reforçando a atratividade do destino Lisboa: o mercado dos cruzeiros (figura 2), os operadores aéreos *low-cost* (figura 3) e os sectores dos *hostels* e do alojamento local (JLL, 2015). Neste quadro, a categoria mais representativa da procura turística é a que se associa aos *city-breaks*, estadias de curta duração, com uma forte relação com a experiência da cidade e das suas ofertas, beneficiando da facilidade de acesso, com o aeroporto próximo do centro e o crescimento de ligações aéreas de baixo custo, e da projeção de uma imagem matizada entre o cosmopolitismo da metrópole e o carácter cultural da tradição mediterrânica do Sul. Um aspeto que merece particular atenção é o que articula a performance turística de Lisboa com as transformações decorrentes do quadro de forte austeridade económica e financeira em curso, em particular desde 2011. O turismo é praticamente o único grande sector económico de Lisboa com um desempenho claramente ascendente.

Este crescimento exige, contudo, uma perspetiva crítica, nomeadamente no que respeita à

sua sustentação a longo-prazo. As atuais formas de oferta turística, embora reconhecidas como inovadoras e com forte capacidade de atração, mantêm-se direcionadas a estratos económicos relativamente baixos. A posição de Lisboa no quadro do valor económico do seu produto turístico mantém-se relativamente distante de outras cidades com mercados comparáveis (ATL, 2014). Por outro lado, a pressão sobre as condições de habitabilidade e de custo de vida da população local, tem vindo também a aumentar e a despertar a necessidade de debate sobre o desejável equilíbrio funcional, económico e social da exploração turística da cidade.

A oferta turística está concentrada principalmente nas áreas de interesse histórico e patrimonial mais convencional, como a Baixa e o Chiado, os antigos bairros de Alfama, Castelo e Príncipe Real, e a área monumental de Belém. Contudo, áreas anteriormente vocacionadas para um perfil de visitante mais ligado a estadias de negócio (eixo Avenida da Liberdade-Saldanha-Entrecampos e Amoreiras), têm também vindo a afirmar-se na geografia do alojamento e de uma oferta co-

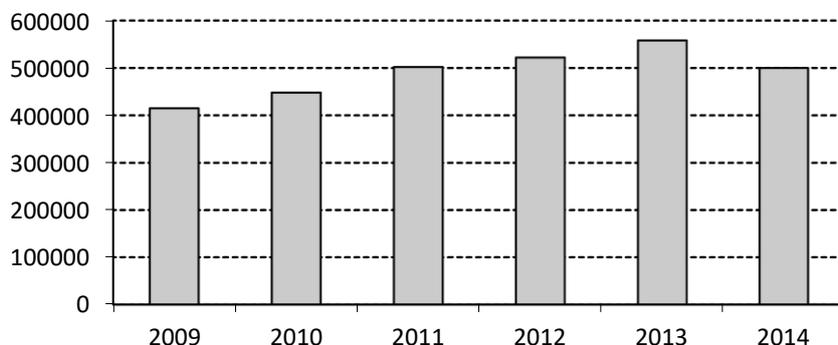


Figura 2 – Movimento de navios de cruzeiro no porto de Lisboa.

Fonte: Administração do Porto de Lisboa, Estatísticas da atividade portuária: 2009 a 2014

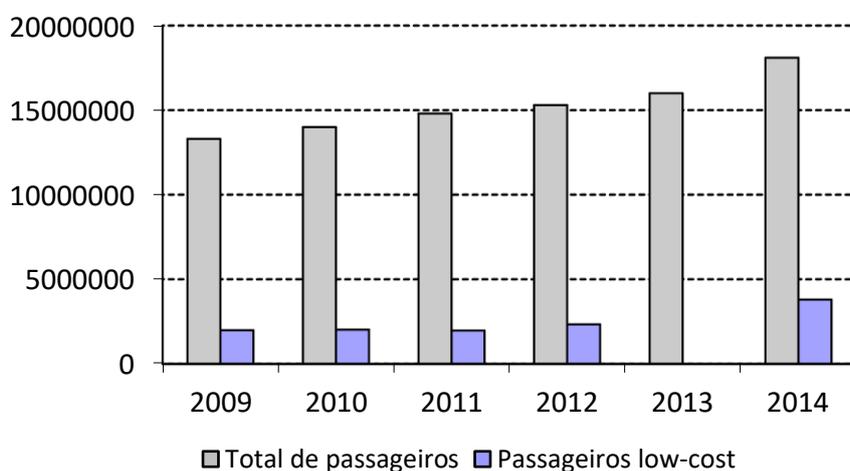


Figura 3 – Movimento de passageiros no aeroporto de Lisboa

Fonte: ANA – Aeroportos e Navegação Aérea. Estatísticas de tráfego comercial: 2009 a 2014

mercial mais diversificada (ATL, 2014). Para além do *produto* marcadamente urbano que o centro antigo de Lisboa oferece, também se reconhece uma maior dinâmica noutros domínios complementares:

- a promoção do património cultural imaterial e de nichos criativos, de que se podem tomar como exemplo o reconhecimento internacional do Fado, a dinâmica associada às festas populares, a apropriação de espaços obsoletos para novos segmentos económicos de pequena escala ou a dinamização de associações culturais ancoradas em ligações locais renovadas e com maior interação geracional e étnica;
- a requalificação da frente ribeirinha e de espaços de singularidade paisagística, quer na cidade (o caso dos jardins-miradouros) quer na área de influência metropolitana, nomeadamente nos eixos de Sintra e de Cascais;
- a valorização progressiva de ofertas menos massificadas e com maior expressão em territórios mais afastados do centro metropolitano, como o golfe, o eno-turismo, a caça e o turismo equestre, o *bird-watching*, os desportos náuticos e outras atividades ao ar livre.

O desenvolvimento do sistema de espaço público e da rede de infraestruturas de mobilidade de Lisboa

A última década configura-se como um período de transição dos estratos infraestruturais metropolitanos de Lisboa para uma condição que pode ser caracterizada como um *tecido conectivo* (Santos, 2012a). Este tecido é estabelecido através de: 1) recombinação multi-escalar de diversas redes de mobilidade, abastecimento e comunicação; 2) desenvolvimento de intervenções de requalificação espacial e reconversão funcional em espaços de articulação e de elevada conectividade no tecido metropolitano; 3) a introdução de nós intermodais de transporte de elevada complexidade.

A conexão de nós metropolitanos no centro antigo da cidade

Neste período, evidenciaram-se transformações de âmbito mais local na cidade de Lisboa, como resultado da expansão da rede de metropolitana e sua interligação em novas estações intermodais com a rede ferroviária, com o aeroporto e com

um conjunto de terminais fluviais e rodoviários. Nas áreas adjacentes a estas novas estações, foram desenvolvidos projetos de qualificação do espaço público, contribuindo para uma estrutura urbana mais coesa e equilibrada.

Com particular impacto na organização da dinâmica turística, os interfaces do Terreiro do Paço, Rossio, Cais do Sodré e Santa Apolónia desempenham um papel fundamental na mobilidade urbana. Até à intervenção de reformulação intermodal decorrida desde os finais da década de 1990, estas estações funcionavam de forma autónoma, como terminais das respetivas linhas ferroviárias ou fluviais, mas sem articulação entre si e com outras redes de transporte. Com o reforço da articulação intermodal, ficaram ligados à rede de metropolitano, definindo um novo patamar fundamental para uma mobilidade eficiente e em rede nas áreas centrais da cidade. Também significativa, foi a qualificação espacial que foi assim proporcionada aos milhares de habitantes, *city users* e turistas que as utilizam, particularmente na relação urbana e paisagística com algumas das praças e espaços de estadia mais importantes da cidade e da sua frente ribeirinha.

A estação do metropolitano na Baixa-Chiado constituiu, aliás, um elemento fundamental na revitalização comercial da área envolvente. O processo de declínio acentuado da sua dinâmica no último quartel do século XX, de que o grande incêndio de 1988 constitui uma memória marcante, só começou efetivamente a ser revertido com a construção das ligações entre as cotas baixa e alta da colina de São Francisco, a partir das duas entradas da estação. A reconversão dos Armazéns do Chiado, situados sobre a estação, permitiu uma ligação complementar e uma âncora importante num processo de recuperação comercial que se encontra hoje, não só consolidado, como representa um destino incontornável para os visitantes da cidade.

O investimento nestes nós de transporte coletivo constituiu um processo de inversão de uma tendência que se vinha sentido há décadas, de relativa indiferença do público e dos poderes políticos face à perda de atratividade comercial e urbana dos bairros centrais de Lisboa. Os anos 1970 e 1980 foram marcados por forças centrífugas significativas, apoiadas no reforço das acessibilidades rodoviárias suburbanas, que se traduziram num forte declínio populacional nas freguesias centrais da cidade.

O censo de 2011 mostrou, contudo, uma ligeira tendência de recuperação demográfica nas freguesias associadas ao centro antigo da cidade, nomeadamente na Baixa, Chiado, São Paulo e

Martim Moniz/Mouraria. Este crescimento associa-se a uma alteração no perfil dos residentes: por um lado, destaca-se uma população jovem com recursos e atraída pelo carácter cosmopolita e pela revitalização comercial do Chiado; por outro, reflete-se a presença continuada de uma população migrante e multi-étnica, de residência temporária, apoiada por uma rede comunitária relativamente enraizada na área da Mouraria e São Paulo. Esta recuperação demográfica não pode ser devidamente aferida sem uma perspectiva mais alargada relativamente a outras atividades urbanas, nomeadamente naquelas em que o turismo tem vindo a desempenhar um papel determinante. Destacam-se dois processos concomitantes:

- o aumento do número e diversidade da oferta de alojamento turístico, acompanhado por uma reconhecida melhoria da sua qualidade;
- a qualificação sistemática do espaço público da cidade e da oferta de equipamentos e serviços urbanos, traduzida numa melhor cobertura da infraestrutura necessária à vida de residentes, trabalhadores e outros *city users*.

Nesta perspetiva, pode afirmar-se que a qualificação do espaço público, a par do reforço significativo da capacidade das infraestruturas pesadas de mobilidade, tem sido um motor fundamental na requalificação e na revitalização urbana do centro de Lisboa.

A qualificação do sistema de espaço público associado a elementos de polarização urbana

Num quadro em que a maior parte do parque edificado nas áreas centrais de Lisboa é detido por particulares, a intervenção municipal no domínio da regeneração urbana incide predominantemente no sistema de espaço coletivo e no suporte infraestrutural. Desse ponto de vista, poder-se-á falar com maior precisão de uma estratégia de revitalização urbana (Balsas, 2007, Mendes, 2013a), em que são preponderantes os domínios físico e de usos/atividades económicas. Esta focagem resulta igualmente das balizas estabelecidas pelos programas de financiamento da União Europeia que através de iniciativas como o Programa Polis, privilegiam as intervenções relacionadas com a qualificação ambiental e com a promoção de novas formas de mobilidade urbana (MAOT, 2000; SEAOT, 2008).

Para Baptista (2013), trata-se de uma forma de continuidade do racional de Estado-Providência materializado através do investimento em dotação de infraestruturas, espaços públicos e equipamentos coletivos. A propósito do Programa Polis, a autora destaca:

“its focus on public-led intervention, public space for public use, and disciplining of private developers, makes sense in the context of a state apparatus that was still thinking of itself as “modernizing” toward a “European” welfare ideal already in decline elsewhere in the EU and the world at large. With its impetus to extend the benefits of modern city living to a greater number of urban citizens, to fix urban problems, and to use the powers of the state to redistribute social goods and stimulate social cohesion, the Polis Program constitutes an exemplar of state intervention within a welfare logic that seeks to be a corrective to the logics of capitalist accumulation” (Baptista, 2013, p. 600).

A partir de 2008, no quadro da definição de políticas de cidade que servem de moldura legal ao financiamento comunitário do período 2007-2013 (SEAOT, 2008), introduzem-se objetivos e critérios onde ganham maior presença as questões de coesão social, inclusão e envolvimento de parceiros locais de base comunitária. Também a nível municipal, verifica-se uma maior preocupação em explicitar como objetivos a inversão do processo de declínio populacional, o rejuvenescimento dos seus habitantes, a inclusão, a inovação e a criatividade, nomeadamente através de instrumentos de natureza estratégica (CML, 2009a), de ordenamento do território (CML, 2012) ou de intervenção local (CML, 2009b, UPM, 2009 e 2010, Mendes, 2013b).

Com a expansão da rede de metropolitano na Baixa de Lisboa no final da década de 1990, surgiu a oportunidade para a uma requalificação de grande escala de importantes praças e espaços públicos. O Rossio e a Praça da Figueira foram os primeiros espaços a serem requalificados, integrando novos parques de estacionamento subterrâneo, novos pavimentos, iluminação pública, mobiliário urbano e arborização, num quadro que apostava no conforto e qualidade do espaço pedonal. A uma lógica de intervenção mais parcelar das primeiras intervenções (Balsas, 2007: 248), começa a detetar-se uma tendência para o reforço da integração e complementaridade das intervenções, sobretudo a partir de 2006 (CBC, 2006; CML, 2008; Salgado, 2012; CML, 2016). A

constituição da *Frente Tejo*, SA em 2008 (Conselho de Ministros, 2008), uma empresa organizada segundo o modelo – e com suporte técnico – da *ParqueExpo*, SA, vem reforçar o sentido de integração de projeto e de implementação de diversas operações na frente ribeirinha, entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia.

Este processo estendeu-se a outras áreas, definido progressivamente uma rede consistente de espaço público, de que se podem destacar três sistemas ou componentes:

- o sistema da frente ribeirinha (figura IV): Cais do Sodré – Ribeira das Naus – Terreiro do Paço – Campo das Cebolas – Santa Apolónia;
- o sistema dos jardins e miradouros: Príncipe Real – São Pedro de Alcântara – Graça – Senhora do Monte;
- o sistema de ruas e largos: Santa Catarina – Bica – Chiado – Baixa- Rossio – Martim Moniz – Mouraria – Castelo – Alfama.

A qualificação destes sistemas (figura 5) implementada ao longo dos últimos quinze anos teve um impacto claro na atratividade de alguns dos espaços mais representativos da cidade mas, sobretudo, na definição de uma rede contínua e coerente de espaço coletivo. Para além dos monumentos e sítios classificados, a atração turística de Lisboa prende-se fundamentalmente com

o carácter diversificado do seu tecido urbano, na relação sensual com a topografia e com o Rio Tejo e com a apropriação social dos seus lugares. Por outro lado, a qualificação global desta rede de espaços coletivos traduziu-se igualmente na alteração dos hábitos e práticas do seu usufruto, acompanhada pelo crescimento significativo da oferta comercial e de lazer.

Efetivamente, a maior parte destas intervenções no espaço público trouxe consigo um aumento dos estabelecimentos de restauração, bebidas e vestuário. Este perfil comercial revela uma orientação prevalente para um público visitante, quer exterior à cidade (turistas), quer da sua área de influência metropolitana. O reforço dos espaços pedonalizados foi acompanhado pela construção de diversos parques de estacionamento subterrâneos ou em silo, alguns sob espaços públicos importantes, numa lógica não isenta de contradições (Balsas, 2013). Tal como aconteceu com a oferta comercial, também estas infraestruturas estão hoje direcionadas predominantemente para a resposta à procura de visitantes. Como se verá no ponto seguinte, a apropriação destes espaços renovados não se traduziu necessariamente em benefícios para os residentes locais ou para os utilizadores tradicionais destas áreas da cidade. Reconhecendo-se a notável melhoria nas condições espaciais e de redes urbanas, os projetos em causa induziram novos padrões de utilização e de fluxos urbanos.



Figura 5 – A frente ribeirinha entre Santa Apolónia e a Ribeira das Naus.
Fonte: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com> [acedido em 06-05-2016]

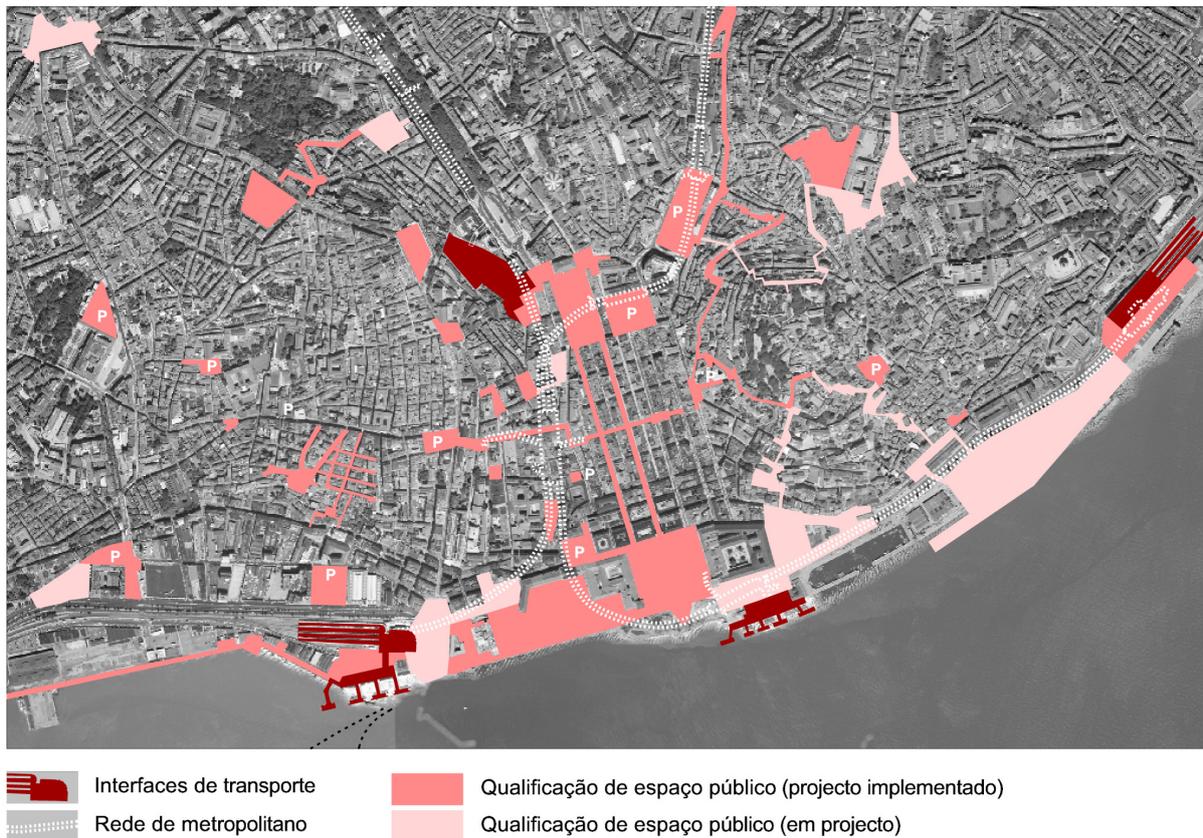


Figura 6 – Projetos de qualificação de espaço público e de infraestruturas de transporte na área central de Lisboa, de 2000 a 2015

Fonte: Desenho do autor, 2015

Nestes padrões ganharam presença e protagonismo os que se relacionam mais com o turismo e o lazer do que os que resultam de relações de maior proximidade e envolvimento com as comunidades locais.

Os projetos de refuncionalização do Mercado da Ribeira e de criação de um mercado tematizado de cozinha e música internacional ao ar livre na praça do Martim Moniz constituem exemplos de soluções de gestão do espaço público e de equipamentos coletivos modelados diretamente pela indústria do turismo e do lazer. O primeiro caso, um notável mercado abastecedor do século XIX, foi parcialmente concessionado a um grupo privado para nele desenvolver um projeto de revitalização funcional, baseado num programa diversificado de restauração, comércio e animação alinhado com o panorama *trendsetter* da capital. Também no Martim Moniz, a privatização da gestão da placa central daquele peculiar espaço urbano, orientou-se numa lógica de resposta a um público jovem e cosmopolita, essencialmente já integrado na vida urbana. Em ambas as situações, é oferecido um ambiente

controlado, baseado na experiência gastronómica, quer das conceções de *chefs* de renome, quer da diversidade étnica e cultural das diversas cozinhas do mundo.

Muito embora veiculem uma ideia de enraizamento no tecido social e cultural que os envolve – os vendedores do Mercado da Ribeira ou a comunidade multi-étnica do Socorro e Mouraria –, estes novos espaços mantêm-se, em grande medida, alheados dessa dinâmica local, quer nos circuitos que mobilizam para o seu funcionamento, quer no público que os usufrui como produto comercial e de animação. Ou seja, o charme próprio que resulta do bulício da venda de peixe, vegetais e fruta da Ribeira ou a atmosfera migrante do Martim Moniz contribuem para o carácter diferenciador desta oferta comercial e de animação; a gestão e a apropriação do seu produto, estão, ao invés, relativamente distantes do tecido socioeconómico, apenas se cruzando superficialmente e temporariamente. São, no fundo, soluções onde o espaço público é parcialmente privatizado segundo lógicas de controlo e *commodification*, mesmo mantendo a abertu-

ra ao exterior e algumas das suas componentes funcionais de equipamento coletivo.

Finalmente, o Mercado da Ribeira e o Martim Moniz partilham uma forte relação com os projetos de dotação infraestrutural de grande escala que se têm vindo a implementar no centro da cidade: estações de metropolitano (novas e/ou renovadas), parques de estacionamento subterrâneo, qualificação dos arruamentos e espaço público na envolvente. Apesar das questões de maior controvérsia que têm vindo a ser colocadas a propósito da sua gestão privada e dos conflitos com atores locais, estes casos representam uma face visível de uma estratégia bem-sucedida de associação entre elementos-âncora de atração urbana e o sistema de espaço coletivo da cidade. Longe dos enclaves temáticos recorrentes em outras cidades fortemente transformadas pelo turismo, o espaço público de Lisboa mantém um nível razoável de equilíbrio no seu uso e disponibilidade alargada para uma apropriação diversificada. De certo modo, continua a sentir-se em Lisboa uma lógica de continuidade na organização do espaço urbano que, combinada com uma complexa promiscuidade funcional, lhe empresta um carácter marcadamente mediterrânico. É sobre esse carácter que a transformação recente do espaço coletivo e do suporte infraestrutural continua a operar, mesmo quando apropriados por um racional de natureza mais comercial.

As ligações entre a Baixa e as colinas

Enquadrado numa estratégia mais alargada de melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade das áreas centrais da cidade de Lisboa, o Município tem vindo a implementar um conjunto de percursos mecanicamente assistidos entre as cotas mais baixas da Baixa, Alfama e Mouraria e cotas intermédias e elevadas da colina do Castelo. O projeto procura dotar a colina de uma rede de acessibilidade pedonal e pública, facilitada por dispositivos mecânicos – escadas rolantes, elevadores e funiculares – que permitam uma mobilidade alternativa às íngremes ruas e escadinhas encadeadas nas encostas da colina. O projeto desenvolve-se ao longo de quatro ligações: Ligação Baixa-Castelo, Percurso da Sé, Percurso da Mouraria e Percurso da Graça.

A ligação Baixa-Castelo desenvolve-se numa continuidade entre a Rua da Vitória/Rua dos Fanqueiros, o Largo do Caldas e a Costa do Castelo. Nesse percurso, criaram-se duas ligações por ascensor, integradas em edifícios adossados aos maiores declives da área. A instalação destes

ascensores associou-se a uma refuncionalização e reabilitação estrutural dos respetivos edifícios – dois exemplares de arquitetura habitacional pombalina e o antigo mercado do Chão do Loureiro –, tirando partido da sua localização singular para acomodar programas com interesse coletivo (sede da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, ateliers, supermercado, restauração e espaços comerciais). Para além dos ascensores, esta ligação materializa-se ainda através de projetos de redesenho e requalificação do espaço público ao longo do percurso, disciplinando a presença do automóvel e procurando clarificar a sequência linear e os momentos de pausa e inflexão que lhe conferem singularidade. Numa leitura mais alargada e transversal ao vale da Baixa, este percurso pode ser reconstituído desde o Chiado, atravessando a estação de metropolitano e emergindo novamente na Rua da Vitória. A partir das cotas superiores da Costa do Castelo, é dado acesso à entrada principal do Castelo de São Jorge.

Os percursos da Sé, da Mouraria e da Graça ainda se encontram numa fase embrionária de implementação, e voltam a introduzir estratégias de refuncionalização do edificado existente articuladas com a disponibilização de um ascensor de uso público para vencer os declives mais acentuados. No caso da Mouraria e da Graça, estão projetados dois meios mais pesados – escadas rolantes nas Escadinhas da Saúde, ao Martim Moniz, e um funicular entre a Rua dos Lagares e o Miradouro da Graça. Quando combinadas com a rede de espaços públicos dos tecidos em que se inscrevem, estas ligações verticais permitem ativar uma armadura sólida de acessibilidade multidireccional que poderá desempenhar um papel importante na promoção simultânea da mobilidade pedonal e da requalificação espacial dos tecidos históricos da cidade.

Uma das dimensões comuns às diversas frentes deste projeto alargado é a de novas combinações programáticas em estruturas edificadas. A par da manutenção de uma componente habitacional gerida pelo município, são introduzidas valências comerciais e de dinamização local, novos lugares de estacionamento (numa área com grandes carências a esse nível) e novas oportunidades de usufruto do espaço coletivo e da paisagem urbana (miradouros e terraços com esplanadas).

Com a implementação desta rede de percursos, poderá emergir uma topologia alternativa aos circuitos mais sedimentados – e sujeitos a maior pressão –, ativando novas dinâmicas locais e alargando as oportunidades associadas à mobilidade pedonal. De certo modo, estas liga-

ções mecanicamente assistidas são uma recuperação da tradição iniciada há cerca de 130 anos com a construção de elevadores e ascensores nas encostas íngremes da cidade. A grande novidade reconhecida na argumentação técnica e política que lhe está subjacente, é a combinação de uma estratégia de mobilidade local com estratégias de promoção da inclusão social, da multifuncionalidade e de uma lógica de revitalização urbana baseada no respeito por elementos de valor patrimonial e de reforço de uma estrutura qualificada de espaço público.

Lisboa *slow and trendy*: conflitos e oportunidades

Apesar de melhorias importantes da rede de transportes coletivos e de espaços coletivos à escala da cidade, os antigos bairros enfrentam problemas significativos de uma outra natureza. Para além de um tecido edificado degradado e frequentemente devoluto, também o tecido social é particularmente fragilizado, com níveis elevados de envelhecimento, pobreza e exclusão social, isolamento e perda de população residente. Uma certa dinâmica recente de revitalização tem sido alavancada pela atividade turística, quer através de intervenções de maior escala, como hotéis e alguns programas de alojamento turístico em condomínio, quer através da multiplicação de micro-iniciativas baseadas em alojamento local (apartamentos, *bed-and-breakfast* e pequenos *hostels*) e comércio de produtos turísticos (desde os *souvenirs* mais banalizados até à oferta de produtos manufaturados e de maior especificidade cultural local). Por outro lado, pode-se atribuir alguma dinâmica a um interesse de investimento estrangeiro no mercado imobiliário, mas que não se traduz diretamente em novos residentes. Neste contexto, têm surgido situações de crescente conflito com o tecido social atual, num quadro de mudança incremental da propriedade e usufruto residencial.

Entre residentes e visitantes: uma questão poliédrica

Os residentes tradicionais destes bairros apresentam uma forte relação identitária com o seu espaço de vivência, um sentido de comunidade relativamente arraigado e formas de apropriação do espaço coletivo peculiares, onde as fronteiras entre o privado e público, o doméstico e o partilhado ou o interior e o exterior, são regradadas

por subtis códigos de partilha e respeito (Mendes, 2011 e 2013b; Mendes, 2012). Num quadro de maior presença de visitantes e de uma população que apenas temporariamente os habita, estes bairros têm vindo a sofrer uma pressão acrescida (Rodrigues, 2010: 257). Após décadas de congelamento e restrição à subida das rendas habitacionais, a subida dos custos do arrendamento tem vindo a comprometer a continuidade dos residentes com menor capacidade económica. Num quadro de forte procura, face à exposição internacional de Lisboa, a competição com o mercado do alojamento turístico combina-se com o interesse do investimento em produtos direcionados para nichos de maior capacidade económica, resultando em processos que se podem interpretar à luz do fenómeno da gentrificação. Entendida como “*a process of socio-spatial change where the rehabilitation of residential property in a working-class neighbourhood by relatively affluent incomers leads to the displacement of former residents unable to afford the increased costs of housing that accompany regeneration*” (Pacione, 2001, p. 212), a gentrificação pode ser lida em Lisboa como resultado do investimento imobiliário do sector privado na aquisição, conversão e posterior venda, arrendamento ou prestação de serviços de alojamento dos imóveis antes utilizados para habitação própria. Neste quadro, destacam-se entre as múltiplas expressões do processo de gentrificação as que se relacionam com o turismo e com a valorização patrimonial (Burne e Cain, 2008), envolvendo a lógicas de substituição da população e de usos existentes, por oportunidades de alojamento e de oferta comercial associados a uma imagem ou valor turístico.

Conhecidos pela sua atmosfera pitoresca, caracterizada por uma escala de proximidade e vivência ativa da rua, estes bairros têm vindo a ser palco de uma transformação profunda no tipo de comércio local, substituindo lojas especialmente vocacionadas para a comunidade residente por outras que têm o turista e o visitante ocasional como público preferencial: mercearias *gourmet*, casas de chá e *delicatessen*, espaços de degustação e petiscos de autor, lojas de criações artesanais contemporâneas, armazéns de design *vintage* em segunda mão, para além das omnipresentes lojas de *souvenirs* produzidos em massa (Expresso, 2015).

Confrontados com esta alteração de perfil comercial, o dia-a-dia dos residentes e os seus padrões de mobilidade enfrentam novos desafios, obrigados a deslocamentos maiores para dar resposta a solicitações quotidianas, de emprego

e de fruição da cidade. No entanto, a resposta dada pelas melhorias no sistema de mobilidade são também contraditórias e com impactes díspares na vida dos residentes. Se, por um lado, se reconhece a aposta na ligação das redes de transportes metropolitanas aos núcleos mais antigos da cidade, a crescente restrição à circulação automóvel no centro da cidade impacta de forma desigual as populações locais. Com exceção de camadas de maior capacidade económica e com possibilidade de estacionamento privativo, a população menos favorecida não tem capacidade de acesso a novas estruturas de estacionamento, nem a veículos menos poluentes. O processo de melhoria da mobilidade pedonal, se beneficia de forma abstrata e genérica a cidade, os seus habitantes e visitantes, também gera situações de disparidade para as quais não tem sido encontrada alternativa que reequilibre as assimetrias socioeconómicas existentes.

Este processo díspar enquadra-se numa tendência amplamente reconhecida na literatura. A sistematização de Atkinson (2004) relativa às virtualidades e às desvantagens associadas aos processos de regeneração urbana no quadro da *urban renaissance* (Rogers, 1999, Roberts e Sykes, 2002) mantém-se particularmente úteis. No domínio dos impactes positivos, destaca a 1) requalificação (*'renewal'*), mistura social e desconcentração de bolsas de pobreza e 2) a valorização do valor patrimonial, da base tributária e dos serviços locais. Contrapõe como impactes negativos 1) a deslocação de população residente, a perda de habitação acessível (*'affordable'*) e o aumento da população sem-abrigo, 2) o aumento de conflitos locais, de situações de despejo e de fenómenos de criminalidade e, finalmente, 3) a perda de população e a alteração dos padrões de prestação de serviços locais. Neste quadro, também o contributo de Kohn (2013) coloca em evidência a necessidade de avaliar os impactes da transformação socio-espacial num quadro de relação mais alargada com outras escalas e redes da cidade, o seu quadro organizativo e de interação de forças sociopolíticas. Salientam-se ainda dois aspetos da abordagem de Kohn: 1) o reconhecimento de que a interpretação dos impactes da gentrificação sobre determinados espaços e grupos sociais numa área urbana não podem ser desligados de uma matriz ideológica, e 2) o papel relativamente limitado que as políticas públicas de intervenção urbana desempenham num quadro matricialmente dominado pela dinâmica do sector privado numa economia de mercado.

No contexto português, a abordagem de Balsas (2007) aos processos de revitalização urbana

de áreas dos centros históricos de Lisboa e Porto coloca em evidência um conjunto de outros fatores que condicionam a avaliação dos seus impactes, nomeadamente: 1) a magnitude dos níveis de degradação e declínio do parque habitacional das áreas centrais daquelas cidades, 2) a ausência de instrumentos legais que permitam aos Municípios uma intervenção eficaz na reversão dos processos de declínio espacial e socioeconómico das áreas centrais, 3) a perceção de uma maior facilidade operativa e política de intervenção dos Municípios no espaço público, ao invés de intervenções no tecido privado e 4) a menor complexidade da intervenção física no espaço público e em equipamentos culturais relativamente à reorganização administrativa de instituições públicas.

É no reconhecimento deste quadro, cuja discussão está para além do objeto e objetivos deste artigo, que se coloca a tónica nos contributos mais físicos e de qualificação espacial decorrentes das diversas operações de infraestruturização e intervenção no espaço público. Ou seja, se por um lado se reconhecem importantes limitações na redistribuição de mais-valias associadas ao investimento público nestas intervenções – por exemplo, através de uma concomitante qualificação do parque habitacional para as comunidades economicamente mais fragilizadas –, assume-se um caminho argumentativo mais focado nos elementos capazes de conferir condições de estruturação urbana e territorial mais alargadas – as infraestruturas e os espaços públicos (Gregotti, 1981; Portas *et al.*, 2003; Borja, 2003; Ascher, 2004; Marinoni, 2006; Neuman e Smith, 2010; Santos, 2012a).

O processo de progressiva gentrificação que se retratou de forma breve nas linhas anteriores não deve, contudo, ser desligado de uma leitura multifacetada, na qual também se reconhecem traços de modernização, inovação e adaptação a novas realidades e a desafios prementes. O contributo para uma redinamização económica do coração da cidade de Lisboa, em áreas sujeitas a décadas de perda de vitalidade, a par de um investimento considerável na manutenção, reabilitação e adequação de um também envelhecido parque edificado, não pode ser secundarizado. A avaliação dos impactes e repercussões constitui um exercício complexo e crítico, evitando a leitura redutora de uma simples dualidade entre interesses dos residentes, por oposição aos dos visitantes e turistas. A complexidade da condição urbana, especialmente no caso de bairros situados no quadro de uma centralidade metropolitana alargada e sujeitos aos impactes de fenómenos

globais como o turismo e o investimento imobiliário, exige uma definição mais abrangente e mais matizada de quem é, afinal, *Lisboeta*.

No que diz respeito às redes de espaço público e de mobilidade urbana, mais do que uma discussão relativa à resposta a grupos específicos de utilizadores (residentes vs. turistas, por exemplo), afigura-se mais adequado perspetivar o seu desenvolvimento numa lógica de um sistema multifuncional, multimodal e pensado a longo-prazo, que garanta o suporte a atividades e fluxos diversos e em permanente recomposição. A cidade sempre se construiu na interação e partilha entre locais e forasteiros. E, sempre que se introduz uma nova linha de acessibilidade, ocorrem transformações, não só na estrutura espacial, como também na composição social e económica. Até agora, os últimos quinze anos de desenvolvimento das redes infraestrutural de mobilidade e de espaço público no centro antigo da cidade de Lisboa têm permitido um reforço considerável daquele sistema partilhado de ruas, praças e interfaces de transporte. Um sistema onde convergem estratos muito diversos de pessoas, utilizações e atividades e onde se articulam múltiplos espaços e escalas territoriais.

Numa perspetiva de ajuste entre recursos e oportunidades de desenvolvimento, mais do que uma orientação específica deste sistema de espaço coletivo e de melhor mobilidade em função de um público-alvo, seria importante a adoção de mecanismos que reequilibrem o funcionamento do mercado habitacional e das valências da vida quotidiana da população residente. A recuperação de mais-valias imobiliárias e a produção de externalidades ambientais, económicas e sociais, tópicos tão presentes na discussão relativa aos processos de urbanização e crescimento urbano na periferia metropolitana são, afinal, questões tão prementes quanto actuais no quadro da qualificação espacial e infraestrutural dos tecidos centrais da cidade.

A sobrecarga da infraestrutura e meios alternativos

Após décadas de atraso e desadequação do sistema de mobilidade urbana de Lisboa, as principais melhorias introduzidas nos últimos quinze anos permitiram reforçar o seu carácter reticular, através não só da expansão (sobretudo da rede de metropolitano), mas também da construção de nós intermodais. Apesar de uma pressão crescente do tráfego motorizado individual, a capacidade global foi aumentada e permitiu ultrapassar alguns

constrangimentos que dificultavam a articulação metropolitana da cidade. Contudo, se num nível infraestrutural de interface urbano/metropolitano deteta-se uma notável progressão, a pressão turística tem vindo a sobrecarregar níveis mais locais das redes de mobilidade coletiva.

Algumas das principais atrações turísticas da cidade estão associadas, precisamente, a meios tradicionais de transporte urbano, como a frota de elétricos, ou a rede de elevadores e funiculares introduzidos no final do século XIX. A sua utilização com bilhete adquirido no local implica o pagamento de um valor cerca de três vezes superior ao que seria pago em caso de bilhete previamente adquirido. Longas filas, atrasos devidos à concentração de uma grande procura em alguns locais turísticos e a sobrelotação dos veículos têm vindo a afastar muitos utilizadores locais (Expresso, 2015, Público, 2015a). Contudo, a procura turística também proporciona uma fonte de receita fundamental face aos elevados custos da manutenção destes equipamentos. O declínio, década após década, da rede de elétricos urbanos deveu-se precisamente à difícil sustentabilidade económica da sua operação, agravada pela manutenção da rede de carris e catenárias, inexistentes numa operação de autocarros.

Como já se discutiu, o investimento na rede de mobilidade tem privilegiado as interligações nas áreas centrais da cidade, em particular nos nós metropolitanos, mas também na mobilidade assistida e no espaço público das colinas envolventes à Baixa de Lisboa. Contudo, aos efeitos positivos deste investimento contrapõem-se também alguns mais problemáticos, nomeadamente os que resultam num conflito de uso do espaço urbano (Bloomberg Business, 2015, Público, 2014 e 2015b): os *tuk-tuk* turísticos que atravessam ruidosamente as ruas estreitas dos bairros mais pitorescos, as excursões de autocarro que descarregam centenas de passageiros de navios de cruzeiro em praças, largos e outros locais singulares da cidade ou nas imediações das várias casas de fado, as filas de táxis que se formam na expectativa de uma bandeirada turística.

Embora legitimados por um discurso consensual sobre a necessidade de qualificação do espaço público, de diminuição do peso da circulação automóvel e de redução da poluição que lhe está associada, muitos dos projetos descritos, muitos dos quais onde o Município tem um papel destacado, são também indutores de efeitos indesejados noutras áreas da cidade. As restrições ao trânsito automóvel na Baixa, no Terreiro de Paço e na Avenida da Liberdade levaram a um redirecionamento das lógicas de atravessamento para

áreas adjacentes, como o Príncipe Real, o Rato e a Colina de Santana, cuja rede viária se revela incapaz de responder à sobrecarga adicional. Para além disso, o aumento da oferta de espaços de lazer e recreação, atrai, para além de turistas, um público mais alargado, residente na área metropolitana, e que utiliza frequentemente o automóvel individual para a sua deslocação. Este fenómeno é observável em especial no período noturno e ao fim-de-semana, alturas em que o transporte público também diminui significativamente a sua oferta.

O impacto das espaço-temporalidades do turismo, do lazer e das atrações urbanas nas redes infraestruturais da cidade apresenta-se, assim, de forma instável, em mutação permanente e de difícil antecipação. É perante este quadro, em permanente fluxo, que também se colocam novos desafios e novas oportunidades de resposta a necessidades de mobilidade num âmbito mais alargado e que inclui, necessariamente, o território metropolitano. A otimização e rentabilização dos investimentos feitos em infraestruturização pesada nas últimas décadas passa, provavelmente, por um reforço das lógicas de adaptabilidade e multifuncionalidade dos espaços infraestruturais (estações e terminais das redes de transporte, parques de estacionamento, ligações pedonais mecanicamente assistidas), integrando-os de forma consistente e qualificada no sistema de espaços coletivos urbanos. Por outro lado, a oferta de modos alternativos de mobilidade coletiva, que não dependam exclusivamente do binómio automóvel privado/transporte coletivo convencional (comboio, metro, autocarro...), é também uma área ainda a dar passos muito preliminares. A introdução de veículos elétricos e flexíveis, de menor dimensão, como os *tuk-tuk*, ou a criação de uma rede de mobilidade rápida fluvial mais adaptada a necessidades específicas (ao longo de pontos da mesma margem, por exemplo), poderia captar e partilhar uma procura combinada entre o mercado turístico e os utilizadores regulares da cidade.

Conclusões

Tomando Lisboa como cidade privilegiada para uma observação poliédrica do turismo urbano, pode-se afirmar que os sistemas de mobilidade e de espaço público desempenham um papel significativo no esbatimento de lógicas segregadoras entre residentes e turistas ou visitantes. Se encarado como um suporte comum, aqueles sistemas são fundamentais num processo de

valorização da diversidade, da co-presença e da partilha equitativa dos recursos sociais, económicos e espaciais da cidade. Se perspetivados numa lógica que articule o desenvolvimento de redes infraestruturais de conexão global e de escala metropolitana com a qualificação do espaço coletivo local, estes sistemas poderão matizar os efeitos das racionalidades baseadas na competição internacional e numa gestão *quasi*-corporativa das cidades.

No que respeita às responsabilidades do planeamento, da gestão e do projeto urbano, é com renovada pertinência que se coloca a necessidade de implementação de operações que articulem a valorização mútua entre suportes infraestruturais e uma estrutura comum, partilhada, acessível e democrática de espaço coletivo.

Num quadro de crescente mercantilização de diversas componentes da gestão e programação do espaço urbano numa lógica de valorização turística, a experiência de Lisboa revela, ainda assim, uma relativa resiliência do ponto de vista da diversidade de oferta e de partilha através do espaço urbano. Não obstante o surgimento de situações de potencial conflito e de fenómenos de gentrificação, a aposta na qualificação das redes de mobilidade e de espaço público permite uma maior transversalidade na apropriação social e coletiva das mais-valias urbanísticas desses investimentos. Provavelmente, será mais ao nível da regulação da dimensão privada da atividade turística – alojamento, atividades comerciais, qualidade do serviço, gestão da mobilidade individualizada – que se poderá atenuar as tensões mais expressivas e que constituem um inegável desafio para a política urbana da cidade. Contudo, a aposta numa dimensão espacial aberta, qualificada e partilhada parece confirmar-se como estratégia a continuar e reforçar.

Referências bibliográficas

- Atkinson, Rowland (2004), “The evidence on the impact of gentrification: new lessons for the urban renaissance?”, *International Journal of Housing Policy*, 4:1, pp. 107-131
- ATL, TURISMO DE LISBOA (2012), “Observatório do Turismo de Lisboa”, Jan. 2012, Lisboa: Turismo de Lisboa.
- ATL, TURISMO DE LISBOA (2013), “Observatório do Turismo de Lisboa”, Jan. 2013, Lisboa: Turismo de Lisboa.
- ATL, TURISMO DE LISBOA (2014), “Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa 2015-2019”, Lisboa: Entidade Regional de Turis-

mo de Lisboa e Vale do Tejo/Turismo de Lisboa.

- ATL, TURISMO DE LISBOA (2015), “Observatório do Turismo de Lisboa”, Jan. 2015, Lisboa: Turismo de Lisboa.

- Ascher, François (2004), ‘Multi-mobility, Multispeed Cities: a challenge for architects, town planner and politicians’, em AAVV (ed. Antonio Font), “L’explosió de la ciutat. Morfologies, mirades i mocions sobre les transformacion territorials recents en les regions urbanes de l’Europa Meridional, Barcelona: Collegi d’Arquitectes de Catalunya” COAC/Forum Universal de les Cultures, pp. 352-363.

- Balsas, Carlos (2007), “City Centre Revitalization in Portugal: A Study of Lisbon and Porto”, *Journal of Urban Design*, 12:2, pp. 231-259.

- Baptista, Idalina (2013), “The Travels of Critiques of Neoliberalism: Urban Experiences from the “Borderlands””, *Urban Geography*, 34:5, pp. 590-611.

- Bloomberg Business (2015), “Lisbon Tourist Invasion Seen Threatening Ancient City’s Identity”, disponível em <http://www.bloomberg.com/news/articles/20141001/>

- Borja, Jordi (2003), “El espacio público: ciudad y ciudadanía”, Barcelona: Electa.

- Bures, Regina; Cain, Colleen (2008), “‘Dimensions of Gentrification in a Tourist City’, Meeting of the Population Association of America on in a Tourist City”. <http://paa2008.princeton.edu/papers/81623>, consultado a 2 de Agosto de 2016.

- Cabral, João e Rato, Berta (2003), “Urban development for competitiveness and cohesion: The Expo 98 urban project in Lisbon”, em F. Moulaert, A. Rodriguez, and E. Swyngedouw (eds.), *The Globalized City: Economic Restructuring and Social Polarization in European Cities*, Oxford, UK: Oxford University Press, pp. 209–228.

- Capel, Horacio (2007), “El debate sobre la construcción de la ciudad y el llamado “Modelo Barcelona””, *Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XI, n.º 233, disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-233.htm>, consultado em 21-03-2016

- CBC, COMISSARIADO PARA A BAIXA-CHIADO (2006), “Proposta de Revitalização da Baixa-Chiado”, Lisboa: Comissariado da Baixa-Chiado.

- CML, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2008), “Plano Geral de Intervenções da Frente Ribeirinha de Lisboa – Documento de Enquadramento”, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

- CML, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2009a), “Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024 – Um compromisso para o futuro da cidade, Lisboa”: Câmara Municipal de Lisboa.

- CML, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2009b), “Plano de Acessibilidade Suave e Assistida à Colina do Castelo”, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

- CML, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2012), “Plano Director Municipal de Lisboa”, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

- CML, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2016), “Projectos Frente Ribeirinha (do Cais do Sodré ao Campo das Cebolas)”, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/espaco-publico/projetos-frente-ribeirinha> (consultado em 21-03-2016).

- CONSELHO DE MINISTROS (2008), RCM n.º 78/2008, de 15 de Maio (estabelece as linhas de orientação da requalificação e reabilitação da frente ribeirinha de Lisboa, no âmbito da sociedade Frente Tejo, SA), Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

- Costa, Nicolò (1995), “La città dell’iperturismo”, Milan: Iulm.

- Costa, Nicolò; Martinotti, Guido (2003), “Sociological Theories of Tourism and Regulation Theory”, em: Hoffman et al. (eds.), *Cities and Visitors – Regulating people, markets, and city space*, Malden/Oxford: Blackwell Publishing, pp. 53-71.

- Diaz-Parra, Ibán (2015), “A back to the city movement by local government, action: gentrification in Spain and Latin America”, *International Journal of Urban Sciences*, 19:3, pp. 343-363

- Expresso, 2015, “A ver passar turistas”, 01/08/2015, disponível em <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2015-08-01-A-ver-passar-turistas>, consultado em 15/03/2015.

- Graham, Simon; Marvin, Simon (2001), “Splintering Urbanism. Networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition”, London/New York: Routledge.

- Gregotti, Vittorio (1981), “La forme du territoire”, *Architecture d’Aujourd’hui*, n.º 218, pp. 10-15.

- Hayllar, Bruce; Griffin, Tony; Edwards, Deborah (eds.) (2008), “City Spaces – Tourist Places. Urban Tourism Precincts”, Oxford/Burlington: Butterworth-Heinenmann.

- Hoffman, Lily, Fainstein, Susan, Judd e Dennis R. (eds.), 2003, “Cities and Visitors – Regulating people, markets, and city space”, Malden/Oxford: Blackwell Publishing.

- JLL (2015), “Apartamentos turísticos em Lisboa” – Um Mercado em Crescimento, Lisboa: JLL.

- Judd, Dennis (2003), “Visitors and the Spatial Ecology of the City”, in: Lily M. Hoffman et al. (eds.), *Cities and Visitors – Regulating people, markets, and city space*, Malden/Oxford: Blackwell Publishing, pp. 23-38.
- Kohn, Margaret (2013), “What is wrong with gentrification?”, *Urban Research & Practice*, 6:3, pp. 297-310.
- MAOT, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (2000), “Programa Polis, Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades”, Lisboa, Portugal: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.
- Marinoni, Giuseppe (2006), “Infrastrutture nel progetto urbano”, Milano: Franco Angeli.
- Mendes, Luís (2011), “Postmodern City, Gentrification and the Social Production of Fragmented Space”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 23, pp. 82-96
- Mendes, Luís (2013a), “A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo”, *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, v. 5, n. 1, pp. 33-45.
- Mendes, Luís (2013b), “Public policies on urban rehabilitation and their effects on gentrification in Lisbon”, *AGIR – Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas*, 1(5), pp. 200–218.
- Mendes, Maria Manuela (2012), “Bairro da Mouraria, Território de Diversidade: Entre a Tradição e o Cosmopolitismo”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, thematic issue 1, pp. 15–41.
- Moufakkir, Omar; Burns, Peter (eds.) (2012), “Controversies in Tourism, Wallingford”, Oxfordshire: CABI publishers.
- *Lisbontouristinvasionseenthreateningancientcitysidentity*, consultado em 12/05/2015.
- Neuman, Michael; Smith, Sheri (2010), “City Planning and Infrastructure: Once and Future Partners”, *Journal of Planning History*, vol. 9, n. 1, pp. 21-42.
- Pacione, Michael (2001), “Urban Geography. A Global Perspective”, London: Routledge.
- Portas, Nuno, Domingues, Álvaro e Cabral, João (2003), “Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades”, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Público (2014), “A turistificação de Lisboa ainda pode crescer”, 31/08/2014, disponível em <https://www.publico.pt/portugal/noticia/a-turistificacao-de-lisboa-e-porto-ainda-pode-crescer-1668034>, consultado em 10/03/2015.
- Público (2015a), “Eléctrico só para turistas no Príncipe Real motiva protestos”, 27/05/2015, disponível em <https://www.publico.pt/local/noticia/electrico-so-para-turistas-no-principe-real-motiva-protestos-1697028>, consultado em 10/03/2015.
- Público (2015b), “Lisboetas sentem-se cada vez mais acossados pelos turistas”, 01/06/2015, disponível em <https://www.publico.pt/local/noticia/lisboetas-sentemse-cada-vez-mais-acossados-pelos-turistas-1697332>, consultado em 15/06/2015.
- Roberts, Peter, Sykes, Hugh (eds.) (2002), “Urban Regeneration, a handbook”, London: SAGE Publications.
- Rodrigues, Walter (2010), “Cidade em transição – Nobilitação Urbana. Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa”, Lisboa: Celta Editora.
- Rogers, Richard (1999), “Towards an urban renaissance: final report of the Urban Task Force”, London: E & F.N.Spon.
- Salgado, Manuel (2012), “Reconquista da Frente Ribeirinha de Lisboa”, *Portus Plus*, 3 –, http://retedigital.com/wpcontent/themes/rete/pdfs/portus_plus/3_2012/Contribuciones/Manuel_Salgado.pdf, consultado em 01/03/2016
- Santos, João Rafael (2012a), “Espaços de mediação infraestrutural: Interpretação e projecto na produção do urbano no território metropolitano de Lisboa”, Tese de Doutoramento em Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, disponível em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/5429>.
- Santos, João Rafael (2012b), “Interfacing and infrastructural development in Lisbon metropolis (2001-2012), Ambivalent Landscapes - Sorting out the present by designing the future. Public Spaces – Urban Cultures Conference”. Faculdade de Arquitectura da UTL, Lisboa, 6-7 December 2012.
- Santos, João Rafael (2013), “After infrastructural networking: transition and expectation in Lisbon metropolis”. AESOP-ACSP Joint Congress, Dublin, 15-19 July 2013.
- SEAOT, Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades (2008), “Política de Cidades Polis XXI - Bases para as acções preparatórias do Programa Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação”, Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.
- Smith, Andrew (2005), “Conceptualizing City Image Change: The ‘Re-Imaging’ of Barcelona”, *Tourism Geographies*, Vol. 7, n.º 4, pp.

398–423.

- Spirou, Costas (2011), “Urban Tourism and Urban Change. Cities in a Global Economy”, New York: Routledge.

- Tulumello, Simone (2015), “Reconsidering neoliberal urban planning in times of crisis: urban regeneration policy in a “dense” space in Lisbon”, *Urban Geography*, 37:1, pp. 117-140.

- UPM, UNIDADE DE PROJECTO DA MOURARIA, 2009, “Programa de Acção da Mouraria: As Cidades dentro da Cidade, Unidade de Projecto da Mouraria”, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

- UPM, UNIDADE DE PROJECTO DA MOURARIA, 2010, “Documento de candidatura ao QREN Mouraria”, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

- Van den Berg, Leo; van der Borg, Jan; Russo, Antonio (2002), “The Infrastructure of Urban Tourism: A European Model? A Comparative Analysis of Mega-Projects in Four Eurocities”, em Dennis Judd (ed.), *The Infrastructure of Play: Building the Tourist City*, Armonk/London: M E Sharpe, pp. 296-319.

- Wilson, Julie, Tallon, Andrew (2012), “Geographies of gentrification and tourism”, em Julie Wilson (ed.), “New Perspectives in Tourism Geographies”, New York: Routledge, pp. 103-112.

A luz e a cor na requalificação da paisagem diurna e noturna: rua Cândido dos Reis, Cacilhas – Almada

Light and colour in the requalification of the day and night landscape: rua Cândido dos Reis, Cacilhas – Almada

Zélia Simões¹, Roselane Bezerra²

Resumo

A luz e a cor são elementos essenciais da imagem da cidade, porém nas últimas décadas, têm vindo a surgir novas formas de expressão que permitem questionar a sua relação com o cidadão, especialmente nos processos de requalificação urbana. Este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre as estratégias de aplicação da luz e da cor, de iniciativa pública e privada, na requalificação em curso, da Rua Cândido dos Reis em Cacilhas, Almada. O estudo, permitiu-nos constatar que é dada importância à luz e à cor, mas percebemos a necessidade de integrar estes elementos numa metodologia de planeamento interdisciplinar.

Palavras-chave

requalificação, imagem, paisagem diurna e noturna, luz e cor

Abstract

Light and colour are essential elements of a city's image, although in the last decades, new forms of expression have emerged that allow us to question their relationship with the citizen, especially in the processes of urban requalification. This paper aims to present a reflection on application strategies of light and colour, of public and private initiative, on the ongoing requalification of Rua Cândido dos Reis in Cacilhas, Almada. With this study we conclude that although importance is given to light and colour, we realized the need to incorporate these elements into an interdisciplinary planning methodology.

Keywords

requalification, image, day and night landscape, light and colour

Introdução

Fortuna (1997, p. 4) refere que “a cidade não é uma coisa. Ela reconhece-se simultaneamente como real e representacional, como texto e como contexto, como ética e como estética, como espaço e como tempo, socialmente vividos e re (construídos)”. Nesta dinâmica um conjunto de ações influenciam a cultura, a memória, os comportamentos coletivos e individuais, assim como, a imagem arquitetónica e urbana.

Nas últimas décadas, “a acelerada globalização económica, industrial e tecnológica” tem originado profundas transformações que suscitam novas interrogações sobre a requalificação da imagem da *cidade pós-industrial* (Bezerra, 2014, p. 45). Este tema extensivo ao planeamento do território, ao desenvolvimento sustentável, à expressão cultural e histórica ou à estrutura social e comunitária, ocupa técnicos, decisores

públicos e municipais no desenvolvimento de soluções que reúnam consensos e interesses de várias áreas disciplinares.

Frequentemente são desenvolvidas soluções materializadas em programas de planeamento, valorização ambiental e requalificação urbana de intervenção pública com recurso a parcerias com a administração local e investidores privados que têm como um dos principais objetivos atrair novos habitantes, visitantes e investidores (Fortuna, 2009; Richards, 2001; Sánchez, 2010).

No entanto, os diferentes discursos refletem uma dualidade de considerações. Se, por um lado, autores defendem que perante a globalização, a representação das cidades se uniformiza e, também, as influências sobre a sociedade. Por outro, outros autores defendem que as dinâmicas criadas a tornam, em relação a outras, uma realidade comum, específica ou mesmo única (Fortuna, 1997).

¹Arquiteta e doutoranda do Curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Membro fundador do Grupo de Investigação de Cor e Luz e Investigadora colaboradora do CIAUD - Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design. E.mail: zeliasimoes@gmail.com

²Socióloga e Professora da Licenciatura em Gestão de Políticas Públicas e do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. Doutorada em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e Pós-Doutorada pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. E.mail: roselane.bezerra@gmail.com

Independentemente do avanço tecnológico e da complexidade de alguns projetos de intervenção concordamos com Lancaster (1996) e Ribeiro (2007) ao afirmarem que, neste domínio o fenómeno da luz e da cor requer de um maior “controle” na sua aplicação pois, geralmente, é confuso e ou desconsiderado nas diferentes escalas de percepção do espaço urbano.

Assim, tendo como objeto de estudo a *Rua Cândido dos Reis* em Cacilhas, desenvolvemos uma reflexão crítica sobre como está a ser considerada a luz e a cor no processo de requalificação da imagem arquitetónica e urbana da paisagem diurna e noturna. Esta questão é fundamental porque ambas – a luz e a cor – tem uma presença constante na estrutura e configuração da paisagem. Ou seja, assumem a relação dos indivíduos com o espaço e o tempo e alcançam diversas dimensões, designadamente, filosóficas, religiosas, sociais ou psicológicas que revelam, questionam e redefinem afinidades com o lugar.

A partir deste contexto, salientam-se, ao longo do artigo, várias referências a autores que permitem contextualizar a problemática e reforçar a importância da adoção de uma metodologia de planeamento de cor e luz que impulse práticas de re (construção) e (re) produção de conhecimento mas, também funções, atividades e transformações sociais que possibilitem a sua salvaguarda e reabilitação. Para o efeito foi elaborada uma análise documental, análise de conteúdo (jornais e revistas locais) e uma pesquisa de campo, da qual retiramos os dados que formaram o conjunto da análise.

1. Luz e cor

Paisagem diurna

Detentora de uma presença significativa na paisagem, a cor inseparável da luz, constitui-se como um elemento cujas características, ao longo dos séculos, têm admitido diferentes formas de estruturação, identificação e comunicação. Na sua representação permanente ou emergente, abstrata ou concreta, reconhecemos a presença de uma realidade material e imaterial que influencia a experiência perceptual e sensorial dos indivíduos (Durão, 2002; Mahnke, 1996).

Variável mediante o contexto, o fenómeno da cor e da luz não se encontra sujeito a uma regra universal. A sua importância no passado, a sua influência na compreensão do presente e a sua contribuição para as ações do futuro definem múltiplas dimensões que transformam a

imagem da cidade. Ou seja, a imagem urbana e arquitetónica que emerge de vivências em diversos contextos formais e informais atende a um conjunto de motivações sociais, ideológicas, simbólicas e económicas. Nesta metamorfose de experiências, são evidenciadas singularidades ou especificidades que, segundo Lynch (1960) e França (2003) permitem ampliar a compreensão das representações e práticas que definem os significados do dia-a-dia.

A partir deste contexto, reconhecemos a ideia de que, “a transformação da cidade é a história do uso urbano como significado da cidade. Sua vitalidade ensina o que o usuário pensa, sente, deseja e despreza, revela suas escolhas, tendências e prazeres” (Ferrara, 1988, p. 3). Neste diálogo entre o sensível (subjetividade) e o inteligível (objetividade), o espaço urbano comunica a intensidade das formas numa relação entre cor, luz, sombra e matéria, articulando os significados de determinada cultura e os significantes gerais e próprios da condição humana e física.

Contudo, nas últimas décadas, a evolução científica-tecnológica, os diferentes fluxos e as mutações sócio-culturais têm vindo a produzir alterações que afetam significativamente a imagem das cidades. Como refere Aguiar (2002, p. 111), “verifica-se uma impressionante homogeneização dos lugares e das arquiteturas, produto dos intensos processos de transformação, que uns chamam desenvolvimento e outros degradação cultural”. Isto é, verifica-se que, raramente, a utilização da cor e da luz obedece a planos com capacidade para perdurar no tempo, estando sobretudo sujeita ao improvisado ou casualidade, a imperativos comerciais ou políticos, a efeitos de gosto, moda ou *marketing* e a mecanismos de distinção ou imitação social.

Como bem refere Lancaster, “Em princípio, a maioria destes usos pode ser justificada pela sua intenção, mas o efeito coletivo pode ser, e frequentemente é confuso. Existem duas razões óbvias para isso: a primeira consiste no grande volume de informação que é produzida; a segunda consiste na dificuldade de conseguir uma coordenação eficaz porque estão envolvidas decisões de design³” (Lancaster: 1996, p. 74).

Apesar destas circunstâncias o conceito de *geografia da cor* desenvolvido por Lenclos (1989, p. 6) e a *identidade cromática local* ou *colore loci* defendido por Raimondo (1987, citado por Aguiar, 2002, p. 381) não perderam relevância. A influência geográfica, cultural, antropológica e social continua a impor a sua presença. O conhecimento destas evidências têm legitimado o argumento de que os instrumentos

³Tradução livre do texto original do autor - “In principle most of these uses can be justified by their intention, but the collective effect can be, and often is confuse. There are two obvious reasons for this: the first is the sheer volume of information that is produced; the second is difficulty of achieving effective co-ordination because design decisions are involved”.

de planeamento de cor e luz são cada vez mais importantes. Estes instrumentos ou planos apresentam uma elevada complexidade, pois requerem um conhecimento de múltiplos aspetos que, segundo Aguiar (2002, p. 382), se referem designadamente a “três vertentes: as implicações da presença da cor, a distribuição da cor à escala urbana; e a distribuição da cor à escala arquitetónica”. A dificuldade reside, na mediação entre o interesse coletivo e individual do controlo da imagem urbana e arquitetónica (ver figura 1).

Assim, com uma forte presença visual e à semelhança de outros instrumentos de planeamento, um plano de cor pode ser *impositivo* ou *propositivo* e de natureza monocromática ou policromática. Estes admitem como “classificações tipológicas mais operacionais: o *Plano do Príncipe*, o *Plano do Filólogo* e o *Plano dos Cidadãos*” (Raimondo 1987, citado por Aguiar, 2002, p. 382-383). O *Plano do Príncipe* de cariz impositivo e monocromático depende das competências de uma deliberação individualizada ou domínio político e, excecionalmente de um propósito coletivo. O *Plano do Filólogo* impositivo e de natureza policromática desenvolve-se fundamentalmente de acordo com uma perspetiva histórica e paisagística. O *Plano dos Cidadãos*, propositivo e policromático estabelece uma comunicação interativa entre a norma e a realidade concreta, individual, de cada intervenção.

Neste sentido, reconhece-se a necessidade de adotar, uma metodologia interdisciplinar que defina parâmetros suficientemente aceites em ambas as tipologias de planos. Ou seja, que permitam beneficiar a comunidade num espaço e tempo específico, explorando novas possibilidades de expressão da cor e da luz que redescubram a componente física e social do espaço. Derivando, sobretudo do contexto onde se atua deverá mediar aspetos, na análise, na gestão, no

projeto, na construção, na avaliação e na apreciação que possam auxiliar na requalificação integrada e sustentável da imagem arquitetónica e urbana.

Paisagem noturna

A iluminação desempenha um papel importante na dinâmica do movimento e da segurança, na eficiência energética e ambiental, no comportamento cultural e social do espaço urbano. A paisagem noturna marcada pelos efeitos de luz e sombra afeta o espaço perceptível. Como mencionam Miguez (2005) e Filho (2008), durante muito tempo, os atributos de iluminação urbana foram associados, maioritariamente, à função circunscrevendo princípios, como: a utilidade, a economia e a segurança, tendo sido aplicados desde a descoberta do fogo e utilizados desde então através da luz natural. Recentemente, os movimentos difundidos na Europa “L’Urbanisme Lumière” e na América do Norte “City Beautification” relacionam outras questões, tais como: a valorização do espaço, a preocupação com identidade cultural; a hierarquia e legibilidade de edifícios e espaços públicos; a criação de cenários urbanos e narrativas e a definição de ambientes psicológicos e simbólicos.

Diferentes na aplicabilidade, o modelo americano enfatiza o desenvolvimento de um cenário e a valorização da cidade como um produto para incentivar o turismo e economia (Filho, 2010), o modelo europeu destaca a preservação da ambiência e o embelezamento da cidade como um elemento de apreciação e característico do espaço urbano (Narboni, 2003). A adoção de muitos destes princípios nos planos urbanos de iluminação é, atualmente, uma realidade presente em muitas cidades do mundo. Cidades como Rosário (Argentina),



Figura 1 – Porto, Lisboa e Almada

Fonte: José Andrade, s. d.; Edilson Benvenuti, 2015; CMA, 2016⁴

⁴José Paulo Andrade (s. d.), Viela do Buraco; Rua de Pena Ventosa, [Fotografia: Porto], Disponível: <http://www.pbase.com/jandrade/ruas_do_porto&view=slideshow> (Acedido a 06 de Agosto de 2016); Edilson Benvenuti (2015), Rua da Rosa, Bairro Alto [Fotografia: Lisboa], Disponível: <<http://www.panoramio.com/user/190133>> (Acedido a 06 de Agosto de 2016); Câmara Municipal de Almada (2016), Museu do Sítio - Núcleo Medieval e Moderno de Almada Velha [Fotografia: Almada], Disponível: <http://www.malmada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2&xpgid=galeria_imagens&galeria_imagens_top_qry=boui=43899969&galeria_imagens_bottom_qry=classif=19876674&galeria_imagens_title_qry=boui=19876674> (Acedido a 06 de Agosto de 2016)



Figura 2 – Almada, Lisboa (Bruno Peinado, *Lune - Luz Boa* 2006), Guimarães (Cutileiro, *Dom Afonso Henriques* 2001)
 Fonte: João Pavão, 2010; António Almeida, 2006; Jean Philippe, 2013

Salt Lake City e Minneapolis (Estados Unidos); Sovico (Itália), Eindhoven (Holanda), Seoul (Coreia do Sul), Melbourne (Austrália) e Saint-Denis (França), são frequentemente citadas na literatura, como exemplos bem-sucedidos.

Em Portugal, tem existido uma preocupação modesta neste âmbito. A qualificação do espaço pela iluminação é tratada de forma mais local (rua, praça, edifício, etc.) ou está associado a uma tendência de projetos pontuais, geralmente para situações específicas de valorização de conjuntos urbanos históricos e tradicionais, predominantemente desenvolvidos por arquitetos e urbanistas que abordam superficialmente as conceções que devem ser consideradas de forma integrada (ver figura 2).

Por outro lado, frequentemente são criadas instalações ou festivais de luz que são geralmente implementados pelos departamentos de Turismo e *Marketing* Urbano ou por Organizações Artísticas, onde o objetivo principal ou mais evidente consiste na criação de ambiências que procuram uma relação estética entre a luz e a arquitetura, a dramatização da cena arquitetónica. Em muitos destes projetos existe uma forte crítica quanto ao “empirismo”, às soluções propostas e ao excesso de energia despendida para alcançar efeitos cenográficos que supervalorizam a arquitetura e o espaço urbano (Caeiro, 2007, p. 118).

O tema é multidisciplinar e abrange a ciência no campo das políticas de proteção e preservação do património ambiental urbano, do urbanismo, da sociologia, da antropologia e da fotometria. Na discussão que se impõe sobre a cidade, consideramos que deverá existir um maior debate de todas estas oportunidades, no contacto entre culturas profissionais, na partilha de conhecimentos técnicos e na celebração da luz com o motor cultural para as sociedades onde as narrativas do Humano possam encontrar palcos adequados às infinitas aspirações de todos nós (Ribeiro, 2007, p. 148-151; Jesus, 2010, p. 1).

Impondo-se não somente ao olhar, mas tam-

bém à consciência, não se trata de copiar nenhum modelo existente, mas de respeitar uma herança cultural e de promover, em cada caso, uma postura crítica de valorização da relação entre a poética e a técnica. Uma abordagem multidisciplinar e integrada que considere o desenvolvimento de novos conceitos e tecnologias de interação entre a matéria, a luz, a sombra e a cor mas também a evolução de uma sociedade.

Assim, o objetivo da iluminação urbana não é apenas o de garantir melhores níveis de segurança e bem-estar para os cidadãos ou destacar referências culturais mas também, como menciona Gonçalves (2006, p. 11) de realçar as ambiências – o espaço arquitetonicamente organizado e animado que constitui, sob essa perspetiva, um meio físico, estético e psicológico, especialmente aparelhado que reflita o modo de viver, fazer e pensar das comunidades. “Dessa forma, as ambiências revelam a cultura e o espírito do lugar como um ambiente personalizado em um movimento contrário à padronização das cidades e globalização da “lógica” da intervenção urbana”.

Neste contexto, a iluminação urbana não deve ser implementada sem a adoção de um instrumento de planificação adequado, sem a definição de uma estratégia global e coerente que evite o desenvolvimento aleatório perceptível em muitas realizações, nomeadamente, sem uma identificação de áreas homogêneas de intervenção, sem uma orientação que promova um efetivo controlo da poluição luminosa, proliferação desajustada e inconsciente de pontos de luz, sem uma política consistente de renovação do equipamento existente.

2. Rua Cândido dos Reis, Cacilhas

Contextualização

O município de Almada⁵ tem vindo a reunir vários instrumentos de gestão territorial e aderido

⁵ O concelho de Almada tem cerca de 101.500 habitantes (Bezerra, 2013/14), pertence ao distrito de Setúbal e esta dividida em 11 freguesias. Almada deixou de ser uma cidade industrial nos anos 1990, tem muitos espaços degradados, especialmente nas antigas instalações ligadas a indústria naval e outras indústrias nas margens do rio Tejo.

a programas de financiamento com o propósito de transformar a estrutura urbana e consequentemente implementar uma mudança de imagem, a qual durante muitos anos foi associada a diversas atividades industriais (Moreira, 2004; Rodrigues, 2001). Tendo sido atribuída uma relevância essencial à reabilitação e regeneração urbana. Neste âmbito, a freguesia de Cacilhas, uma das mais antigas da cidade, foi nomeada como um dos lugares para a implementação de um Plano de Pormenor análogo a um laboratório modelo de gestão do território (Pardal e Janeiro, 2015).

Enquadrado na primeira Área de *Reabilitação Urbana* (ARU) do país, o plano envolve processos de informação e participação pública que abrangem o núcleo central de Cacilhas e a sua artéria mais importante, a Rua Cândido dos Reis (ver figura 3). Com o objetivo de melhorar a imagem urbana e arquitetónica da rua, foram definidas estratégias que assentam na promoção do turismo associado ao lazer e à cultura, na valorização do comércio local e na requalificação do centro histórico.

Processo de requalificação

Pardal e Janeiro (2015, p.1) referem que, para além dos apoios decorrentes dos benefícios fiscais e financeiros da ARU, a *Requalificação da Rua Cândido dos Reis*, integra os princípios que

regem o Programa Operacional Regional de Lisboa, o Plano Diretor Municipal e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). A partir deste contexto, foram definidas pela autarquia duas fases de intervenção.

A primeira fase (2011-2012) de iniciativa pública, corresponde ao *Plano de Requalificação da Rua Cândido dos Reis* liderado pelo arquiteto António Olaio (ver figura 4).

Considerando as pré-existências do lugar, a proximidade e relação com o rio Tejo, a cidade de Lisboa e o interface de transportes fluviais e terrestres, o projeto consiste: na reconfiguração do percurso automóvel de forma a condicionar a sua circulação e presença; na redução do estacionamento e acréscimo do percurso pedonal de forma a reduzir a poluição ambiental; no aumento da permeabilidade do solo e no incremento de segurança, inclusão e qualidade de vida do cidadão.

Para o efeito foi repavimentada toda a extensão da rua (com início junto ao largo Alfredo Dinis e termino no Largo dos Bombeiros Voluntários) em calçada portuguesa e lajetas de betão.

Para valorizar a tradição e expressão cultural local, os desenhos remetem para temas alusivos às ondas do mar, aos barcos típicos do rio Tejo e aos golfinhos.

As qualidades múltiplas e variáveis dos revestimentos, através das texturas, padrões e cores tradicionais (calcário vidraço branco, calcário vidraço azul-escuro, calcário vidraço beje-acasta-

LEGENDAS:

- 1 Oceano Atlântico
- 2 Rio Tejo
- 3 Concelho de Almada
- 4 Cidade de Lisboa

- 1 Interface fluvial e terrestre
- 2 Caís do Ginjal
- 3 Largo Alfredo Dinis
- 4 Rua Cândido dos Reis
- 5 Largo dos Bombeiros Voluntários

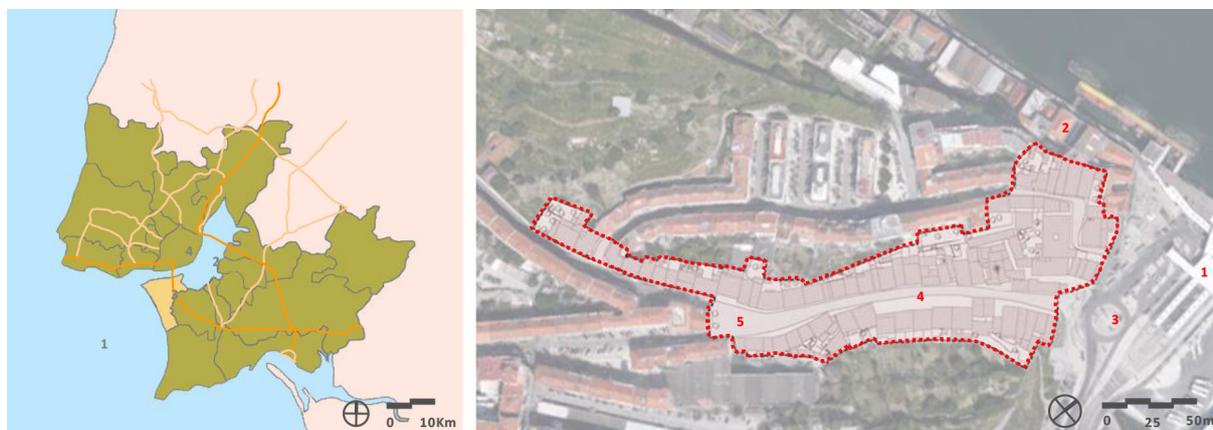


Figura 3 – Enquadramento territorial da Área Metropolitana de Lisboa e do perímetro da ARU de Cacilhas
Fonte: Adaptação e montagem de Simões, 2016



Figura 4 – Plano de Requalificação da Rua Cândido dos Reis
 Fonte: Adaptação e montagem de Bezerra e Simões, 2016

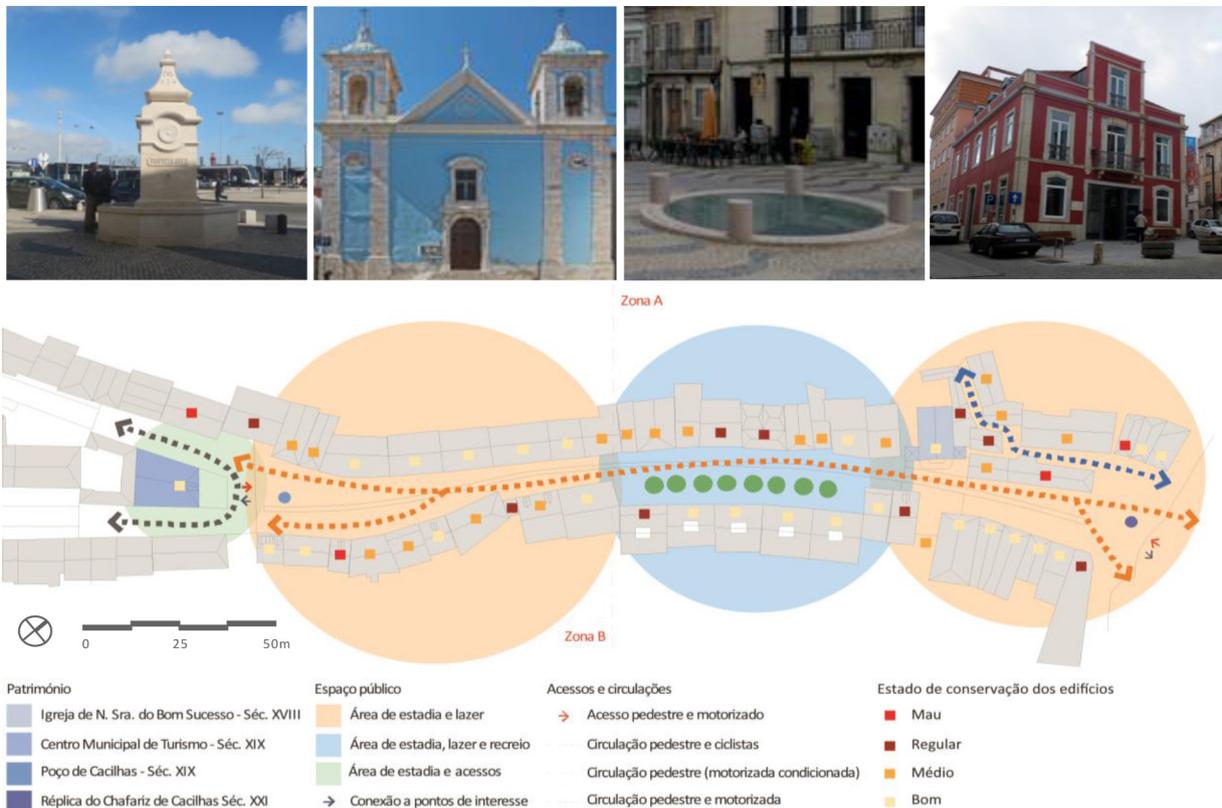


Figura 5 – Diagrama de Análise Urbana I
 Fonte: Elaboração própria, 2016

nhado da calçada e o cinzento-escuro das lajetas) e, sobretudo, dos resultados da iluminação (contraste entre claro/escuro, adaptação ao clima pela absorção e reflexão da temperatura do pavimento) viabiliza um imaginário de memórias, imagens e emoções a quem a vivência.

Esta evidência de reapropriação do espaço e do movimento (Cullen, 1983) é também reforçada pelas necessidades sociais, culturais ou comerciais. Através da renovação das infraestruturas de saneamento, da ampliação de área de esplanadas, da renovação da luz artificial e implementação de mobiliário urbano são definidos diferentes tipos de ocupação na paisagem diurna e noturna.

A segunda fase (de 2011 à atualidade) de iniciativa pública, corresponde às intervenções de restauro e reabilitação do Poço de Cacilhas, da Igreja da Nossa Senhora do Bom Sucesso e do Centro Municipal de Turismo e à recriação e reposicionamento do antigo chafariz do Largo Alfredo Dinis (ver figura 5).

Complementarmente, por iniciativa privada, através da ARU de Cacilhas e com o apoio do Gabinete Técnico da Câmara, tem vindo a ser recuperado o edificado existente que apresentava uma generalizada degradação por envelhecimento natural, ausência de manutenção e limpeza. Nesta reconstrução da imagem urbana e arquitetónica, o ambiente propicia novas relações entre os cidadãos e a paisagem (Lynch, 1960).

As potencialidades e a aplicabilidade da luz e da cor

As dinâmicas cromáticas e lumínicas da paisagem diurna e noturna resultantes da requalificação em curso da *Rua Cândido dos Reis*, conduziu-nos ao desenvolvimento de uma análise na qual se integra o estudo dos fatores que influenciam a formação da nova imagem local. Assim, partindo dos princípios metodológicos de Lenclos (1989, pp.4-5) e Fiori (2000, pp.77-88), foram considerados três níveis de percepção da escala urbana e arquitetónica: global (lugar), elementar (rua) e pormenor (objeto).

Para a construção deste modelo de análise, numa primeira fase (pesquisa de campo), procedeu-se à observação *in loco* das cores, dos padrões e das texturas existentes no espaço urbano. Posteriormente, foi efetuada a codificação destes elementos (Sistema NCS - *Natural Colour System* e Escala Temperatura de Cor – Kelvin), diversos registos gráficos e exercícios pictóricos, assim como fotografias que, enquanto documentos iconográficos permitiram a recolha da informação.

O registo do existente foi realizado, na paisagem diurna, à mesma hora do dia, para minimizar as transformações do espaço provocadas pela alteração da luz solar ao longo do ciclo dia/noite; ciclo do próprio dia e o ciclo climático. Na paisagem noturna, foi realizado no final da tarde (mutação do dia para a noite) e noite (permanência da noite).

Assim, na *percepção global*, foram considerados vários fatores relativos ao lugar, nomeadamente, as condicionantes geográficas, geológicas, climáticas e os materiais de construção que, contribuem para a criação de ambiências. Os valores cromáticos e lumínicos destes elementos atribuem qualidades à paisagem distinguindo particularidades na imagem local. Porém, verifica-se a tendência expressa por Lancaster (1996), para os edifícios funcionarem como elementos de publicidade, em virtude da sua ocupação, forma, cor ou ambos.

Na *percepção elementar*, uma escala mais próxima, foi observada a rua incidindo em fatores como a predominância visual e significativa das imagens existentes e emergentes (Cullen, 1983) que compõem a paisagem diurna e são referência na paisagem noturna. Destacando-se como elementos de percepção ou sensação do corpo, o pavimento em calçada portuguesa, os paramentos pintados ou revestidos a pedra, cerâmica, e azulejos e as coberturas de telha cerâmica (de períodos históricos diferenciados) impõem uma presença que confere à envolvente qualidades perceptíveis, através da cor, brilho, padrão e textura (ver figura 6).

É possível perceber que o reforço da função socializadora, recreativa e turística e a valorização das atividades comerciais concebeu uma nova legibilidade à rua que estabelece contrapontos de intensidade cromática ou ruído visual que acompanham as influências do momento e alteram as cores dos revestimentos originais e tradicionais da arquitetura portuguesa.

A *percepção de pormenor*, agrega componentes que tornam perceptível a tonalidade da luz, a reprodução das cores dos objetos e das superfícies permitindo criar os relevos, as texturas e os volumes dos diferentes planos visuais, nomeadamente, ambiência dos espaços interiores, signos informativos (sinalética), qualidades ambientais e estéticas da materialidade dos objetos.

Na segunda etapa da análise (em *atelier*) foi elaborada uma síntese visual das “constantes” cromáticas e lumínicas encontradas. Esta foi feita a partir do mapeamento e codificação dos revestimentos dos edifícios, destacando-se as cores dominantes de acordo com as escalas de



GLOBAL

ELEMENTAR

PORMENOR

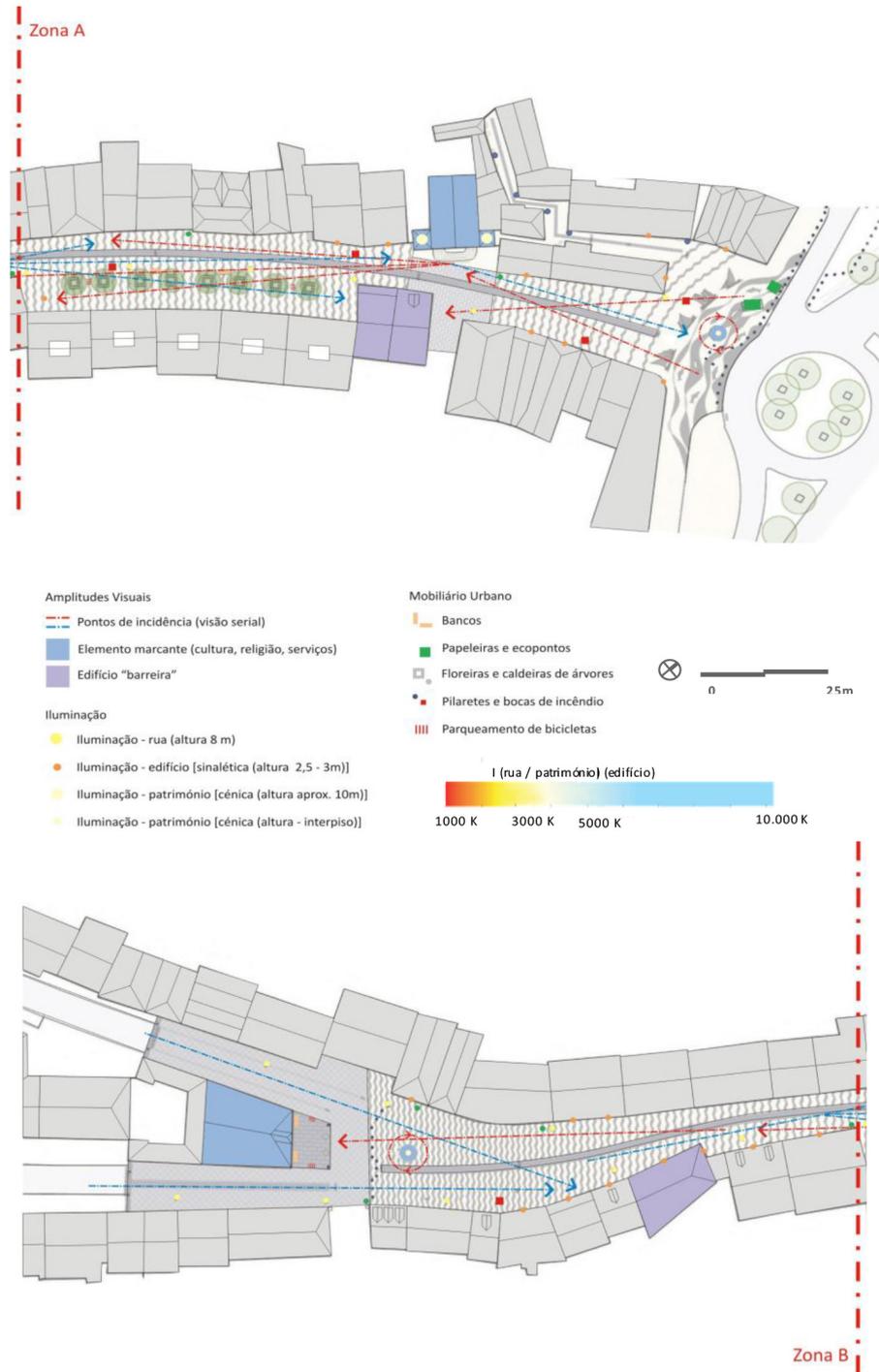
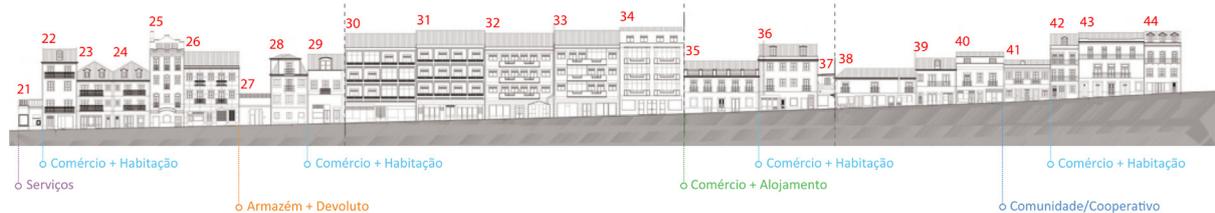


Figura 6 – Diagrama de Análise Urbana II
 Fonte: Elaboração própria, 2016



PERFIL NOROESTE



PERFIL SUDESTE

Figura 7 – Diagrama de Análise Urbana III
Fonte: Elaboração própria, 2016

percepção (paleta geral e elementar) e os grupos do sistema cromático. Neste âmbito, foram contabilizadas quarenta e sete cores nos parâmetros: quatro do grupo “Branco/Preto”, dezassete do grupo “Amarelo/Vermelho”, seis do grupo “Vermelho/Azul”, onze do grupo “Azul/Verde” e nove cores do “Verde/Amarelo”. Relativamente aos socos, cunhais, molduras, cimalthas, platabandas e ornatos foram contabilizadas quatro cores no grupo “Branco/Preto” e duas cores no grupo “Amarelo/Vermelho”. Por outro lado, nas caixilharias e guardas as cores dominantes são cinco no grupo “Branco/Preto”, seis cores no grupo “Amarelo/Vermelho”, três no grupo “Vermelho/Azul”, duas no grupo “Azul/Verde” e quatro no grupo “Verde/Amarelo”. As coberturas estão distribuídas por duas cores no grupo “Branco/Preto” e quatro no grupo “Amarelo/Vermelho”. Finalmente, os pavimentos apresentam duas cores no grupo “Branco/Preto”, uma no grupo do “Amarelo/Vermelho” e uma no grupo do “Vermelho/Azul”. (ver figura 7)

Considerações finais

A análise da Rua Cândido dos Reis, a partir do fenómeno da cor e da luz, permitiu estabelecer um diálogo com diferentes áreas disciplinares, assim como, constituiu uma oportunidade para refletir sobre os diferentes valores de estruturação, identificação e comunicação destes elementos. Embora existam múltiplas possibilidades de abordagens foram aprofundados princípios que podem, a partir do planeamento e estudo integrado da cor e da luz, revelar um conjunto de valores que: manifestam a memória, a história e a cultura; contribuem para a construção de uma imagem local; qualificam positivamente o espaço construído e vivido; e são essenciais no processo de requalificação da paisagem diurna e noturna.

França (2003, p. 18) refere que “a experiência cromática é uma dialética contínua entre razão e emoção, entre longitude de ondas, natureza de luz, sistema visual e nosso eu mais profundo. Inclusão entre arte e ciência; entre física, psicologia e antropologia”. Nesta dinâmica residem as características que definem os modos de vida e as apropriações espaciais.

Ao estimular a vivência e evitar que a rua se transformasse num lugar residual, o processo de requalificação, de iniciativa pública e privada, tem vindo a criar novos incentivos destinados ao lazer, cultura, turismo e comércio, articulados com a arte, o *design*, e a vegetação paisagística-

mente concebida. A partir deste contexto, verifica-se um aumento do interesse relativo ao fenómeno da cor e da luz, embora a sua relação com o espaço arquitetónico e urbano necessite de ser mais aprofundada pois, frequentemente, está associada mais à experimentação e intuição do que à gestão ordenada e científica de princípios.

Assim, reforça-se que um plano de cor e de luz em operações de requalificação, não é apenas de um instrumento de controlo das opções. É um instrumento de conhecimento e de projeto que abrange diferentes variáveis da materialidade e formas de percepção onde se reaprende a interpretar a linguagem urbana e arquitetónica e a restituir outras possibilidades de leitura com maior qualidade cromática e lumínica.

Referências bibliográficas

- Aguiar, J. (2002), “Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do património”, Porto: FAUP.
- Bezerra, R. (2014), “Políticas urbanas e processos de patrimonialização nas cidades de Fortaleza e de Almada”, Forum Sociológico [Online], 25, pp. 45-51. Disponível: <<http://sociologico.revues.org/931>> [consultado a 30 de Março de 2016].
- Bezerra, R. (2013/14), “Almada, narrativas de uma cidade em transformação”, Scientia, vol. 2, nº 3, nov. 2013/jun.2014, pp. 121-128.
- Caeiro, N. (2007), “Luz, Arte, Comunicação e Cenografia”, em Sofia Thenaisie e Luís Urbano (Eds.), Desenhar a Luz. Designing Light, Porto: FAUP, pp. 113 – 118.
- Cullen, G. (1983), “Paisagem Urbana”, Lisboa: Edições 70.
- Durão, M. (2002), “Colour in the Built Environment”, Fabrikart, 2, pp. 162-169
- Ferrara, L. (1988), “Ver a cidade: cidade, imagem, leitura”, São Paulo: Nobel.
- Filho, E. (2008), “Iluminação Urbana: Análise Comparativa e Construção de Plano Director de Iluminação em Ambientes Urbanos Brasileiros”, em 7º Seminário Internacional da NUTAU - O espaço sustentável – inovações em edifícios e cidades, 159, São Paulo: NUTAU/USP. Disponível: <www.usp.br/nutau/CD/154.pdf> [consultado a 20 de Novembro de 2015].
- Fiori, S. (2000), “Réinvestir L’espace Nocturne: les concepteurs lumière”, Les Annales de la Recherche Urbaine, n. 87, pp. 73-80.
- França, R. (2003), “As cores do Bonfim”, Salvador: Rosa Alice França.
- Fortuna, C. (1997), “Destradicionalização e imagem da cidade: O caso de Évora em Carlos

Fortuna (org.)”, Cidade, Cultura e Globalização - Ensaios de Sociologia, Oeiras: Celta, pp. 231-257.

- Fortuna, C. (2009), “Cidade e Urbanidade em Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite”, (Orgs.), Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos, Coimbra: Almedina, pp. 83-97.

- Gonçalves, A. (2006), “Iluminação Urbana. A construção da paisagem nocturna de sítios históricos”, Lume [online], 20, pp. 10-13. Disponível: <http://www.lumearquitetura.com.br/pdf/ed20/ed_20_Ilum_Pub.pdf> [consultado a 20 de Novembro de 2015].

- Jesus, R. (2010), “Plano Diretor de Iluminação Urbana”, *Arquitextos* [online], 118.03. Disponível: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.118/3374>> [consultado a 20 de Novembro de 2015].

- Lancaster, M. (1996), *Colourscape*, London: Academy Editions.

- Lenclos, J. (1989), “The Geography of Color”, Tokyo, San’ei Shobo Publishing Co.

- Lynch, K. (1960). “A Imagem da Cidade”, Lisboa: Edições 70.

- Mahnke, F. (1999), “Color, Environment & Human Response”, Nova Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

- Miguez, J. (2005), “A iluminação da Arquitectura e seu impacto sobre a cidade. City Beautification x L’ urbanisme Lumière”, Lume [online], 03, pp. 4-8. Disponível: <http://www.lumearquitetura.com.br/pdf/LA_Pro3/02%20%20pro_fachadas_Vis%C3%A3o_Geral.pdf> [consultado a 20 de Novembro de 2015].

- Moreira, G. (2004), “Da cidade industrial à pós-industrial: Contributo para uma análise da transformação urbana em Portugal”, Sociedade e Território: Revista de Estudos Urbanos e Regionais 37/38, pp. 27-36.

- Narboni, R. (2003), “A luz e a paisagem. Criar paisagens nocturnas”, Lisboa: Livros Horizonte.

- NCS Colour AB (2016), “NCS Navigator” [online], Stockholm: NCS Colour AB. Disponível: <http://www.ncscolour.com/en/design-architecture/work-digitally-with-ncs/ncs-navigator/> [consultado a 1 de Junho de 2016].

- Pardal, A e Janeiro, A. (2015), “Almada: reabilitar, revitalizar”, Poder Local – Revista de Administração Democrática [online], 04/2015, Disponível: <<http://revistapoderlocal.pt/index.php/e-revista/artigos/42-reabilitacao-urbana/50-almada-reabilitar-revitalizar>> [consultado a 30 de Março de 2016].

- Ribeiro, N. (2007), “A cidade visível. Luz, sustentabilidade e novas tecnologias”, em Sofia

Thenaisie e Luís Urbano (Eds.), *Desenhar a Luz. Designing Light*. Porto: FAUP, pp. 147-151.

- Richards, G. (2001), “The experience industry and the creation of attractions”, em Greg Richards, (org.), *Cultural attractions and European Tourism*, Nova Iorque: CABI Publishing, pp. 55-69.

- Rodrigues, J. (2001), “O Arranque da Metropolização na Margem Sul: Factores e modos de urbanização da região de Almada (1935-1947)” em Magda Pinheiro, Luis V. Baptista e Maria João Vaz, (Orgs), *Cidade e Metrópole: Centralidades e Marginalidades*, Oeiras: Celta, pp. 137-149.

- Sánchez, F. (2010), “A reinvenção das cidades para um mercado mundial”, Chapecó: Argus.

Qualificação de bairros peri-centrais autoproduzidos em Lisboa e Maputo: virtudes e vicissitudes dos processos

Upgrading of pericentral self-produced neighbourhoods in Lisbon and Maputo: processes' virtues and vicissitudes

Isabel Raposo¹, Sílvia Jorge²

Resumo

Este artigo pretende contribuir para a discussão sobre os paradigmas contemporâneos de intervenção urbana em bairros peri-centrais e autoproduzidos, onde reside hoje mais de um sexto da humanidade, e que são particularmente extensos nas cidades do Sul. O olhar foca-se nas virtudes e vicissitudes dos processos de qualificação de bairros em diferentes tipos de contextos, programas e processos. Elegeram-se como casos de estudo três situações localizadas em duas cidades lusófonas, uma do Norte, Lisboa (Portugal), e outra do Sul, Maputo (Moçambique), onde as autoras realizaram trabalho de ação e de pesquisa: Cova da Moura e Vertente Sul de Odivelas, na Área Metropolitana de Lisboa; e Maxaquene-A, em Maputo. Tendo subjacente a noção de Direito à Cidade formulada por Lefebvre (1968), e hoje muito convocada, esta reflexão crítica visa contribuir para responder às questões “o que fazer” e “como fazer” para melhorar os tecidos urbanos auto-produzidos. Para enquadrar a análise empírica das três situações, apresentam-se primeiro em traços gerais o enquadramento jurídico e urbanístico vigentes nas duas cidades lusófonas. Comparam-se de seguida as três situações com enfoque para a questão fundiária e a centralidade da localização, a dinâmica associativa e as dinâmicas territoriais, os programas e os instrumentos urbanísticos de que foram alvo. Na abordagem sucinta e comparada das três situações destacam-se os factores que favoreceram a sua qualificação e os conflitos e contradições que retardaram ou impediram a sua concretização.

Palavras-chave

Bairros pericentrais e autoproduzidos, cidades lusófonas, qualificação urbana, Direito à Cidade

Abstract

This article aims to contribute to the discussion of contemporary paradigms of urban intervention in peri-central and self-produced neighborhoods, particularly extensive in South cities, where more than one-sixth of the humanity is living today. It focuses on the virtues and vicissitudes of the qualification processes of different types of contexts and neighborhoods, programs and processes. Three situations were chosen as case studies. They are located in two Lusophone cities, from North, Lisbon (Portugal) and and South, Maputo (Mozambique), where the authors carried out action and research work: Cova da Moura and Vertente Sul de Odivelas, in the Metropolitan Area of Lisbon; and Maxaquene-A in Maputo. Bearing in mind the notion of Right to the City formulated by Henri Lefebvre (1968), nowadays very claimed, this critical reflection aims to contribute to answer the questions “what to do” and “how to do” to improve such self-produced urban fabric. The legal and urban framework prevailing in the two Lusophone cities frame the empirical and comparative analysis of the three situations focused on: land issue, centrality of the location, associative dynamics and territorial dynamics, urban programs and instruments that they were targeted. In a succinct and comparative approach, the article highlights the the factors that favored their qualification as well as the conflicts and contradictions that have delayed or prevented its achievement.

Keywords

Pericentral and self-produced neighbourhoods, Lusophone cities, (sub)urban qualification; Right to the City

¹ Professora Associada da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FA/ULisboa) e coordenadora do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais Urbanos e Ação Local (Gestual-CIAUD/FAUL).

² Arquitecta, mestre em “Reabilitação da Arquitetura e Núcleos Urbanos” pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, é doutoranda em Urbanismo na mesma instituição académica, dedicando-se a analisar as transformações espaciais operadas em espaços pericentrais autoproduzidos, alvo de processos de valorização mercantil pela localização estratégica que ocupam. Membro do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais Urbanos e Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

Introdução

Em contexto de (sub)urbanização acelerada e de globalização económica neoliberal, em que mais de um sexto da humanidade se concentra nas margens cada vez mais extensas da cidade urbanizada, urgem respostas mais adequadas, que garantam o acesso de todos a uma habitação condigna (Davis, 2006; Birch e Wachter, 2011). A energia e o investimento despendidos por milhões de habitantes na autoconstrução ou na auto ou coprodução³ do seu espaço de habitar, em regra, só à posteriori tem desencadeado alguma resposta privada ou pública. Esta tem assumido diferentes modalidades: desde a *tábula rasa* do tecido autoproduzido, geralmente visando a sua renovação urbana⁴ e associada à expulsão realojamento e periferização dos antigos moradores; à sua qualificação⁵.

A *tábula rasa* tende a estar ligada a processos de disputa de espaço e de gentrificação, que negam aos primeiros habitantes o acesso no local a uma habitação condigna. Mas este paradigma urbano também já esteve e pode estar associado ao realojamento *in situ* ou na proximidade quando a operação visa o direito à habitação e à cidade e aposta na participação e inclusão dos moradores residindo em habitações muito precárias e/ou em áreas de risco ambiental. Foi o que aconteceu no quadro do programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) lançado em 1974 em Portugal com o realojamento mais ou menos *in situ* das famílias residindo em bairros autoproduzidos, precários, nas periferias urbanas. Situação semelhante ocorreu duas décadas depois no quadro do Programa *Favela-Bairro*, lançado

no Rio de Janeiro em 1995, em que se procedeu ao realojamento *in situ* de famílias residindo nas áreas mais críticas destes territórios.

Os programas de qualificação dos bairros autoproduzidos, que apostam no melhoramento de infraestruturas básicas, equipamentos coletivos e espaço público, e por vezes, também do parque habitacional, tendem a apoiar-se no direito ao lugar e na melhoria do tecido urbano existente, embora sejam tendencialmente ações de menor escala. Em Portugal, no novo milénio, destacam-se pela sua aplicação nos territórios em estudo e suas proximidades, programas de escala nacional – como o *Urban*⁶ (1995 e 2000), o PROQUAL⁷ (2002) e a Iniciativa Bairros Críticos (2005)⁸ – e de escala municipal, como o BIP-ZIP (2010)⁹. Em Moçambique, no novo milénio, não foram desenhados programas específicos de qualificação visando o direito ao lugar¹⁰, mas têm vindo a ser implementadas ações pontuais de melhoramento, geralmente por organizações da sociedade civil.

Tendo em conta o processo de produção do tecido autoconstruído ou autoproduzido e o investimento realizado pelos seus habitantes, tomamos como premissa que a dignificação da habitação supõe o direito ao lugar e o direito à cidade, no sentido preconizado por Lefebvre (2012 [1968]). Este direito não se limita ao acesso a infraestruturas e serviços básicos, ou ao regresso às cidades tradicionais. Trata-se de um direito à “vida urbana renovada” pelos próprios cidadãos e contrária à ordem imposta, de um direito à Obra (*à l’Oeuvre*), como refere o autor, ambos supondo o controlo direto dos habitantes pela sua forma de habitar. Também Harvey, na

³ Com o conceito de “autoprodução” referimo-nos ao modo de produção de todo o espaço de habitar, na senda da noção de “produção do espaço” de Henri Lefebvre (1974), e não apenas à auto-construção da habitação. Pretendemos com esta denominação chamar a atenção para toda energia despendida pelos “produtores” destes espaços, em vez de sublinhar, como os conceitos hoje dominantes de informal ou ilegal, o que estes lugares não têm. Ver: Groenewald, L.; Huchzermeyer, M.; Kornienko, K.; Tredoux, M.; Raposo, I.; Rubin, M. (2013); Raposo, I.; Jorge, S.; Melo, V.; Viegas, S. (2013); Raposo, I. (2012). Poderemos referir-nos na senda de Melo (2015) à co-produção quando vários actores intervêm na sua produção.

⁴ A noção de renovação urbana aqui convocada refere-se, como referem Guerra et al (2005: 17), à “demolição do edificado e consequente substituição por construção nova, geralmente com características morfológicas e tipológicas diferentes, e/ou novas actividades económicas adaptadas ao processo de mudança urbana”. A renovação de áreas autoproduzidas a que neste texto nos referimos está geralmente associada a processos de gentrificação do lugar e de periferização dos grupos aí previamente residentes.

⁵ Utilizamos a noção de qualificação de bairros autoproduzidos na acepção utilizada no documento da Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção de Bairros Críticos (<https://dre.tretas.org/dre/189372/>) que coloca o foco na reabilitação e qualificação habitacional, urbanístico e ambiental (ponto 4c), mas também na criação de oportunidades de emprego (5a) e na integração social (ponto 5b), ou, como refere Guerra et al. (2005, p. 21) “na melhoria das condições de vida das populações” residentes.

⁶ A Iniciativa Urban visou “melhorar a qualidade de vida do ponto de vista das condições sociais básicas, da qualidade do espaço urbano e da valorização de elementos ambientais locais” integrando também dimensões económicas e de valorização dos recursos humanos. A candidatura portuguesa foi aprovada em Julho de 1995, integrando seis áreas urbanas. Ver: <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=70> (consultado em Maio 2016). Na sequência desta Iniciativa foi lançada em 2000 a IC Urban II, visando “promover a melhoria da qualidade de vida das populações de centros urbanos ou de subúrbios”. Ver <http://www.qca.pt/iniciativas/urban.asp> (consultado em Maio 2016).

⁷ O Programa Integrado de Qualificação de Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa, lançado em 2001, integrou-se na medida 1.5 (de Acções Específicas de Valorização Territorial) da Política de Requalificação Socio-Urbanística do Ministério do Planeamento tendo-se apoiado em instrumentos existentes como a Iniciativa Comunitária URBAN II. Ver <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/apresentacao-do-proqual--brandoa/713.htm> (consultado em Maio 2016). O PROQUAL Visava especificamente a requalificação e revitalização dos subúrbios, como condição para o reforço da coesão social e espacial do território metropolitano. Ver <https://issuu.com/ccdr-lvt/docs/proqual> (consultado em Maio 2016).

⁸ Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção de Bairros Críticos. Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de Setembro. Ver <https://dre.tretas.org/dre/189372/> (consultado em Maio 2016).

⁹ A Carta dos BIP/ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa foi aprovada em 10 de Novembro de 2010. Ver: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/12966626151eZT6rd0Bp48RL8.pdf> (consultado em Maio 2016). Ver também o catálogo on-line de exposição: CML (2013) Dentro de ti ó cidade. Energia BIP-ZIP, Lisboa, MUDE, Câmara Municipal de Lisboa, Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária. Ver: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1372236607V3aCE0ce2Cd99EY7.pdf> (consultado em Maio 2016).

¹⁰ A noção de qualificação é utilizada em Moçambique na acepção de renovação e gentrificação (Raposo, I.; Jorge, S.; Melo, V.; Viegas, S. 2013).

mesma perspectiva crítica, se refere à “cidade do desejo do coração” (2008, pp. 23-24), onde todos os que nela habitam podem conduzir coletivamente os processos de urbanização.

Os três casos aqui convocados – Vertente Sul de Odivelas, Cova da Moura e Maxaquene-A –, situados em duas cidades lusófonas – Lisboa e Maputo –, referem-se a distintas configurações fundiárias e sócio-territoriais; foram enquadrados por diferentes regulamentos jurídicos e urbanísticos, objecto de diferentes programas e planos de intervenção, e seguiram diferentes engenharias da sua gestão participativa. Todavia, apresentam todos eles uma localização pericentral¹¹ e, nalgum momento, apostaram na qualificação dos tecidos existentes, fizeram recurso à participação dos seus habitantes e apostaram no seu direito ao lugar. E estes modelos de intervenção interactivos (Raposo, 2012) de que beneficiaram os três casos, confrontaram-se, no entanto, com referenciais conservadores, que marcam o seu processo e o seu desenho, bem como com interesses instalados, a que não é indiferente a valorização fundiária destes espaços. Estes confrontos conduziram a mudanças mais ou menos drásticas dos pressupostos emancipadores preconizados.

Num primeiro ponto, apresentamos, em traços gerais, o enquadramento jurídico e urbanístico que estrutura as duas cidades e cada um dos casos. Num segundo ponto, restituímos, numa abordagem comparada, a questão fundiária e a centralidade da localização de cada um dos casos, a dinâmica associativa e a dinâmica territorial, os programas e planos de intervenção de que foram alvo, as transformações inovadoras implementadas e os obstáculos com que se depararam. Em conclusão, sintetizam-se os pontos considerados mais relevantes para futuras análises e abordagens de intervenção.

1. Quadro jurídico e urbanístico em Portugal e em Moçambique: breve voo histórico

Até meados da década de 1970, o mesmo sistema de planeamento, centralizado, hierárquico e tecnocrata, orientava a transformação urbana em Portugal e na então colónia moçambicana. Todavia, em Portugal, os planos tinham um carácter mais normativo e proibitivo e visavam conter o

crescimento urbano, ignorando a afluência à cidade dos migrantes rurais na sequência do forte êxodo rural que se densificava desde a década de 1940 com a industrialização crescente. Referimo-nos especificamente ao Plano da Região de Lisboa de 1964, elaborado pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, que não tomou em consideração as dinâmicas territoriais que ocorriam na periferia (Bruno Soares, 2003, p.247; Raposo *et al.*, 2011). No que respeita a Maputo, então Lourenço Marques, o seu Plano Director de Urbanização de 1969, tinha um carácter mais orientador da ocupação do solo, tendo delimitado de forma mais abrangente áreas de expansão urbana e definido uma estratégia para a regularização das áreas autoproduzidas a que chamou de “áreas subintegradas” de “habitações precárias e não disciplinadas” (Azevedo, 1969, p. 16).

Em Lisboa, muitos dos novos cidadãos, sem recursos para acederem ao parque habitacional público ou ao mercado legal, ocuparam terrenos livres, maioritariamente públicos, nos interstícios e nas margens do espaço urbanizado, configurando os então denominados “bairros de barracas”. Outros adquiriram a preços módicos, parcelas de terreno rústico, geralmente adquiridas em avos, configurando um “loteamento clandestino”, onde construíram a sua habitação mais ou menos precária (Rodrigues *et al.*, 1989; Raposo, coord., 2011). Estes “bairros de barracas” e loteamentos clandestinos embora não autorizados por lei¹², cresceram à vista do poder público. Os conjuntos habitacionais então construídos pelo Estado para os grupos de menores recursos, eram insuficientes face à crescente procura (Fonseca Ferreira, 1987). No caso de Lourenço Marques, os africanos de origem rural, servidores dos colonos, atraídos à capital, instalavam-se nos subúrbios – na “cidade de caniço” –, fora dos limites administrativos da cidade colonial urbanizada – a “cidade de cimento” –, em zonas consideradas provisórias e de reserva para a expansão da cidade (Rita-Ferreira, 1967/68; Raposo e Salvador, 2007).

Com o 25 de Abril de 1974, em Portugal, e a independência de Moçambique, um ano depois, abriu-se um breve período revolucionário, marcado nos dois países pela implementação de programas inovadores de qualificação dos subúrbios habitacionais semi-urbanizados, pautados por uma estreita interação entre os vários acto-

¹¹ A localização “pericentral” destes bairros auto e co-produzidos, refere-se à proximidade a áreas centrais urbanizadas e ao facto destas áreas serem alvo de processos de valorização pela sua localização estratégica do ponto de vista dos interesses mercantis (Raposo e Melo, 2013).

¹² Só após a publicação do Decreto-Lei n.º 46673 de 29 de Novembro de 1965, que institui a figura do loteamento urbano enquanto operação urbanística promovida por particulares e estabelece expressamente a obrigatoriedade do licenciamento municipal destas operações de loteamento urbano, se pode com rigor falar de loteamento ilegal (ou clandestino). Oito anos depois deste diploma, o Decreto-Lei n.º 289/73 visa defender os “compradores menos cautelosos” e evitar a criação de novos loteamentos clandestinos (Introdução, ponto 2).

res implicados - políticos, equipas técnicas e habitantes. Em Portugal, o SAAL, de escala nacional, assentou quase sempre no realojamento dos habitantes *in situ* ou nas proximidades do bairro precário onde residiam (Bandeirinha, 2007). Em Maputo, o caso específico do Projeto de Urbanização dos bairros de Maxaquene e Polana Caniço, apostou no reordenamento e melhoramento do tecido existente, com a abertura de vias e de praças e a instalação de equipamentos básicos, implicando, quando necessário, o realojamento *in situ* das famílias abrangidas por estas ações (Saevfors, 1986; Forjaz, 2006; Raposo, 2007). Em Moçambique, durante os primeiros anos de independência, de inspiração socialista, outras medidas marcaram a intervenção nos subúrbios, visando combater a cidade dual traçada pela administração colonial e resultado da exploração e especulação fundiária e imobiliária e da descriminalização racial e social. Entre elas destacamos: a nacionalização da terra e dos prédios de rendimento¹³; e a inclusão dos subúrbios nos limites administrativos da cidade (Oppenheimer e Raposo, 2002).

Este período emancipador que se insurgia contra as práticas autoritárias, dualistas e burocráticas anteriores foi rapidamente controlado ou refreado: em Portugal, com o encerramento do SAAL e a instauração da ordem democrática parlamentar em Novembro de 1975; em Moçambique, com a burocratização do regime de inspiração socialista que se traduziu numa organização hierárquica da cidade (em “bairros comunais”) e em estruturas de poder do Partido/Estado, até ao nível do bairro (grupos dinamizadores, secretários de bairro, chefes de quarteirão e chefes de dez casas).

A partir de meados da década de 1980, os dois países são inseridos no paradigma neoliberal. Em Portugal, este marcou a nova legislação dos planos municipais de ordenamento do território (1990)¹⁴ e a implementação de dois programas habitacionais nos 1990, sendo (i) um direccionado para a erradicação dos designados dos “bairros de barracas” e (ii) outro para a reconversão dos “loteamentos clandestinos”, a saber:

i) O PER (Programa Especial de Realojamento), lançado em 1993, assentou na demolição dos “bairros de barracas” e no realojamento da maioria dos seus moradores em grandes conjuntos habitacionais de promoção pública, de edifícios em altura. Em geral localizados lon-

ge da anterior residência, estes processos e projectos foram geradores de acrescidos problemas sociais e alvo de acesas críticas (Freitas, 1994, 1998; Guerra, 1994, 1999). Em alternativa a este programa, foram esboçados, já no novo milénio, novos princípios de intervenção que previam a qualificação integrada dos subúrbios (Fonseca Ferreira e Lucas, 2002), e que se corporizaram numa nova geração de programas. Destes, entre os já referidos na introdução, destacamos a Iniciativa Bairros Críticos, lançada em Setembro de 2005 e implementada em três bairros piloto, entre os quais o bairro da Cova da Moura, um dos casos adiante referidos.

ii) A Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, mais conhecida como Lei das AUGI (Áreas Urbanas de Génesis Ilegal), de cunho neoliberal, atribui o dever de reconversão aos (com)proprietários, retirando responsabilidade ao poder público, sobretudo central. Recorre a procedimentos tecnocráticos e burocráticos que tendem a estender o processo de reconversão ao longo de décadas (Raposo, 2011). Os cinco bairros da Vertente Sul de Odivelas adiante mencionados foram delimitados como AUGI.

Em Moçambique, com a abertura à economia de mercado na segunda metade da década de 1980, a pressão neoliberal traduz-se na implementação de um programa de ajustamento estrutural, por imposição do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, e pela liberalização política. É aprovada uma nova Constituição em 1990 que abre o país ao multipartidarismo, criando-se as condições para a realização de eleições multipartidárias, parlamentares e municipais, na sequência do processo de descentralização e municipalização (Oppenheimer e Raposo, 2007; Fauré e Rodrigues, 2011).

Emergiu, neste contexto, nova legislação, de que destacamos a Lei de Terras de 1997¹⁵. Apesar das pressões do mercado, esta nova Lei reconhece o direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) no caso de “áreas ocupadas pelas comunidades locais segundo as práticas costumeiras” ou de “áreas ocupadas de boa-fé há pelo menos dez anos por pessoas singulares nacionais” (artigo 1, ponto 3 do Regulamento da Lei de Terras). Contudo, os requisitos burocráticos e financeiros para a obtenção do título de DUAT têm excluído grande parte dos habitantes dos bairros autoproduzidos, que ficam assim mais vulneráveis aos processos de especulação imobiliária, de gen-

¹³ Através da publicação do Decreto-Lei n.º 5/76, de 5 de Fevereiro. Foram neste quadro também nacionalizadas as construções de rendimento existentes nos subúrbios.

¹⁴ A elaboração de Planos Directores Municipais foi introduzida pela Lei das Autarquias em 1977 e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio, substituída pelo Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março. Este impulsionará a elaboração dos PDM da Área Metropolitana de Lisboa, em que se inserem o da Amadora (município a que pertence o bairro da Cova da Moura) e o de Loures (município a que pertence a Vertente Sul de Odivelas, hoje pertencente ao de Odivelas).

¹⁵ Decreto-Lei n.º 19/1997, de 1 de Outubro.

trificação e de periferização desencadeados pelo mercado (Jenkins 2001; Jorge e Melo, 2014).

Já no novo milénio, foram ainda aprovados em Moçambique o Regulamento do Solo Urbano¹⁶ (2006) e a Lei do Ordenamento do Território¹⁷ (2007). Estes instrumentos enquadraram a elaboração do Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo, financiado pelo Banco Mundial (2008), bem como de alguns planos parciais de urbanização de Maputo, como o de Maxaquene-A. Alguns destes planos, nomeadamente ao nível dos bairros autoproduzidos pericentrais, tendem a desvirtuar-se de alguns dos direitos consagrados na legislação vigente e a seguir o paradigma dominante de *tábula rasa* com vista à renovação e rentabilização do seu uso. Este enquadramento jurídico-urbanístico contextualiza a precariedade do caso de Maxaquene-A ao nível da (in)segurança fundiária e do direito ao lugar dos seus residentes, apesar da Lei de Terras reconhecer a sua ocupação (Serra e Carrilho, 2013).

2. Experiências de qualificação em Lisboa e Maputo

Abordamos aqui alguns aspectos inovadores, bem como os obstáculos às intervenções de planeamento participado e de qualificação nos três casos que servem de base à nossa reflexão. Delinea-se em primeiro lugar a situação fundiária e

a localização estratégica, seguindo-se a dinâmica associativa, para se abordar por último a dinâmica territorial e os programas e instrumentos urbanísticos.

Situação fundiária e localização estratégica

Entre os três casos de estudo aqui mencionados, a Vertente Sul de Odivelas, composta por cinco bairros autoconstruídos¹⁸, apresenta a situação fundiária mais favorável. Tratando-se, na origem, de “loteamentos clandestinos” – terrenos rústicos loteados ilegalmente –, a maioria dos residentes é (com)proprietária da sua parcela (comprada em avos), pelo que dispõe de legitimidade, de acordo com a Lei das AUGI, para legalizar e reconverter o bairro e condição para legalizar a sua casa construída sem licença.

Em termos da sua localização, a Vertente Sul de Odivelas, apesar de pericentral como os restantes bairros, não apresenta ainda um grande interesse estratégico para o mercado imobiliário: (i) embora faça fronteira com o município de Lisboa, está virada a Norte, não apresentando boa exposição solar; (ii) está dissociada do tecido urbano envolvente, a Sul (pela sua vertente inclinada e pelo cemitério de Benfica) e a Norte (pela via rápida do IC17/CRIL); e (iii) parte dos seus terrenos foram classificados como “não urbanizáveis” e de “manutenção temporária” pelo



Figura 1 – Vertente Sul de Odivelas (em primeiro plano) e sua (des)articulação com a zona Norte de Odivelas (pela via rápida, IC17/CRIL) - Fonte: elaboração própria, Raposo, 2012

Figura 2 – Cova da Moura e tecido envolvente - Fonte: Google Earth, 2012

Figura 3 – Maxaquene-A e tecido envolvente - Fonte: elaboração própria, Jorge, 2013
(esq. para dtr.)

¹⁶ Decreto-Lei n.º 60/2006, de 26 de Dezembro.

¹⁷ Lei n.º 19/2007, de 18 de Julho.

¹⁸ Vale do Forno, Encosta da Luz, Quinta do José Luís, Serra da Luz e Quinta das Arrombas ale do Forno, Encosta da Luz, Quinta do José Luís, Serra da Luz e Quinta das Arrombas

Plano Diretor Municipal de Loures de 1994, não sendo portanto legalizáveis nesse quadro legal, requerendo estudos complementares e um tempo maior para lograr a sua reconversão.

A Cova da Moura, resultante da ocupação desde a década de 1960, sem plano oficial nem compra legal, de um terreno rústico abandonado, em parte público e em maior parte privado, apresenta uma situação fundiária menos favorável para o projecto de qualificação do bairro. Alguns dos moradores, residindo há mais de trinta anos no bairro, moveram em 2004 uma acção de usucapião, mas os processos não foram bem-sucedidos.

O bairro, situado às portas da capital, apresenta ademais uma boa situação topográfica dispondo-se em suave colina virada a sul com boa vista sobre a paisagem urbana envolvente. Integrado num município com poucos espaços livres e em adensamento progressivo, o tecido urbanizado em torno do bairro tem-se também urbanizado, ganhando centralidade e melhor acessibilidade. Desta forma, o terreno em que o bairro está implantado tem vindo a adquirir uma localização estratégica para os interesses imobiliários e um crescente valor de mercado.

A situação fundiária do bairro de Maxaquene-A foi durante algum tempo favorável à sua qualificação: sendo originário de uma ocupação rural dispersa e costumeira; o assentamento adensou-se e suburbanizou-se progressivamente com o crescimento da cidade colonial sendo classificado como “provisório” e “clandestino” pela administração colonial; viria a ser reconhecido como bairro “comunal” pelo primeiro governo independente de inspiração socialista; sendo posteriormente enquadrável pela nova Lei de Terras de 1997, em vigor, que promove a aquisição de DUAT pelos moradores dos bairros auto-produzidos. Todavia, com a exploração crescente dos recursos naturais do país, no novo milénio, os interesses capitalistas hegemónicos têm-se afirmado e as forças políticas defendem o valor de troca destes lugares, a favor dos promotores imobiliários, em detrimento do valor de uso, a favor dos seus residentes, defendido nos primeiros anos de independência.

A localização privilegiada de Maxaquene-A, junto à cidade urbanizada e a duas das suas principais vias de acesso, é vista como uma oportunidade pelos seus vários atores, mas os seus interesses são distintos: para os seus habitantes, constitui uma oportunidade de acesso ou proximidade a serviços públicos e privados; para as organizações não governamentais (ONG) e para os doadores, a localização central do bairro faci-

lita o acesso às intervenções no bairro; e para os promotores e investidores privados, esta centralidade constitui um factor de atração do investimento para a sua transformação e renovação, com vista à criação de mais valias (Vivet, 2012; Groenewald *et al.*, 2013).

Dinâmica associativa

A dinâmica associativa é também distinta nos três bairros, sendo neste caso mais frágil em Maxaquene-A e similarmente forte nos bairros da Vertente Sul e da Cova da Moura, embora com potencialidades distintas. Logo após o 25 de Abril de 1974, os habitantes dos cinco bairros da Vertente Sul mobilizaram-se e organizaram-se em associações em torno do direito à habitação e em defesa da urbanização do lugar. No final da década de 1970, as associações lograram com o apoio da Câmara Municipal de Loures, realizar algumas infra-estruturas urbanas e pequenos melhoramentos do espaço público. Hoje, cada bairro dispõe de uma comissão de administração conjunta, muito ativa, que conta com o apoio de uma comissão técnica (arquitecto e solicitador), umas e outras criadas em 2002 no quadro da Lei das AUGI, como se explica no próximo ponto..

Também os habitantes da Cova da Moura, originários do interior rural e imigrantes, maioritariamente cabo-verdianos, desde cedo (1978) se organizaram em ativa Comissão de Moradores. Foi esta forte organização que deu origem a um traçado legível da estrutura urbana do bairro desde a sua génese (não obstante o seu adensamento posterior). A capacidade reivindicativa deste corpo associativo e o diálogo com o poder municipal de então (Oeiras) criaram as condições para a implementação das infra-estruturas básicas, no final da década de 1970. Na década de 1980, duas outras associações locais foram criadas – Clube Desportivo (1983) e Associação Cultural Moinho da Juventude (1984) – que desenvolvem intensa atividade recreativa e socio-cultural, substituindo-se a um Estado ausente (Gestual, 2013b). Em 2002, as associações organizam-se em Comissão de Bairro para se unirem na luta contra a intenção municipal de demolição do bairro.

Em Moçambique, foi criada em 1974 a figura de Grupo Dinamizador para cada bairro visando fomentar o debate público, a animação cultural e a resolução dos problemas locais. A partir de 1977, com a burocratização do regime, os seus membros passam a ser escolhidos pelo Partido Frelimo/Estado, para controlo das populações,

mas mantendo o seu papel na gestão comunitária. Nas décadas de 1980 e 1990, estes grupos dinamizadores perdem poder mas mantêm-se em exercício como estruturas administrativas de base. No novo milénio, apenas a figura do secretário de bairro permanece como membro do executivo municipal que gere a vida comunitária em articulação com os chefes de quarteirão e os chefes de dez casas, e estabelecendo pontes com outros líderes comunitários, pastores, curandeiros, dirigentes de associações locais. A sua capacidade reivindicativa permanece reduzida (Raposo, 2007).

Dinâmicas territoriais e instrumentos urbanísticos

Vertente Sul de Odivelas

Em 1994, grande parte do território da Vertente Sul foi classificado no Plano Diretor Municipal (PDM) de Loures como “Espaço Urbano sujeito à atribuição de estatuto de Manutenção Temporária” (artigo 54.º do regulamento), devido ao risco de cheias, junto ao rio da Costa, e ao risco geotécnico, na zona de pendente mais acentuada. A indicação de prioridade de realojamento das populações abrangidas por este tipo de território (artigo 54.º) não foi implementada, dada a ausência de recursos públicos, mas também pela resistência da maioria dos proprietários, que passaram a preocupar-se cada vez mais com a legalização dos seus bairros.

Foi com este propósito que, em 2002, os proprietários se organizaram e solicitaram à Câmara Municipal de Odivelas a delimitação de cada um dos cinco bairros como áreas urbanas de génese ilegal (AUGI). Pretendiam desta forma iniciar o processo da sua reconversão, constituindo-se, de acordo com a Lei das AUGI, em administração conjunta, tendo eleito a sua comissão de administração conjunta¹⁹ e contratado a sua equipa técnica.

Em 2008, dada a dificuldade de contornar as condicionantes estabelecidas no PDM e a complexidade do processo e do território, as comissões de administração conjunta decidiram, com o apoio da sua equipa técnica e da Câmara Municipal, iniciar a elaboração de um Plano de Urbanização (PU) para toda a Vertente Sul de Odivelas. Para o efeito, e mediante concurso, contrataram uma nova equipa técnica responsável pela elaboração do PU. Pretendia-se através deste instrumento acelerar o processo de reconversão das cinco AUGI e favorecer a procura de consenso entre os vários parceiros no que res-

peita à delimitação da linha crítica indicadora das zonas em risco (de cheias e geotécnico), susceptíveis de demolição.

Esta dinâmica conduziu à apresentação de uma candidatura ao financiamento da União Europeia, através do Quadro de Referência Estratégico Nacional, com vista à regeneração do território, a qual foi aprovada em 2009. Incluindo uma rede alargada de parceiros, o Programa de regeneração apresentado previa, para além do apoio à elaboração do PU, um Programa de Ação Territorial (PAT), que apostou na criação de equipamentos e espaços públicos como condição para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. Este instrumento visava uma intervenção a curto prazo, numa óptica de qualificação, enquanto o PU visava uma intervenção a médio e longo prazo, sendo por isso vistos por alguns técnicos municipais como instrumentos complementares. Todavia, as acções identificadas como prioritárias neste PAT não haviam sido discutidas com as administrações conjuntas (dado o curto tempo para submissão da candidatura), pelo que este PAT era visto pelas comissões de administração conjunta e seus (com)proprietários, como um instrumento menos relevante que o PU. Este era visto como a condição para alcançar o seu objectivo principal - a legalização e reconversão dos cinco bairros da Vertente Sul de Odivelas, classificados como AUGI.

O processo de implementação deste Programa de regeneração foi inovador devido a dois factores principais: a forte interação entre a Câmara Municipal de Odivelas e as cinco comissões de administração conjunta, que se dispuseram a cofinanciá-lo quando o financiamento público faltou; e a diversidade de atores que integrou, incluindo universidades. Dentre estas, a Faculdade de Arquitectura da então Universidade Técnica de Lisboa (UTL), foi contactada através do Gestual²⁰, que teve como missão dinamizar, entre 2010 e 2012, workshops de participação pública para debate dos dois instrumentos urbanísticos referidos e então em elaboração (PU e PAT) (Raposo, 2012).

O forte envolvimento político por parte do executivo municipal na reconversão da Vertente Sul foi abalado em 2012 com a suspensão, pelo governo central, do financiamento de parte dos projetos elaborados no quadro do PAT. Alguns destes acabaram por ser financiados pelos (com) proprietários por iniciativa das comissões de administração conjunta, com o apoio da sua equipa técnica, o que permitiu a conclusão de várias das obras projetadas e a qualificação de infraestruturas e equipamentos destes bairros. Esta inflexão

¹⁹ Uma das limitações da Lei das AUGI, está no facto de impedir que os inquilinos integrem a administração conjunta que se restringe aos proprietários.

²⁰ Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local de que as duas signatárias são membros, sendo Isabel Raposo a coordenadora.

reforçou a importância do PU, enquanto instrumento estratégico de definição do regime de uso e transformação do solo, como reclamado pelas comissões de administração conjunta que consideravam a reconversão urbanística prioritária em relação à qualificação dos bairros realizada no quadro do PAT, por iniciativa municipal. Todavia, a dependência do PU do parecer de entidades externas, torna-o, ao contrário do PAT, muito moroso e centrado em aspectos burocráticos e estritamente técnicos.

Cova da Moura, na Amadora

No início do novo milénio, a Cova da Moura passou a ser alvo de interesses especulativos, sancionados pelo novo executivo municipal, que visavam a sua *tábula rasa*, renovação e recapitalização. Em 2002, a Câmara Municipal da Amadora, encomenda a um atelier privado, empresa Vasco da Cunha, a elaboração de um Plano de Pormenor com vista à renovação do bairro. A proposta apresentada propunha a demolição de cerca de 80% das construções do bairro. Este facto desencadeou forte reação por parte dos habitantes, através das suas associações. Estas constituíram-se em Comissão de bairro para travar o avanço do plano o que lograram.

Dois anos mais tarde, em 2004, parte dos alunos de uma turma finalista da Faculdade de Arquitetura da então Universidade Técnica de Lisboa, desenvolveu um plano para o bairro em interação com as associações locais, e visando a sua qualificação. Uma delas, a Associação Cultural Moinho da Juventude, organizou no final desse ano letivo, em Junho de 2005, no quadro da sua festa anual, Kola San Jon, um seminário, intitulado “A qualificação do bairro é possível”. As várias comunicações apresentadas neste seminário defendiam a qualificação dos tecidos urbanos auto e co-produzidos. Os estudantes finalistas, com apoio da sua professora, apresentaram uma síntese dos seus trabalhos que assentava na mesma óptica da qualificação do existente e opondo-se à proposta de *tábula rasa* de 2002. Este encontro teve impacto mediático, dada a breve presença do Presidente da República, Jorge Sampaio, acompanhado, entre outros, pelo Secretário de Estado do Ordenamento do Território, João Ferrão.

Três meses depois, em Setembro de 2005, o mesmo Secretário de Estado lança a *Iniciativa Bairros Críticos*, antes referida, que seria coordenada pela administração central (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana – IHRU) e direcionada para a qualificação e reinserção urbana de

bairros considerados “críticos”. O Bairro da Cova da Moura é escolhido como um dos três casos piloto. Visava-se então promover a sua qualificação, o que era conforme às aspirações da maioria dos habitantes e do forte associativismo local.

Com a inclusão do bairro na *Iniciativa Bairros Críticos*, inicia-se assim uma nova fase na sua história, almejando-se a sua qualificação, num esforço de intervenção integrada e participada, incluindo diversos atores aos níveis ministerial, municipal, local e técnico. Identificamos neste processo quatro períodos distintos (Raposo, 2012).

Num *primeiro momento*, curto (de Janeiro a Novembro de 2006) mas muito produtivo, realizou-se um diagnóstico e um Programa de Intervenção 2007-2011 consensualizados. Este período foi marcado pela criação de forte expectativa de todos e pelo envolvimento do governo central, tendo contado com o bom desempenho de uma equipa técnica externa (grupo de apoio técnico – GAT) que fortaleceu a relação entre os vários parceiros e a aproximação ao bairro. Do ponto de vista das associações, não foram todavia suficientemente valorizados as capacidades locais e a versão final do Programa de Intervenção, conduzido pela equipa de coordenação do IHRU, não foi suficientemente negociada (Gestual, 2013a). Esbateram-se nesta fase - mas não se eliminaram - as divergências entre as duas principais e distintas posições: a da Câmara Municipal, que apostava na elaboração de um Plano de Pormenor (PP) conforme ao quadro normativo vigente concebido para a cidade moderna e urbanizada; e a da população que através da sua Comissão de Bairro defendia a concepção de uma norma mais abrangente que visasse o direito ao lugar e à cidade dos seus habitantes.

Com a assinatura do protocolo em Novembro de 2006, e a aprovação do financiamento pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu em Setembro de 2007, entra-se num *segundo momento*, menos dinâmico, que visava a operacionalização do Programa de Intervenção. Neste período, ressaltam como positivas duas medidas: a elaboração em 2008 do estudo de caracterização das condições de habitabilidade e necessidades de reabilitação do edificado do bairro, coordenado pelo LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil); e a implementação de algumas das ações do Programa Imediato de Pequenos Melhoramentos (Pipem), de que se destacou a melhoria do sistema de recolha do lixo e de limpeza das ruas. Os principais aspetos negativos deste período têm a ver com o fracasso das duas principais medidas previs-

tas no Programa de Intervenção, e cujo controlo foi assumido pela Câmara Municipal da Amadora: a regularização da situação fundiária (para a qual não foi encontrada solução); e o lançamento do concurso para a elaboração do PP. Este só foi lançado em 2010, três anos e meio depois da aprovação do Programa de Intervenção, tendo sido selecionada a mesma equipa de projeto, liderada pela empresa Vasco da Cunha, que realizara a proposta de *tábula rasa* de 2002.

Consideramos um *terceiro momento*, marcado pelo início da elaboração do PP, em Outubro de 2010, que se pautou pelo reacender das divergências entre os dois principais atores: a Câmara Municipal, coadjuvada pela equipa do plano, defensora da demolição da maior parte do edificado e da renovação urbana; e a Comissão de Bairro defensora da qualificação do existente e que contou com o apoio técnico da equipa do Gestual da Faculdade de Arquitetura. Alguns meses depois do início dos seus trabalhos, o consórcio liderado pela empresa Vasco da Cunha apresenta, para discussão com os vários parceiros, um Plano de demolições, reabilitação e conservação, centrado em critérios de demolição. Este Plano que, a ser implementado, conduziria à demolição da maioria do edificado foi imediatamente rejeitado pelas associações que requeriam a definição de critérios de reabilitação (em vez de demolição) como ponto de partida para a realização do PP. O consórcio não chegou sequer a concluir a primeira fase do plano.

O *quarto momento*, em curso, inicia com a suspensão pelo governo central da Iniciativa Bairros Críticos, em Abril de 2012, como resultado da retirada do IHRU de coordenador da Iniciativa. A coordenação dos projectos em curso passa para os executivos municipais. Um ano depois, o da Amadora põe termo definitivo à Iniciativa no Bairro da Cova da Moura, e uns meses mais tarde, suspende a elaboração do PP para o bairro.

Nos primeiros dois anos de cessação da Iniciativa Bairros Críticos, e de indefinição do papel da edilidade, a Comissão de Bairro ganha novo protagonismo: atrai novos aliados para a qualificação do lugar; participa activamente em debates internos e alargados sobre o futuro do bairro (Gestual, 2013a, 2013b); colabora na elaboração de propostas participadas de qualificação do espaço público (acessibilidades, espaços verdes e intervenções prioritárias) desenvolvidas como o apoio do Gestual da Faculdade de Arquitectura e discutidas com os associados e a população. Estas propostas foram apresentadas em 2014 ao novo executivo municipal mas este não lhes deu seguimento. Na mesma altura, o poder mu-

nicipal logrou renovar algum controle sobre as dinâmicas locais: atribui a uma das associações a responsabilidade pela fiscalização das obras; e prometeu a outra associação novas instalações para as suas actividades educativas. Estas benesses criaram divisões e contribuíram para a cessação da dinâmica coletiva da Comissão de bairro, retomando cada associação a sua dinâmica própria.

A intervenção pública na Cova da Moura constituiu, tal como a implementada na Vertente Sul de Odivelas, uma experiência inovadora: integrou um conjunto diversificado de atores, apresenta um carácter intersectorial e integrado; acionou no primeiro momento uma forte dinâmica participativa que se esbateu posteriormente. Associações e habitantes foram chamados a participar nas discussões sobre o diagnóstico do bairro e nas ações a desenvolver. Sublinha-se a relevância da construção partilhada do diagnóstico e (embora menos consensual) do Programa de Intervenção, dinamizada pela equipa técnica (Malheiros *et al.*, 2006; Vasconcelos, 2007), bem como, já no segundo momento, a elaboração do estudo coordenado pelo LNEC em estreita interação com a comunidade (Sousa, 2012; Gestual, 2013a).

Esta dinâmica interativa esteve associada à montagem de uma engenharia de participação, integrando uma grande diversidade de grupos com diferentes interesses e racionalidades, sob coordenação da administração central (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU). A complexidade deste processo de participação juntamente com a persistência de práticas hierárquicas e burocráticas, com a dificuldade de gerir os interesses e visões contraditórias dos dois principais actores (executivo municipal e associações) sobre o futuro do bairro, com a dificuldade de integrar e potenciar as fortes capacidades e dinâmicas associativas locais e, também, com a intensificação da crise e a mudança política nacional, contribuíram para o desmoranar da visão coletiva transformadora forjada inicialmente pela Iniciativa.

Nas reflexões finais da Comissão de bairro desenvolvidas nos primeiros dois anos da cessação da Iniciativa, considerou-se que a abrangência do Programa de Intervenção 2007-2011, integrando oito eixos estratégicos com várias medidas imateriais, que vinham sendo asseguradas pelas associações, fragilizou a capacidade de resposta da Iniciativa ao nível das problemáticas prioritárias da qualificação urbana: a regularização fundiária e urbanística (Gestual, 2013a). O facto de se ter atribuído a responsabilidade primeira destas

duas questões ao executivo municipal, conhecendo-se a divergência da sua posição com a dos moradores, não contribui para a construção de uma visão e vontade comum que lograsse qualificar o território e mudar o destino dos habitantes da Cova da Moura, permitindo-lhes conquistar o seu direito ao lugar e à cidade.

Por outro lado, o PP, apenas iniciado, foi fortemente marcado por uma abordagem normativa, incapaz de integrar as potencialidades e oportunidades do lugar ou as dinâmicas locais, seguindo uma participação meramente consultiva.

Neste processo, a qualificação do bairro ficou suspensa, mas com a crise económica que o país atravessa, o paradigma da renovação ficou igualmente protelado.

Maxaquene-A, em Maputo

Em Moçambique, a nova Constituição de 1990 permitiu a entrada na cena urbana de novos atores: sociedade civil, agências bi e multilaterais e privados. As ONG passam a intervir em ações pontuais e dispersas nos bairros autoproduzidos em particular nos mais centrais (Raposo e Ribeiro, 2007). É neste quadro que, em 2007, uma ONG – os Engenheiros Sem Fronteiras da



Figura 4 – Construção de valas de drenagem em Maxaquene-A.
Fonte: elaboração própria, Jorge, 2010

Catalunha (ESF) – decide investir na infra-estruturação de alguns quarteirões do bairro de Maxaquene-A, através da construção de valas de drenagem e de latrinas melhoradas (figura 4). Para o efeito, contou com o apoio de uma ONG nacional – Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Concertado (AMDC) – bem como dos responsáveis do bairro (secretário de bairro e chefes de quarteirão).

Dois anos mais tarde, em 2009, com a perspectiva de aumento de financiamento, as duas ONG decidiram elaborar um Plano Parcial de Urbanização (PPU), para estender as intervenções à qualificação do espaço público de todo o bairro. Para o efeito, foram envolvidos novos parceiros: o governo central, especificamente o Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental, o Conselho Municipal (equivalente à Câmara Municipal em Portugal), o Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Eduardo Mondlane e uma outra ONG – a Water and Sanitation for Urban Poor (WSUP).

Em 2010, foi assinado um memorando de entendimento entre o Conselho Municipal e a AMDC, coordenadora da ação, numa cerimónia que contou com a presença da comunicação social e do Presidente do Conselho Municipal. Este ressaltou a importância da qualificação do bairro e da melhoria da qualidade de vida dos habitantes, seguindo a abordagem defendida publicamente pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (Forjaz, 2005; Forjaz, 2006). Para além da elaboração do PPU, este memorando previa a implementação de um conjunto de ações consideradas prioritárias, nomeadamente a reabilitação das principais vias de acesso, a abertura de novas valas de drenagem, a instalação de uma rede secundária de abastecimento de água, a regularização dos talhões habitacionais para posterior atribuição de títulos de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT).

Após a assinatura do memorando, foi constituída uma Comissão Técnica para elaboração do PPU e uma Comissão de Acompanhamento²¹, tendo sido elaborado o diagnóstico do bairro e a proposta do plano de qualificação de acordo com os objetivos enunciados. Foram sequentemente realizadas três audiências públicas, em Outubro e Novembro de 2010, para apresentação e discussão da proposta com os moradores; e, em Fevereiro de 2011, foi realizada uma apresentação oficial da proposta ao Conselho Municipal.

²¹ A Comissão Técnica era constituída por elementos da AMDEC, dos ESF, do Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat, da WSUP e do Conselho Municipal de Maputo, nomeadamente da Direção de Planeamento Urbano e Ambiente e da Direção de Urbanização e Construção; e a Comissão de Acompanhamento juntava, para além destes organismos e organizações, membros da Administração do Distrito Municipal de KaMaxaqueni, do Conselho Consultivo de Maxaquene-A e da Direção Nacional de Planeamento e Ordenamento.



Figura 5 – Simulação do antes e depois de uma intervenção de qualificação do espaço público.

Fonte: elaboração própria, Jorge, 2012

As três audiências à população foram muito participadas, tendo-se ensaiado algumas técnicas de promoção da participação: apresentaram-se plantas, fotografias aéreas e montagens que simulavam o antes e o depois da intervenção; o coordenador da Comissão Técnica do Plano (figura 5), enunciou de uma forma interativa as ações consideradas prioritárias e sublinhou a importância do plano para a melhoria das condições de vida e habitabilidade, bem como a relevância do envolvimento e da participação dos habitantes no processo; após a apresentação do plano, uma organização comunitária de base – a Kutenga – apresentou uma peça de teatro que visava reforçar a importância da participação dos moradores no plano; no final, abriu-se um período de perguntas e respostas. As questões e inquietações levantadas pelos moradores e outros participantes diziam respeito sobretudo ao problema da falta de saneamento e ao futuro dos habitantes que seriam afetados pelo alargamento das vias, ou seja, às possíveis situações de indemnização e/ou reassentamento.

Em contrapartida, na apresentação oficial ao Conselho Municipal de Maputo, os políticos e técnicos presentes - presidente, alguns vereadores, chefes de direção e membros da Comissão técnica teceram várias críticas a esta versão do PPU que havia já sido discutida com a população. Desta vez, o presidente do Conselho Municipal, assessorado por técnicos municipais, defendeu que o plano deveria visar, não a qualificação, mas a renovação e gentrificação do bairro. Justificou a sua mudança de posição por dois motivos: pela localização estratégica do bairro para o investimento privado, dado o interesse já demonstrado por vários promotores e investidores

na construção de novos empreendimentos imobiliários na área; argumentando que as indemnizações a receber pelos habitantes, em função da área do talhão e das características e dimensões da sua construção, lhes permitiria construir casa noutra local ou regressar à sua terra de origem.

Os habitantes não foram chamados a pronunciar-se sobre esta decisão política, nem tão pouco a participar na discussão pública do novo PPU, que foi redesenhado em função dos novos objetivos políticos. O novo plano assentou na tábula rasa do tecido existente e direcionou o desenho dos edifícios de habitação plurifamiliar, dos escritórios, espaços comerciais e de alguns equipamentos colectivos, para os grupos de maiores recursos. A implementação deste PPU penalizará os habitantes de dois modos adicionais: retirar-lhes o acesso ao direito de uso e aproveitamento da terra, previsto na Lei de Terras; subjaz o montante da indemnização a pagar pela deslocação forçada, aos interesses dos promotores e investidores imobiliários, em vez dessa quantia refletir as perdas provocadas por este processo de demolição de bens e de deslocação de pessoas.

Este novo plano foi rapidamente aprovado em Assembleia Municipal. Todavia, tendo em conta os elevados custos económicos, sociais e políticos implicados e a própria volatilidade do mercado imobiliário, a implementação do PPU tende a retardar-se. Neste quadro, os habitantes permanecem no bairro mas não beneficiam dos melhoramentos que estavam previstos na versão do plano de qualificação, e as condições de precariedade em que vivem têm-se vindo a agravar (Jorge e Melo, 2014).

Breves notas finais

Estes três casos de bairros auto e co-produzidos em localização pericentral são testemunhas do apego ao lugar da maioria dos habitantes, o qual nasce com as energias dispendidas e o investimento realizado, com as sociabilidades criadas e a melhoria de acesso aos serviços. A maioria dos moradores destes territórios clama pelo seu direito ao lugar e pela sua qualificação com os recursos de que dispõe. A dinâmica associativa e as alianças que se forjam são condição de avanços. A precariedade fundiária e o interesse estratégico do terreno para a promoção imobiliária são os dois maiores obstáculos ao reconhecimento desse direito.

O paradigma da qualificação dos bairros auto e co-produzidos desenvolve-se em Portugal no virar do milénio, na sequência da crítica acesa aos processos de realojamento massivos e top-down que marcaram os anos noventa do século passado. Ele reemerge em Moçambique, no mesmo período, depois de uma década de paz e da expansão e adensamento destes territórios que tornam impossível a *tábula rasa* de todos eles.

Este paradigma de intervenção urbana, integrado e partilhado, visando a sua qualificação e inserção urbana, implica uma mudança de modelo de cidade e de sociedade, bem como de atitude do agente político e técnico. No atual contexto neoliberal, as políticas de contenção do investimento público, as estratégias económicas de promotores e investidores imobiliários, muitas vezes em aliança com o poder político colocam em permanente confronto diferentes modelos, conhecimentos, visões e racionalidades, diferentes interesses, estratégias de poder e práticas.

Nos três casos, os diferentes atores defendem diferentes posições sobre a intervenção nos territórios pericentrais auto e co-produzidos, mas elas são variáveis no espaço e no tempo. O poder político, central e municipal, pode posiciona-se a favor da renovação ou a favor da qualificação destes territórios pericentrais; pendendo de uma posição para outra em função das pressões políticas, económicas ou sociais. Vimos, na Cova da Moura, com a mudança política nacional de 2011 que, o governo central inicialmente um ator decisivo no processo participativo de qualificação (2005-2009) se torna posteriormente um entrave ao processo (2012); por sua vez, o executivo municipal que havia sido nos primórdios do bairro (nos anos 1970-1980) um ator da qualificação, torna-se um agente da *tábula rasa* e da renovação (no início dos anos 2000), mas o seu poder restringe-se face à resistência organizada

da população, face a um secretário de Estado democrata e de vontade firme, ou atualmente face à crise económica.

Neste quadro, a Universidade tem um papel importante a desempenhar posicionando-se ao lado dos moradores nos caminhos da qualificação e na defesa dos seus direitos, pesquisando formas mais emancipatórias e inovadoras de intervenção. Mas a academia pode, a qualquer momento, ser cooptada pelo poder político e económico e servir ou reproduzir o sistema dominante, de alguma forma como se viu em Maxaquene-A. O alcance da sua ação depende da sua capacidade de questionar o seu saber estruturado por normas instituídas e globais, de colocar o seu conhecimento e engenho ao serviço dos desígnios locais, de escutar e interagir com os habitantes e o lugar, com as suas associações e lideranças.

Face aos obstáculos que resultam das inércias de modelos e atitudes enraizados, de políticas adversas ou interesses económicos dominantes, o papel, a capacidade de ação e a dinâmica interventiva das organizações locais são decisivas na luta pela qualificação do seu habitar, pelo direito ao lugar e à cidade, quer pela sua ação sociocultural quotidiana, quer pela sua capacidade de resistência; mas é também variável segundo os contextos, as alianças e os aliados; a sua margem de manobra é mais reduzida em Maputo, que nas duas situações de Lisboa referidas, face ao peso de décadas de governação hierarquizada e clientelista daquele país do Sul. Os habitantes são nos dois contextos os mais marginalizados, só pontualmente ouvidos ou fazendo-se ouvir em Lisboa e tendendo a ser ignorados e silenciados em Maputo (Raposo e Jorge, 2013).

Como disse Bruno Latour (1995), das alianças que as associações sejam capazes de estabelecer, em torno dos interesses coletivos do bairro, com todos os moradores e com outros atores, locais ou exteriores – habitantes, outras associações, universitários, técnicos, políticos – dependerão os resultados das suas ações em prol da qualificação do lugar.

Referências bibliográficas

- Azevedo, Mário (1969), “O Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques”, Lourenço Marques: Separata do Boletim n.º 7 da Câmara Municipal de Lourenço Marques.
- Bandeirinha, José António (2007), “O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974”, Coimbra: Imprensa da Universidade de

Coimbra.

- Birch, Engenie & Wachter, Susan (2011), “Global Urbanization, the City in the Twenty-First Century”, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

- Bruno Soares, Luís Jorge (2003), “Capítulo XII, Ordenamento e planeamento do território”, em J. A. Tenedório, Atlas da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa, pp. 245-291.

- CML, <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1366634988G7tFZ6hr3Jr95TW4.pdf>, consultado em 2 de novembro de 2012.

- CML, <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1366635433PogYV2bp7Bv10WL3.pdf>, consultado em 2 de novembro de 2012.

- Davis, Mike (2006), “Planet of Slums”. London/New York: Verso.

- Fonseca Ferreira, António e Lucas, Joana (2002), “Área metropolitana de Lisboa: dar vida aos subúrbios”, *Sociedade e Território*, 33, pp.36-45.

- Fonseca Ferreira, António (1987), “Por uma nova política de Habitação”, Porto: Afrontamento.

- Forjaz, José (2005), “Uma estratégia para o melhoramento dos slums”, UR Cidades africanas, Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

- Forjaz, José (coord.) (2006), “Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção”, Maputo: Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat; Direção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial; Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental. http://www.sarpn.org/documents/d0002452/Mozambique_cities_slums_2006_Portuguese.pdf (consultado em Maio 2006)

- Freitas, Maria João (1994), “Os paradoxos do realojamento”, *Sociedade e Território*, 20, pp. 11-26.

- Freitas, Maria João (1998), “Pensar os espaços domésticos em contextos de realojamento”. *Sociedade e Território*, n.º 25/26, pp. 150-161.

- Gestual e Comissão do Bairro (2013a), “A qualificação socio-espacial. Balanço e perspectivas. Primeiro balanço para debate”, apresentado no seminário Cova da Moura, que desígnio, que desenho, Lisboa: Gestual, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

- Gestual e Comissão do Bairro (2013b), “Cronologia de um bairro autoproduzido” apresentado no seminário Cova da Moura, que desígnio, que desenho, Lisboa: Gestual, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

- Groenewald, L.; Huchzermeyer, M.; Kornienko, K.; Tredoux, M.; Rubin, M.; Raposo, I.

(2013), “Breaking down the binary: meanings of informal settlement in Southern African Cities em Simon Bekker e Laurent Fouchard” (org.s) – *Governing Cities in African Politics and Policies*. Pretoria: HSRC Press.

- Guerra, Isabel (1994), “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”. *Sociedade e Território*, n.º 20, pp. 11-26.

- Guerra, Isabel (coord.) (1999), “Diagnóstico sobre a Implementação do Programa PER nos Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto”, Lisboa: Instituto Nacional de Habitação.

- Guerra, Isabel et al. (2005), “Políticas públicas de Revitalização urbana. Reflexão para a formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN”, Lisboa: ISCTE/CET, Observatório do QCAIII.

- Jenkins, Paul (coord.) (2001), “Mercados de terras urbanas no Moçambique pós socialismo. Seu impacto sobre a população vulnerável: alternativas para melhorar o acesso à terra e o processo de desenvolvimento urbano. Projecto de pesquisa-acção nas áreas peri-urbanas de Maputo”. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat e Edinburgh: Edinburgh College of Art. Disponível em: http://www.homespace.dk/tl_files/uploads/misc/Previous%20Studies/2000%20Levantamento%20Relatorio_Maputo_mercado_terra_urbana.pdf (consultado em Maio 2006)

- Jorge, Sílvia e Melo, Vanessa (2014), “Processos e Dinâmicas de Intervenção no Espaço Peri-urbano: O caso de Maputo”. *Cadernos de Estudos Africanos*. n.º 27, pp. 55-77. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-37942014000100005 (consultado em Maio 2006)

- Harvey, David (2008), “The right to the city”. *New Left Review*. Vol. 53, pp. 23-40.

- Latour, Bruno (1995), “La Science en action”. Paris: Gallimard.

- Lefebvre, Henri (1968), “Le droit à la ville”. Paris: Anthropos

- Malheiros, Jorge; Vasconcelos, Lia; Alvez, Francisco; Figueiredo, Patrícia; Mascarenhas, Ana (2006), “Relatório de diagnóstico. Síntese de Caracterização do Bairro do Alto da Cova da Moura”. Lisboa: Iniciativa Bairros Críticos, Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

- Melo, Vanessa (2015), “A produção recente de periferias urbanas africanas. Discursos, práticas e configuração espacial: Maputo versus Luanda e Joanesburgo”, tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

- Oppenheimer, Jochen e Raposo, Isabel (coords.) (2002), “A pobreza em Maputo”, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Oppenheimer, Jochen e Raposo, Isabel (coords.) (2007), “Subúrbios de Luanda e Maputo”, Lisboa: Edições Colibri.
- Raposo, Isabel e Jorge, Sílvia (2013), “Public Participation in the Urban Planning of Maputo and Lisbon Suburban Neighborhoods: Virtues and Ambiguities em N. Duxbury” (ed.) – Rethinking Urban Inclusion: Spaces, Mobilizations, Interventions. Coimbra: Centros de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp. 33-48.
- Raposo, Isabel, Carolino, Júlia, Crespo, José e Jorge, Sílvia (2012), “Os instrumentos urbanísticos como arena social e a percepção do direito à cidade: a regeneração urbana da Vertente Sul de Odivelas”. VII Congresso Português de Sociologia, 19 a 22 de Junho 2012. Porto: Universidade do Porto. Disponível em; http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1119_ed.pdf (consultado em Maio 2006)
- Raposo, Isabel, Costa Lobo, Manuel e Martins, Alexandra (2011), “Os instrumentos urbanísticos na reconversão dos TGI”, in Raposo (coord.) Urbanização de territórios de génese ilegal, Relatório de investigação apresentado à Fundação para a Ciência e Tecnologia. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Raposo, Isabel e Ribeiro, Mário (2007), “As ONG, um novo actor do desenvolvimento urbano em Luanda e Maputo em Oppenheimer e Raposo” (coords) – Subúrbios de Luanda e Maputo. Lisboa: Edições Colibri, pp. 219-246.
- Raposo, Isabel e Salvador, Cristina (2007), “Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio. Urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Luanda e Maputo em Oppenheimer e Raposo” (coords) – Subúrbios de Luanda e Maputo. Lisboa: Edições Colibri, pp. 175-218.
- Raposo, Isabel (2007), “Instrumentos e práticas de planeamento e gestão dos bairros peri-urbanos de Luanda e Maputo” em Oppenheimer e Raposo (coords) – Subúrbios de Luanda e Maputo. Lisboa: Edições Colibri, pp. 219-247.
- Raposo, Isabel (coord.) (2011), “Urbanização de territórios de génese ilegal”, Relatório de investigação apresentado à Fundação para a Ciência e Tecnologia. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Raposo, Isabel (coord.) (2012), “Relatório Final da Acção 1.1: Workshops de participação e desenvolvimento de técnicas e processos de planeamento participado na Vertente Sul de Odivelas”. Lisboa: Gestual, CIAUD, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.
- Raposo, Isabel (2012), “Bairros de génese ilegal: metamorfose dos modelos de intervenção” em Manuela Mendes, *et al.* (coord.), *A cidade entre bairros*. Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp. 107-119.
- Rita-Ferreira, António (1967/68), “Os Africanos de Lourenço Marques”. Lisboa: Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, vol. 9, Série C, pp. 95-496.
- Rodrigues, Carlos, Guerra, Isabel, Cabral, João, Gaspar, Jorge, Fernandes, José Manuel; Ribeiro da Silva, Nuno e Matias, Nelson (1989), “Clandestinos em Portugal”. Leituras. Lisboa: Livros Horizonte.
- Saevfors, I. (1986), “Maxaquene, a comprehensive account of the first urban upgrading experience in the new Mozambique”. Maputo: UNESCO.
- Serra, Carlos e Carrilho, João (2013), “Dinâmica da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique”. Maputo: Escolar Editora.
- Sousa, Susana (coord.) (2012), “Registos do processo. Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos”. Disponível em CML, <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1366635047J3uTM1mhoWe79ZF1.pdf>, consultado em 2 de novembro de 2012.
- Vasconcelos, Lia (Julho 2007), “Cova da Moura: uma experiência de intervenção sócio-territorial participada”. Inforgeo, pp. 107-113. Disponível em: http://www.apgeo.pt/sites/default/files/docs/inforgeo_2021_paginas_107_113.pdf (consultado em 2007)
- Vivet, Jeanne (2012), “Déplacés de guerre dans la ville: La citadinisation des deslocaados à Maputo (Mozambique)”. Paris: Karthala.

A importância do desenho do espaço público

The importance of the design of public space

Maria João Pereira¹

Resumo

Projetar e desenhar espaços públicos deverá implicar, necessariamente, uma reflexão, quer acerca da sua importância quer acerca do tipo de variáveis e de pressupostos que devemos ter em linha de consideração nesta análise.

Por definição, o espaço público serve um conjunto de indivíduos com características sociopsicológicas que poderão ser semelhantes ou muito diferenciadas. Constitui, portanto, um desafio imaginar que esse espaço poderá contribuir para corresponder às expectativas e aos interesses não de um, mas de um conjunto de pessoas e, constituir-se também como um espaço propiciador de mudança das vivências individuais e sociais. Assumimos a perspectiva de que não podemos separar o conceito de urbanismo do de sociedade e de mudanças sociais.

A propósito de um caso prático, o Vale do Rio Seco, um território urbano da cidade de Lisboa, propomos uma reflexão sobre o desenho urbano. Tornava-se fundamental implementar uma estratégia urbana num espaço, situado numa zona historicamente importante da cidade lisboeta que estava dela desconectada. Usámos como exemplo, as experiências do *Passeio dos Clérigos*, no Porto, e do *High Line*, em Nova Iorque. Não obstante, é muito amplo o território da discussão de diferentes abordagens urbanísticas como resposta a uma sociedade que está em constante transformação. Neste artigo serão apresentados três autores que, de forma distinta, encaram diferentes formas de pensar o desenho urbano: François Ascher, sociólogo e urbanista francês, Richard Sennett, sociólogo e urbanista norte-americano e Jan Gehl, arquiteto e urbanista dinamarquês. Interessa-nos, particularmente, encontrar uma explicação do espaço urbano que possa, de alguma forma, entrelaçar estas visões e transportá-la para o nosso caso de estudo prático.

Palavras-Chave

Espaço público, desenho urbano, sociedade, transformação

Abstract

Sign and draw public spaces should imply necessarily a reflection, both about their importance and the type of variables and assumptions that we must take into account in this analysis.

By definition, public space serves a set of individuals with social and psychological characteristics that may be similar or very different. It is a challenge to imagine that this space can help to meet the expectations and the interests of, not one, but a set of people and also be a change to promote changes and new social dynamics that have an impact in the quality of life of its users.

We follow the perspective that is not possible to separate the concept of urbanism of the society and social changes.

In our case study, “O Vale do Rio Seco”, an urban territory of the city of Lisbon, we propose a reflection on the urban design. It became essential to implement a strategy in urban space, set in a historically important area that somehow was disconnected from this city. We used as examples, the experience of the “Passeio dos Clérigos” (Oporto) and the “High Line” in New York.

Despite of that, we should not separate the concept of urban development of the concept of society. Whatever the perspective adopted is, it will always mean, from our point of view, a position that matters defend and sustain or uphold and defend.

There are different approaches to urban planning in response to a society that is constantly changing. This paper presents three authors who, in different ways, face distinct ways of thinking the urban design: François Ascher, French sociologist and urban planner, Richard Sennett, American sociologist and urban planner and Jan Gehl, Danish architect and urban planner.

We are interested in, particularly, find an explanation that can, in some way, interweaving these viewpoints in our context of analysis.

Keywords

Public space, urban design, society, transformation Right to the City

¹ Arquiteta com Mestrado Integrado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. E-mail: marialmeida_21@hotmail.com

Introdução

No âmbito da cadeira de Laboratório de Projeto VI, foi apresentado à turma uma proposta de trabalho, num território urbano da cidade de Lisboa: o Vale do Rio Seco. Situado entre o coração da cidade (o Parque Florestal de Monsanto) e o rio Tejo, este território, marcado por um declive de elevada acentuação, apresenta-se como um local desconectado dos territórios envolventes e próximos e, também, da cidade no seu todo, à qual parece não pertencer.

A proposta especificava a necessidade de implementação de uma estratégia urbana que permitisse a conexão deste espaço com a cidade.

Seria também necessário criar um novo parque urbano que assumiria uma função de “mancha verde”, de um “novo pulmão” e uma zona central, do ponto de vista das vivências dos habitantes da cidade de Lisboa.

Numa fase posterior, o terreno foi dividido em parcelas e foi atribuído a cada aluno da turma um território específico e que constituiu o local de intervenção para o projeto final de mestrado².

Neste artigo, apresentaremos a lógica de intervenção que fomos adotando na construção deste projeto arquitetónico urbano, junto ao Palácio Nacional da Ajuda.

Em primeiro lugar, debruçamo-nos sobre a importância do desenho do espaço público.

Tendo em consideração a pesquisa bibliográfica realizada, concluímos que é importante analisar as mudanças sociais que se vão verificando na sociedade atual, as suas implicações na qualidade de vida dos indivíduos e a relação que estes estabelecem com o espaço, quer pessoal, quer público.

Contrapõe-se diferentes pontos de vista. Por um lado, temos uma perspetiva que defende que o desenho urbano não consegue acompanhar a evolução da sociedade e, especificamente, os fenómenos da individualização, da racionalização e da diferenciação social. Neste sentido, os projetos urbanos devem ser concebidos, tendo em linha de conta que, a diferenciação entre o que é público e o que é privado, não faz sentido. François Ascher (2010), por exemplo, critica a conceção tradicional dos espaços públicos, defendendo novos princípios para estes locais.

Contrariamente a esta perspetiva, autores como, por exemplo, Richard Sennett (1989) defendem a importância do espaço público como estratégia para fomentar e promover as relações inter e intrapessoais. Nesta conceção do espaço público deve-se ter em consideração que, qualquer que ele seja, deve aproximar as pessoas, deve facilitar relações/atividades sociais e deve ter um

significado emocional para os seus usuários.

Em segundo e último lugar, procurar-se-á explicar porque se deve investir na projeção de um espaço público que se pode localizar entre edifícios habitacionais.

Aparentemente, poder-se-ia considerar que, o aspeto mais importante do projeto do Vale do Rio Seco, seria o edifício para ser habitado pelas pessoas. Todavia, a literatura mostra, claramente, que, fora dos edifícios, existe um potencial a explorar na medida em que, esse espaço, se pode assumir como o “motor” de arranque para criar sociabilidades, encontros entre estranhos, maior relação com a natureza, entre outras potencialidades.

A importância do desenho do espaço público

Ascher (2010) refere que é necessário adaptar o urbanismo à consequente e atual modernização da sociedade ocidental.

O autor assenta o seu ensaio na constatação de que o crescimento e o desenvolvimento da sociedade contemporânea estão ligados ao desenvolvimento de técnicas de transporte e de armazenamento de pessoas e bens: a individualização, a racionalização e a diferenciação social.

A partir da análise da estrutura socioprofissional em França, Ascher verificou que, naquele país, as mutações familiares estariam associadas a aspetos como a alteração dos modelos familiares (o aumento do número de pessoas que vivem sozinhas, o aumento significativo do número de divórcios, entre outros) e o incremento do poder de compra, do uso dos audiovisuais e das novas tecnologias. Este investigador defende, ainda, a ideia de que as mudanças nas sociedades ocidentais sempre existiram, mas estão, atualmente, num processo de aceleração bastante rápido, de acordo com diversas variáveis. Aspetos como uma maior individualização e independência por parte dos indivíduos, relações interpessoais cada vez mais efémeras, superficiais e sustentadas na sua dimensão mais racional, e menos centradas nos afetos, nas histórias de vida, nas tradições e costumes, são alguns desses exemplos.

Ascher afirma que a modernidade não é um estado, mas sim um processo em constante evolução e transformação que tem, inevitavelmente, implicações diretas na organização da vida social.

Em suma, o autor conduz-nos à compreensão de que as transformações que ocorrem na sociedade, sejam elas quais forem, estão a gerar uma maior multiplicação de diferenças entre os indi-

² Proposta Final de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa intitulada “A Flexibilidade na Habitação: realidade ou utopia? A propósito do Parque Urbano do Rio Seco”

víduos. E, desta forma, torna-se mais fácil aceitar que “as cidades são assim profundamente heterogêneas, refletindo uma sociedade complexa e de indivíduos com aspirações e com práticas múltiplas.” (Ascher, 2010, p. 105)

Acrescenta que, contudo, o desenho urbano da cidade não está minimamente preparado para receber os indivíduos de hoje. Parece existir uma falta de sincronia entre a mutação social que é rápida e o processo de transformação e adaptação urbana que é lento. Este desequilíbrio carece de resolução.

Face a estas premissas, podemos afirmar que as cidades geram problemas de urbanismo distintos e, consequentemente, necessitam de diferentes respostas e soluções que se adaptem e readaptem aos mais variados contextos.

Em resposta ao problema, Ascher aborda a hipótese da emergência e da implantação de um novo urbanismo baseado em dez princípios que, na nossa perspetiva, se articulam de forma estratégica e pragmática com os problemas e as potencialidades sócio urbanas. O autor parece-nos responder aos problemas da cidade, evocando desafios maiores e esquisando maneiras de fazer frente à cidade com uma nova e radical perspetiva urbanística.

Se, até agora, o urbanismo moderno procurava soluções permanentes, heterogêneas e coletivas para responder à procura de edifícios dedicados à habitação, comércio e outros serviços, Ascher defende que, se existe diversificação, então tem de haver necessariamente edifícios diversos com múltiplas funções. É como se, numa espécie de dança a dois, os parceiros necessitassem de se moldar ao estilo um do outro.

Ainda no que diz respeito à conceção dos lugares, em função das novas práticas sociais, estes também adquirem um novo sentido. O urbanismo separava o conceito de público e privado, de habitação e de serviços, mas com estes “novos” princípios, esta distinção deixa de fazer sentido para o autor. Os espaços já não são simples e únicos, mas sim múltiplos e diversificados. Não há separação entre espaço público e privado, acesso livre e acesso reservado, interior ou exterior, equipamento ou serviço.

Numa linguagem metafórica, o que o autor nos parece querer dizer é que, se a sociedade quer um estilo de vida onde o tempo, a velocidade e a qualidade contam. Se estamos perante um conjunto de indivíduos com motivações, desejos e interesses diferentes, então criemos espaços que abram a possibilidade de todos poderem fazer as suas escolhas e de usufruírem de serviços adaptados porque oferecem múltiplas soluções.

Esta perspetiva de urbanismo proposta por Ascher parece-nos que, se por um lado, tenta re-

solver os problemas de uma sociedade que está a mudar muito rapidamente, por outro lado, propõe soluções que poderão ser demasiado radicais e que, de certa forma, parece colocar a sociedade toda no “mesmo saco”. E, principalmente no que diz respeito aos espaços públicos, estes parecem ganhar uma menor importância.

Então emerge a seguinte questão: deverá a cidade responder e adaptar-se à sociedade desta forma tão ambiciosa, tão radical, tão individual e individualista? Será esta uma forma de urbanismo, moderna, eficaz e objetiva. Deveremos responder aos problemas da sociedade indo ao encontro dos processos de mudança que estão em curso ou podemos intervir na sua modelação, direcionando-os numa perspetiva com mais sentido do coletivo?

Em resposta à questão formulada, Sennett (1989) apresenta-nos uma perspetiva bastante interessante. O autor baseia-se num conceito de cidade e de urbanismo diferente que se centra, em particular, na questão do espaço público, para defender a perspetiva de que é a conceção do mesmo, atualmente, um dos grandes problemas do desenho dos espaços urbanos.

Para Sennett, a perceção do espaço público, regra geral, não contempla quer a dimensão social quer a dimensão ética do mesmo. Um espaço é público, como por exemplo os *shoppings*, na medida em que serve para juntar um conjunto diversificado de pessoas que vão até lá para comprar coisas. No entanto, considera que o espaço público deve incorporar uma outra perspetiva assente em dois eixos. Por um lado, em valores, em afetos e em relações sociais e, por outro lado, na discussão pública, na comunicação e na partilha. Este autor norte-americano, recorre ao exemplo do povo grego, para afirmar que o espaço público deve ser, hoje, um espaço para a sociedade como a *ágora*³ era para os gregos.

Público, para os gregos, significava “*synoikismos*” que, quer dizer também, fazer cidade. De-compondo a palavra, *syn* significava junção e *oikos* era a palavra para designar a divisão social onde as comunidades e as famílias estariam ligadas social, económica, cultural e religiosamente. Uma espécie de tribo. A *ágora*, um lugar dedicado à conversação, reunião, cidadania, discussão e consumo era o local onde todas as atividades sociais se desenrolavam.

O espaço público do *shopping*, por exemplo, não se apresenta como um espaço aberto a todos como aconteceria na *ágora* e, apesar de ser possível o convívio nesse espaço, tudo se resume ao consumo. Sennett refere, ainda, a questão dos horários de funcionamento. Os *shoppings* fe-

³ *Ágora*: espaço livre para onde os cidadãos costumavam ir configurado pela presença de feiras, mercados e edifícios de caráter público. Enquanto elemento de constituição do espaço urbano do povo grego, a *ágora* apresentava-se como a expressão máxima da esfera pública, sendo o local dedicado à cultura, à política e à vida social.

cham durante a noite enquanto que a ágora era um espaço permanentemente usado.

Na mesma linha de pensamento, Manuel Graça Dias (2012) refere que a essência de uma rua está na “sobreposição de situações”. Isto é, numa rua podem acontecer diferentes tipos de atividades. Contrariamente, o mesmo não acontece numa autoestrada porque o tipo de “situações” que se tem no primeiro espaço não é o mesmo que se tem no segundo. Por exemplo, não se namora ou vende castanhas no separador de uma autoestrada.

O autor dá este exemplo para reforçar a ideia de que a rua de um *shopping* fica a perder em relação à rua da cidade na medida em que esta é “sempre, apenas, uma pálida imitação do espaço público”. (Dias, 2012, p. 33).

Retomando o pensamento de Sennett, este salienta, ainda, que pensar na conceção de um espaço público dirigido à sociedade de hoje e assente nos valores e nas ideologias do antigo povo grego, parece uma missão impossível. O autor considera que, existem dois tipos de ações possíveis de acontecer, caso tentássemos construir um espaço público de acordo com estas exigências. A primeira ação seria copiar as morfologias antigas pelo que, por não existirem as mesmas circunstâncias sociopolíticas, tal se tornaria inválido. A segunda ação, por sua vez, passaria por uma “privatização do espaço público”, como refere o autor, que significaria arrastar tudo o que é habitação, comércio e serviços para um pedaço de terra vazia criando-se, assim, uma “mini cidade”. Uma espécie de *campus* num espaço isolado que, o mesmo, considera errado e desumano.

Sennett não conclui este exercício reflexivo sem nos fazer pensar sobre a melhor forma de se idealizar e conceber um espaço público. Para o autor, pensar e repensar as práticas urbanísticas significa criar um espaço onde pessoas diferentes conversem umas com as outras. E aqui, a palavra-chave é falar. Porque aqueles lugares que não são públicos são, de acordo com o autor, aqueles para os quais olhamos em silêncio⁴.

Habitar o Lugar: caminhar, recordar, viver e permanecer

Tornou-se particularmente relevante e interessante acrescentar à proposta de R. Sennett, a perspetiva de Jan Gehl, arquiteto e urbanista dinamarquês.

Para Gehl (2011), a vida entre os edifícios, é essencial e fundamental para o desenvolvimento de atividades sociais. Se existe um espaço que é público e nele queremos que ocorra um deter-

minado conjunto de atividades sociais, tem de existir, antes de mais, um grupo de pessoas que aí se reúna. Só assim as relações e as ações inter-pessoais e sociais se poderão desenvolver. Crianças a brincar, encontros de pessoas, atividades físicas ou jogos, são alguns dos exemplos que podemos apontar.

O autor afirma que, definir o que um edifício tem de ter para promover o relacionamento entre as pessoas, é difícil. Contudo, salienta que, se oportunidades de encontro ou de atividades diárias ocorrerem no espaço intra-edifícios, então aí, começar-se-ão a criar relações de afeto entre as pessoas. O espaço é o motor de arranque para o início das relações sociais. E, se não houver relações sociais, o espaço deixa de ter e fazer sentido.

O autor utiliza uma imagem de tabela de escalas para determinar a quantidade de contato humano existente entre os edifícios. Se os edifícios não têm atividades sociais, o valor das relações será baixo ou praticamente nulo e o mesmo se passará em sentido contrário, se houver muitas atividades.

Para Gehl, as vivências que ocorrem nos espaços entre os edifícios permitem potencializar a oportunidade de convívio com diferentes pessoas: seja através de um passeio na rua seja uma ida às compras ou ao café. Até um simples olhar pela janela do edifício já é uma experiência suficientemente gratificante. Um “*stay in touch*”, como diriam os ingleses e o próprio autor.

João Pedro Nunes (2010), sociólogo, designa este mesmo processo de “triangulação”. Isto é, quando qualquer coisa que acontece numa rua faz com que duas pessoas, até então desconhecidas, troquem entre si olhares ou frases, mesmo que de circunstância, inicia-se aquilo que o autor designa de troca sociável. Mais tarde este acontecimento pode proporcionar (ou não) a passagem para outro tipo de relações entre os intervenientes.

O autor dá o exemplo de uma rua, no bairro J. Pimenta em Paços d’Arcos, onde, através de um grupo de jogadores de cartas, as pessoas vão comunicando umas com as outras, desenvolvendo, entre si, as tais trocas de sociabilidade. “Portanto, são pessoas que estão, de alguma forma, confinadas àquele espaço público de proximidade. A criação de uma atividade visível e notada e de um papel social na rua permite-lhes afirmarem-se: algo que faz também com que a sua própria presença adquira contornos, do ponto de vista relacional, diferentes daqueles que teriam se não o fizessem. Eles são procurados e oferecem-se para dar informações, constituem redes de amizade e de apoio entre si e alargam o círculo de sociabilidades indo ao café, convidando pessoas para jogar às cartas.” (Nunes, 2012, p. 23)

⁴ “The kinds of places that aren’t public are those that you look at in silence.” (Sennett, 1989, p. 83)

O autor acrescenta que este tipo de situação é relativamente vulgar, no sentido de que a maior parte de nós já o experimentou, pelo menos uma vez na vida: a de nos cruzarmos com pessoas que têm uma dupla condição perante nós: a do *desconhecido familiar*. Uma pessoa é-nos familiar porque trocamos olhares ou outro tipo de cumprimento com ela, mas, ao mesmo tempo, é-nos desconhecida porque não sabemos absolutamente nada sobre a sua vida. É conhecer, não conhecendo. Por sua vez, quando observamos o exemplo dos jogadores de cartas de Paços d'Arcos, esta tensão entre o desconhecido e o familiar deixa de existir para dar lugar a um outro sentimento – o da *familiaridade*.

Assim, consideramos que ver e ouvir pessoas é muito importante no espaço da área residencial, pois não só proporciona o contacto humano, como oferece informações valiosas sobre o ambiente social em redor e sobre as pessoas que moram e/ou trabalham perto umas das outras.

Numa outra linha de pensamento, Edward T. Hall (1986), antropólogo americano, fala de uma dimensão oculta no modo como o Homem comunica com o seu espaço envolvente e utiliza o neologismo *proxémia*⁵ para se referir ao modo como o homem interage com o espaço. O autor salienta que “indivíduos que pertencem a culturas diferentes, não só falam línguas diferentes, mas, o que por certo é mais importante ainda habitam mundos sensoriais diferentes.” (Hall, 1986, p. 13).

A seleção dos dados implica que, alguns elementos sejam eliminados e outros não, através de um processo de filtragem cultural. Por exemplo: árabes e americanos interpretam e combinam diferentemente dados sensoriais, de maneira a que a experiência que o árabe tem do seu corpo em relação ao seu “Eu” é diferente da americana.

Mas se os sistemas culturais fazem variar os comportamentos, Hall salienta, em função da sua experiência enquanto antropólogo, que há mecanismos e modelos internos comuns a todos os seres humanos. Por isso, é urgente “rever e alargar a nossa conceção de condição humana (...) temos que aprender a decifrar as mensagens «silenciosas» com tanta facilidade como as comunicações escritas e faladas.” (Hall, 1986, p. 14). Este autor salienta que existem três tipos de organização no modo como o Homem se relaciona com o espaço (rígida, semi-rígida e informal)⁶, que diferentes realidades culturais originam relações díspares e que, a cultura, é

um fator determinante na criação de ambientes. Por exemplo, seria importante sabermos como nos podemos ou devemos comportar quando o nosso espaço pessoal é invadido pela presença de pessoas de cultura, raça ou etnia diferentes e, simultaneamente, perceber se o mesmo acontece com o outro indivíduo. Nesta lógica, poderemos questionar-nos acerca da possibilidade (ou não) de se criar, enquanto futuros arquitetos ou urbanistas, um espaço capaz de reunir e integrar os diferentes cenários culturais possíveis? Ou assumimos que os espaços são cada vez mais multiculturais (como refere Ascher) e que nem sempre podemos agradar a todos os indivíduos porque a diversidade é absoluta.

A verdade é que, independentemente do alcance (ou não) desse objetivo, a estruturação do espaço não deixa de influenciar as relações humanas, as atividades e a afetividade. Daí ser extremamente relevante continuar a problematizar na construção arquitetónica o modo como o homem se relaciona com o seu ambiente e consigo próprio no pressuposto de que a maneira como o espaço é desenhado tem, inevitavelmente, um papel importante nas relações interpessoais.

Sobre esse mesmo assunto, Gehl discute diferentes maneiras de se pensar o desenho de um espaço urbano para que o mesmo seja atrativo e, desta forma, possibilitar a junção de pessoas, integrando-as e convidando-as a realizar atividades.

Gehl acrescenta que, o facto das pessoas estarem ancoradas num determinado tempo e espaço, é o primeiro requisito para que, qualquer coisa, possa ocorrer nesse local. Porém, a criação de espaços em si mesmos, sem qualquer utilidade ou função, não é solução. Tem de existir condições de movimento para que a participação das pessoas ocorra. O espaço terá que ter significado para quem o usa.

Assim, é muito importante considerar-se todos os detalhes no desenho de um espaço público. Por exemplo, qual vai ser a utilização desse espaço, quem o vai utilizar e que tipo de atividades poderá acolher. Só com este tipo de reflexão é que o espaço poderá ser um local de sucesso.

Na perspetiva do autor, um lugar é encarado como convidativo, se aí observarmos pessoas a caminhar, a parar, a sentar-se, a ver, a ouvir e a conversar.

Com o modernismo, foi-se perdendo o hábito de caminhar pela cidade. Valorizaram-se os edifícios e as suas formas e atribuiu-se um papel

⁵ Neologismo criado pelo autor que aborda as distâncias que as pessoas mantêm entre elas num determinado espaço.

⁶ Espaço de organização fixa: aspetos materiais que regem as cidades, os agrupamentos, e que variam conforme a cultura e a história e que assentam em “modelos mentais internos”, numa conjugação entre o biológico e o cultural.

Espaço semi-rígido: comportamento do indivíduo nos diferentes espaços, assumindo-se alguns contextos como “sociófugos” e outros como “sociópetos”, sendo os primeiros, espaços de afastamento emocional e, os segundos, de aproximação afetiva.

Espaço informal: distâncias que observamos no nosso contato com os outros.

secundário às pessoas. Perdeu-se a noção da escala humana e o Homem deixou de ser o ponto de referência para dimensionar os edifícios. Daí, as consequências, em função desta perspetiva, se traduzirem num decréscimo das relações entre as pessoas, dum ponto de vista, quer quantitativo quer qualitativo. Nos edifícios muito altos, as pessoas vêem-se pouco, à medida que se vai subindo em altura.

Michel de Certeau (1980) dá o exemplo do World Trade Center⁷. Para o autor, subir até ao topo deste edifício significaria ser removido do “aperto da cidade”. A elevação transfigura o espectador e coloca-o à distância e, desta forma, a vontade de ver a cidade precede a vontade de a viver e satisfazer. “Do 110^o andar do World Trade Center, ver Manhattan. Sob a bruma varrida pelo vento, a ilha urbana, mar no meio do mar, acorda os arranha-céus de Wall Street, abaixa-se em Greenwich, levanta de novo as cristas de Midtown, aquietta-se no Central Park e se encape-la enfim para lá do Harlem. Onda de verticais.” (De Certeau, 1980, p.169)

Para o autor, o ato de caminhar está inteiramente relacionado com a cidade (ou com o sistema urbano), da mesma forma que a enunciação está com a língua. De Certeau recorre a este exemplo metafórico para dizer que as caminhadas pedestres revelam tanto de diferentes percursos quanto moldar uma frase combina diferentes estilos e diferentes usos. Só assim o Homem poderá transformar o espaço à sua maneira. Ele organiza consigo um conjunto de diferentes possibilidades: caminhos por onde pode circular e caminhos por onde não pode (um muro que o impede de avançar, por exemplo) e vai, à medida que se desloca, atualizando esses mesmos percursos. Deste modo, ele tanto faz ser como faz aparecer. Caminha, inventa e improvisa idas e vindas, variando percursos, até encontrar aquele que quer fazer.

Podemos concluir que para De Certeau e para Gehl é muito importante que se pense nos caminhos pedestres e na relação positiva que estes estabelecem com o Homem.

Contrariando a proposta de F. Ascher, Gehl acrescenta que é importante que se comece a pensar em mais ruas e ciclovias e, não tanto, em estradas e autoestradas. Caminhar e pedalar não só faz bem à saúde, como também contribui para a defesa do planeta.

Quantos espaços destes temos nós, hoje em dia? E, no caso particular de Lisboa e do Vale do Rio Seco, local de intervenção projetual para a presente tese final de mestrado, quantos lugares destes se conhecem?

O exemplo do Passeio dos Clérigos e do HighLine

Para a compreensão de algumas das decisões tomadas no projeto importa, antes de mais, enquadrá-las nalgumas das referências utilizadas para se aprofundar os conhecimentos acerca do desenho do espaço público.

Quando olhamos para um projeto, seja ele qual for, podemos reconhecer nele, aspetos que podem, aparentemente, lançar-nos pistas ou sinais reveladores da nossa intencionalidade. Sem este exercício ou esforço de procura de significado, a leitura do projeto, do ponto de vista das opções, que foram sendo tomadas, poderá parecer inócua ou desprovida de significado.

Poderíamos mencionar vários projetos para exemplificar aquilo que se pretende para este trabalho, nomeadamente para o desenho do espaço público. No entanto, destacamos dois que nos servirão, de exemplo, ao longo desta investigação. O primeiro corresponde ao Passeio dos Clérigos, na cidade do Porto, em Portugal, e, o segundo, à reconversão do HighLine, em West Side Manhattan, Nova Iorque.

O *Passeio dos Clérigos* corresponde a um projeto de requalificação urbana, na cidade do Porto, dos arquitetos “Balonas e Menano S.A.”.

Inaugurado em Setembro de 2012, e, apesar de muito jovem ainda, este projeto de arquitetura revelou, desde o início, ser um potencial regenerador do centro histórico desta cidade e, um exemplo de lugar que, através do desenho arquitetónico, voltou a ser um espaço verdadeiramente habitado⁸.

O sucesso deste projeto parece estar associado ao facto de se ter assumido um novo arruamento pedonal que, mais do que uma rua comercial, passou a fazer parte do percurso que liga a Torre dos Clérigos, ex-libris da cidade, à Livraria Lello, uma referência arquitetónica e cultural importante. Uma espécie de ligação entre dois locais de visita absolutamente incontornáveis nesta cidade nortenha.

Para quem caminha na rua, este projeto não deixa ninguém indiferente. Naturalmente, ele desperta curiosidade e interesse aos que por aí passam e parece haver um convite implícito à nossa entrada e à sua descoberta. O espaço parece ter ganho um novo e diferente sentido e uma nova vivência.

Assim, e numa altura em que todos tendiam a olhar para este espaço com um certo desencanto e com desgosto de ver o tempo a transformar esta zona num local desagradável, eis, senão quando, tudo se altera. O Passeio dos Clérigos passou a ser um local central, do ponto de vista espacial e das memórias da cidade do Porto. De-

⁷ O WTC, antes do ataque terrorista de 11 de Setembro de 2001, era o complexo de edifícios mais alto do mundo (526,3 m na totalidade).

⁸ Localizado entre a Rua das Carmelitas, a Rua do Senhor Filipe de Nery e a Rua do Dr. Ferreira da Silva, o local de construção corresponde a um quarteirão que, no passado (mais precisamente em 1839), viu nascer o antigo Mercado do Anjo.

senhou-se e “nasceu” um novo espaço capaz de colmatar a fratura da zona como um lugar apreciado e vivenciado por todos. Um lugar que nos chama, que nos convida a visitar, a conhecer, a parar, a olhar, a viver.

Por sua vez, o *HighLine*, projeto de autoria do atelier James Corner Field Operations em parceria com o atelier DillerScofidio + Renfro, corresponde a um parque suspenso em *West Side Manhattan*, na cidade de Nova Iorque, construído sobre uma antiga linha ferroviária.

Este projeto de reconversão procurou dar um novo sentido à antiga ligação industrial transformando-a num verdadeiro instrumento de lazer. Ao caminhar ao longo do *HighLine* somos conduzidos pela cidade e, simultaneamente, deparamo-nos com percursos que estimulam um conjunto de atividades sociais e recreativas.

Quem caminha sobre o *HighLine* afirma que não há experiência igual. Elevado cerca de 25 metros, este novo arruamento liberta-se da cidade que nunca dorme e proporciona experiências únicas. É um lugar que convida o transeunte a parar, a ver, a sentir e a habitar. Aqui, não existem semáforos e atravessar a cidade nunca foi tão fácil e tão agradável.

O projeto inclui zonas de passagem, zonas de descanso com bancos de madeira que se soltam da estereotomia do chão e espaços pensados, pontualmente, para o mais variado tipo de atividades e para diferentes idades. Atividades de grupo, visitas-guiadas, *art performances*, música ao vivo e *peddypapers*, são alguns desses exemplos.

Os casos de referência que acabámos de apresentar, situados em locais completamente diferentes: Portugal e E.U.A., procuram mostrar de forma muito concreta e específica o modo como o desenho urbano poderá ter consequências em ambos os casos, muito positivas na qualidade de vida da população que servem.

Os locais claramente *sociófugos*, utilizando a linguagem de E. Hall, passaram a espaços *sociopé- tos*, promotores do relacionamento interpessoal.

A disposição das peças, o desenho dos jardins, a criação de espaços de contactos sociais permitiram a mudança da própria perceção das pessoas em relação a estes locais.

Ao longo deste trabalho, fomos tomando consciência de que, na conceção do espaço público, é importante refletir sobre o modo como podemos contribuir para que ele seja, na realidade, promotor de vivências e de trocas e relacionamentos sociais positivos, pró-ativos e de qualidade para as pessoas que aí vivem.

Do papel para o projecto...

O local do projeto está localizado próximo do Palácio da Ajuda e da Torre do Galo em Lisboa, uma zona de interesse patrimonial, constituída por um conjunto de terrenos vazios (alguns fechados entre muros), sem qualquer função ou utilidade no seu interior e descaracterizada e desarticulada do contexto territorial em redor. Corresponde a um vazio urbano.

Em função dos problemas e das potencialidades encontradas no terreno, elaboramos o nosso programa no qual consideramos importante a requalificação do espaço público exterior.

De referir que, no terreno adjacente, a sudeste, existe uma zona de pendente muito acentuada que corresponde a uma antiga pedreira, um monumento geológico natural com particular interesse. Enquanto peça arqueológica natural, esta gruta deveria apresentar-se como um elemento único na natureza, mas acaba por sofrer uma ação negativa por parte do Homem com uma construção habitacional, no seu topo, de seis pisos, que, neste local, não deveria existir, na nossa opinião.

Desta forma, dar-se-á a oportunidade de, nesta zona da gruta, se poder acolher parte do novo Parque Natural do Rio Seco, resolvendo os problemas anteriormente referidos e trazendo qualidade, quer ao espaço quer à vida dos seus habitantes.

Assim, em função dos dados referidos, procurou-se arquitetar, nesta zona de intervenção, dois blocos habitacionais: um deles servirá para realojar as pessoas que vivem próximo do local e o outro destina-se à criação de um espaço de habitação flexível.

Entre ambos os blocos habitacionais, e tendo em conta a revisão bibliográfica anterior, dar-se-á particular relevo ao desenho do espaço público. Este local poder-se-á constituir como uma zona de convívio, de lazer, de vida e de relações interpessoais. Desta forma, a interação entre espaço público e espaço privado pode ser uma abordagem interessante, no sentido de se compreender a interdependência entre ambos os espaços.

Para além da ideia de se trazer o novo Parque Urbano do Rio Seco à cota superior da gruta, a nossa proposta urbana assenta, também, no pressuposto de se criar um caminho que une dois pontos cruciais do terreno: o parque e a zona junto ao Palácio Nacional da Ajuda.

Procurando dar ênfase ao contexto sociocultural e histórico da zona, o desenho do espaço público reflete também uma preocupação em promover e valorizar um património local.

Procurou-se criar percursos entendidos não apenas como simples caminhos, mas como zonas capazes de oferecer condições de entretenimento, de interação e comunicação, entre moradores e transeuntes, entre os diferentes pontos de interesse local. Constrói-se uma nova itinerância no espaço. Uma estratégia que propicia a criação de um caminho com princípio, meio e fim, capaz de se assumir como um espaço diferente. Novo, porque passa a ser apreciado por todos e, por isso, passa a ser uma “novidade”. Um caminho sem a presença dos carros, rejuvenescido porque rompe com o passado recente e nos convida a viver, a habitar, a trabalhar e a passear. Desenhasse, assim, o nosso Passeio D’Ajuda.

Lembremos o caso do *Passeio dos Clérigos*, na cidade do Porto, e do modo como a criação de um espaço a céu aberto veio alterar, radicalmente, a dinâmica desta zona, no centro histórico da cidade.



Figura 1 – O Passeio D’Ajuda e a sua pormenorização

Fonte: Elaboração própria, 2015

Sennett (1989) e Gehl (2011) defendem, complementarmente, o modo como se deve cuidar do espaço público, dando-lhe tanta ou mais importância como ao espaço privado e habitacional. Manuel Graças Dias (2012) salienta o quanto devemos valorizar as ruas pedonais. Contrariamente ao que pode ocorrer em espaços ocupados por automóveis, nesses locais, é possível que as pessoas parem, conversem entre si, que realizem atividades de cariz lúdico com os outros, uma espécie de ágora, como Sennett refere. Hall diria que este espaço deveria ser sociópeto e que a sua conceção influenciará, certamente, a qualidade de vida dos seus utilizadores. E, ao fazê-lo, o próprio espaço ganhará “vida própria”.

Em Nova Iorque, com o *HighLine*, a transformação da via férrea num passeio pedestre, também veio alterar a perceção que, as pessoas, tinham desse espaço.

Ambos os exemplos relatados mostram que, a valorização do espaço público, pode ser fundamental no sucesso de um projeto.

O nosso Passeio D’Ajuda, de forma também semelhante, visa constituir-se como um novo exemplo. Pretensioso, dirão alguns. Nós consideramos realista.

Este passeio corresponde a um caminho largo que atravessa os edifícios habitacionais e onde podem ocorrer vários tipos de atividades, tais como: caminhadas, atividades sociais ou desportivas, feiras temporárias, *peddypapers*, *art performances*, teatros de rua, concertos ao ar livre, entre outros. Pontualmente, vão surgindo zonas de descanso com bancos que se soltam da esteiotomia do pavimento (construído em lajetas pré-fabricadas de betão) e, também, pequenas zonas com terra onde a vegetação poderá crescer e dar um novo tom e cheiro a este passeio. A lavanda, planta aromática, é um dos exemplos de vegetação a utilizar que pode sugerir, pela cor e pelo cheiro, relaxamento, frescura e qualidade de vida.

Este passeio pedestre eleva-se da cota do solo, parecendo estar suspenso num outro nível. É como se desse a hipótese às pessoas de se afastarem do seu mundo “habitual” e penetrassem num campo diferente de relaxamento e de descompressão. Os transeuntes podem, ainda, observar a cidade de Lisboa com o Cristo Rei e o rio Tejo ao fundo, neste “miradouro”.

A iluminação foi pensada para cumprir uma dupla função: por um lado, para se criar pontos de iluminação e envolvimento e, por outro lado, para funcionar como um espaço seguro, principalmente à noite.

Imagine-se que, por razões diversas, não

seria possível a construção deste bloco habitacional. Pensámos, por isso, na possibilidade de manter este passeio como uma estrutura independente. Este caminho faria a ligação dos diferentes pontos do terreno. Na nossa opinião, fará todo o sentido porque, mesmo não havendo habitação, pode haver atividades de diversão e de lazer. O Passeio D'Ajuda é verdadeiramente, neste contexto, um espaço público.

Breve conclusão

Os projetistas e urbanistas dão, muitas vezes, uma grande importância ao espaço privado em detrimento do público.

Por outro lado, a literatura mostra, claramente, que, fora dos edifícios, existe um potencial a explorar.

O projeto que apresentamos pretende ser uma perspetiva de compromisso entre estas duas visões aparentemente antagónicas, defendidas por Ascher e por Sennett e Gehl, e, por isso também atribuímos uma significativa importância ao desenho do espaço público.

Existe uma vontade em equilibrar diferentes variáveis, diferentes perspetivas, para que, na perspetiva que assumamos sobre o problema, possa existir um compromisso, um equilíbrio entre o espaço pessoal e individual e o espaço de partilha com os Outros, o espaço público, tal como Sennett propõe.

Não obstante a realidade e as alterações sociofamiliares de que vamos tendo conhecimento, e seguindo as ideias formuladas por Ascher, este trabalho procurou olhar em frente e investir em soluções para um espaço público que se constituiu como um local promotor de relações interpessoais de qualidade e de felicidade individual. No final, pretende-se que os indivíduos usufruam dos espaços que a cidade lhes disponibiliza, que queiram voltar a esse local sempre e que usufruam da possibilidade de interagir e de criar novas e diferentes relações com os outros.

Referências bibliográficas

- Ascher, François (2010), “Novos Princípios do Urbanismo”, Lisboa: Livros Horizonte
- Certeau, Michel de (1980), “L'invention du quotidien”, 1º vol, Paris: Arts de faire, Union Générale D'édicions.
- Gehl, Jan (2011), “Life between buildings. Using Public Space”, Washington: Island Press.
- Gehl, Jan and Gemzoe, Lars (2001), “New

City Spaces”, Copenhagen: The Danish Architectural Press.

- Giard, Luce, “A invenção do cotidiano”. Nova edição, estabelecida e apresentada por LuceGiard (3ª edição), disponível em: <http://www.uneb.br/gestec/files/2011/10/74892255-A-In-venc-a-o-do-cotidiano-Michel-de-Certeau.pdf>, consultado em 2 novembro de 2014.

- Hall, Edward T. (1986), “A Dimensão Oculta”, Lisboa: Relógio d'Água Editores Lda

- Nunes, João Pedro, Graça, Miguel Silva e Dias, Manuel Graça (2012), “Cidades, centros culturais e praças públicas”, Imprópria, Política e Pensamento Crítico. Nº 1, 1º semestre, pp. 21-38.

- Jorge, J. Gorjão (2007), “Lugares em Teoria”, Lisboa: Edição Caleidoscópio.

- Sennett, Richard (1989), “The Civitas of Seeing”, Places, volume 5, nº 4, disponível em: <https://placesjournal.org/assets/legacy/pdfs/the-civitas-of-seeing.pdf>, consultado em 2 de em Novembro. 2014.

Espaço público – sociabilidades e práticas sociais em Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)

Public space - sociabilities and social practices in Urban Areas of Illegal Genesis (AUGI)

Joana Fernandes¹

Resumo

Este texto expõe os principais resultados referentes ao conceito de espaço público e às suas características em Áreas Urbanas de Génese Ilegal. A investigação esclarece de que forma as intervenções sócio urbanísticas em espaço público podem reforçar a identidade e as relações de vizinhança dos residentes nas AUGI. Para tal, foram analisados o bairro dos Peões, no concelho de Cascais, e o bairro do Casal Novo, em Odivelas - ambos localizados na Área Metropolitana de Lisboa, por meio de questionários e de conversas informais com os respetivos moradores. O conhecimento adquirido esteve na base da elaboração de um esboço reflexivo em torno de propostas estratégicas de intervenção baseadas nas singularidades de cada bairro, que favorecem o uso pedonal e prevêm lugares que encorajam a interação social.

Palavras-chave

Áreas Urbanas de Génese Ilegal, Espaço Público, Sociabilidades, Odivelas, Cascais.

Abstract

This paper sets out the main research related to the concept of public space and results its characteristics in Urban Areas of Illegal Genesis (UAIG). The research explains how the socio urban interventions in public space can enhance identity and neighborly relations of residents in UAIG. To this end, we analyzed Bairro dos Peões, in the municipality of Cascais, and Casal Novo, in municipality of Odivelas. Both in the Lisbon Metropolitan Area. To this end, in the research we mobilized direct observation, we established informal conversations and applied a questionnaire. The knowledge gained was the basis for the development of a reflective outline of strategic proposals based intervention in the singularities of each neighborhood, favoring pedestrian use and provide for places that encourage social interaction.

Keywords

Urban Areas of Illegal Genesis; Public Spaces, Sociabilities, Odivelas, Cascais.

Notas introdutórias

Para muitos indivíduos, desde cedo que o bairro aparece como um elemento forte no suporte das suas vivências e conseqüentemente na construção de memórias, a elas associadas. O olhar sobre a rua, a maneira como esta é vivida, com diferentes pessoas e propósitos, são momentos que marcam a existência humana e vão definindo a representação individual e coletiva do bairro.

É por meio do espaço público que o bairro cresce, no que respeita à sua dimensão coletiva e social, e adquire um papel fundamental no processo de aprendizagem e experimentação e na estruturação do lugar.

Neste sentido, a vontade de evidenciar a dimensão social do urbanismo e da arquitetura e o interesse em observar e perceber a maneira como

os indivíduos vivem o espaço, especialmente em Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), não planeadas e com grandes carências ao nível do espaço público, constituem o grande mote para uma investigação que pretende esclarecer de que modo as intervenções sócio urbanísticas em espaço público, podem reforçar a identidade e as relações de vizinhança dos residentes em AUGI.

Pelas características intrínsecas e muito particulares das AUGI, pareceu interessante aprofundar o conhecimento sobre quem são atualmente os residentes nas AUGI; quais os principais problemas sociais e urbanos vivenciados nestes territórios, principalmente ao nível da carência de espaços públicos de qualidade, sejam edificados ou naturais, planeados ou informais; quais as necessidades e expectativas dos residentes face a possíveis futuras intervenções nestes locais;

¹ Mestre em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

e tentar perceber a relação causa-efeito destes fatores com o isolamento dos residentes, principalmente dos idosos, e com o afastamento das gerações mais novas.

O estudo teve como principais objetivos perceber a imagem que os habitantes têm do seu bairro; entender as relações passado-presente dos indivíduos e/ou grupos, enquanto habitantes dos bairros em questão; compreender a rua como espaço de sociabilidade; perceber o contributo das relações de vizinhança no estímulo das relações de identidade população-bairro; e numa fase conclusiva, procurou-se esboçar algumas estratégias de intervenção por parte da Arquitetura sobre o espaço público e que possam contribuir para o aumento da qualidade de vida dos habitantes dos bairros em estudo.

Tendo por base a dissertação de mestrado em Arquitetura: O Bairro na Cidade-Génesis de vida social de bairro nas AUGI apresenta-se uma análise em torno dos efeitos da falta de planeamento urbano, na constituição de espaços públicos de qualidade e consequentemente na limitação das práticas sociais e sociabilidades entre os habitantes das AUGI, tendo como base alguns princípios identificadores da vida de bairro.

Áreas Urbanas de Génesis ilegal e espaço público

Em Portugal, principalmente nos anos 60 do séc. XX, os bairros clandestinos cresceram significativamente devido às migrações internas e aos retornados da guerra colonial. A população que originalmente veio residir nas AUGI era na sua grande parte oriunda de meios rurais. Como tal, os seus hábitos e modos de vida relacionam-se estreitamente com as suas origens, experiências de vida e aprendizagens. Assim, de acordo com Jorge (2010b), as suas aspirações passam pela posse de um terreno e aquisição ou construção de habitação própria. As habitações de dimensões reduzidas que caracterizavam os meios rurais, bem como a falta de privacidade, quando os membros do agregado familiar eram muitos relativamente ao espaço habitacional que tinham que partilhar, parecem estar na origem destas aspirações em torno da procura por espaço e privacidade, essencialmente aliada à busca de melhores condições socioeconómicas.

Estas pessoas procuravam o contacto com a natureza e era nas periferias a custos mais acessíveis que encontravam a devida proximidade com o meio rural pelo que se constata que a maioria dos lotes nestes territórios apresenta uma mora-

dia com quintal. Por isso, de acordo com Ferreira *et al.*, citado por Jorge (2010b, p. 148) na adaptação à cidade, os residentes do clandestino não pretenderam “urbanizar o rural”, mas sim “ruralizar o urbano”, de acordo com o seu *habitus*. Segundo Jorge (2010b), por trás destas ambições conseguem perceber-se valores simbólicos que assentam na noção de património e num imaginário rural em que o retorno às origens revela muita importância.

Estas lógicas e dinâmicas sociais e económicas, assentes em modos de vida entre o rural e o urbano e que estão na base da construção e constituição destes aglomerados habitacionais, não seguem nenhuma linha condutora uniforme e por sua vez, não houve preocupação com a existência/qualidade de infraestruturas. Consequentemente o espaço público resultou do espaço intersticial entre o edificado, sendo que, nem sempre estes vazios representam localizações eficazes e benéficas para a génesis de espaços públicos de qualidade (espaços que favoreçam as populações, lhes permitam a prática de atividades diversas e opcionais e que fortaleçam a relação de identidade população-bairro).

Neste sentido, torna-se importante que os residentes estejam cientes dos limites e fronteiras do seu bairro, que saibam o que lhes pertence e o que lhes é alheio ou estranho. Socialmente, a territorialidade assume um papel muito importante ao nível das interações, sendo que a partilha do mesmo espaço com vários indivíduos que lá pertencem pode fortalecer o sentido de identidade grupal na medida em que estão expostos aos mesmos estímulos, experiências e conhecimentos comuns (Muga, 2006, p. 131).

A cidade contém uma diversidade de bairros que não resultam só de uma determinada localização no território e de um determinado tipo de edificado, devendo grande parte da sua caracterização e reconhecimento à componente relativa aos seus residentes e às relações recíprocas entre eles e o espaço público que partilham.

Por outro lado, a qualidade das acessibilidades, as características das ruas no que diz respeito à oferta de oportunidades para criar hábitos de permanência ou deslocação, a existência de espaços de lazer otimizados, de áreas de contemplação, de momentos excecionais, de serviços úteis à população residente e/ou às populações vizinhas e de comércio, assim como o reconhecimento de uma centralidade, são elementos que contribuem para fortalecer um bairro.

Indovina (2002) considera que o espaço público constitui um fator importante na identidade que os lugares adquirem através dos seus valores

simbólicos. Por outro lado, é assumido como o lugar da palavra, da sociabilidade, do encontro e é aí que a sociedade encontra o seu espaço livre de expressão, através de grupos sociais, culturais e políticos, devendo por isso contribuir para a representação pessoal, cultural, social e política. Também Borja (2003) partilha a ideia de que o espaço público adquire uma dimensão sociocultural muito importante, na medida em que é lugar de relações e identificações, de contacto entre as pessoas, de animação urbana e de expressão comunitária. Defende este autor que a própria dinâmica da cidade e os comportamentos dos seus habitantes podem gerar espaços públicos que não eram até ao momento considerados como tal, nem estavam previstos. Por outras palavras, o que define a natureza do espaço público é o uso que os indivíduos ou grupos fazem dele.

Pode agrupar-se os espaços públicos segundo dois tipos: os lineares – que correspondem a espaços de circulação como ruas, travessas, entre outros; e os não lineares – que são associados a lugares de permanência (Gehl e Gemzoe, 2000).

No caso específico das AUGI, como a principal preocupação dos habitantes assentou sobre o espaço privado, não houve qualquer intenção sobre o espaço público. “As populações tinham o sonho de construir uma casa, não ambicionavam construir cidade, o que condiciona a relação entre o individual e o colectivo, entre o espaço privado e o espaço público” (Jorge, 2010b, p. 148). Apesar disso, já se denota algum interesse, principalmente por parte das gerações mais novas e de actores institucionais, face à existência de espaços públicos (livres ou edificados), o que impulsiona, de certa forma, as intervenções no espaço público.

Mediante estas particularidades, torna-se pertinente aflorar o conceito de “espaço público incivil” (Levy citado por Castro, 2002, p. 58), na medida em que permite definir e distinguir alguns espaços que são efetivamente públicos mas que apresentam algumas falhas como “falta de serviços públicos e equipamentos; tratamento estético inexistente ou medíocre; não reconhecimento das especificidades locais; acessibilidade nula ou reduzida” (idem, *ibidem*).

Nestas áreas de génese ilegal, o espaço público decorre essencialmente da aparência exterior e da disposição do espaço privado. É notória uma intenção de embelezamento do espaço de entrada dos lotes através de vedações, mais ou menos permeáveis, com mais ou menos adereços. Também se verifica o uso da cor, bem como a aplicação de material cerâmico (por exemplo azulejos), nas fachadas. No que diz respeito às tipologias, predomina a habitação unifamiliar de

um, dois ou, no limite, três pisos, normalmente com garagem. Verifica-se a existência de algumas moradias plurifamiliares quando alguns pisos são arrendados para rentabilizar o espaço. Algumas apresentam ainda pequenos anexos, aproveitados muitas vezes pelos proprietários, também para arrendamento. Assim, neste caso, o espaço público é de certa forma determinado por estes fatores. As pessoas têm geralmente espaço livre dentro do seu loteamento (quintal) e acabam por utilizar pouco o espaço exterior, dificultando ou, em alguns casos, impedindo as interações sociais. Ao nível da habitação plurifamiliar assume-se como espaço público de excelência as partes comuns dos edifícios, como os acessos e espaços de circulação.

No que respeita ao espaço público efetivo, é frequente a inexistência ou deficiência de passeios; algumas ruas principais continuam por regularizar; praticamente não existem espaços públicos, cobertos ou livres e existe escassez de mobiliário urbano; o sombreamento é decorrente da posição das habitações, existindo pouca arborização; e no geral, as redes de transportes não são suficientes para o acesso rápido ao centro da cidade.

É ao nível da rua que grande parte das práticas sociais se concretiza e, de facto, constata-se, nestes territórios de génese ilegal, a predominância de espaços públicos lineares. Assim e como nem sempre existem lotes disponibilizados para cedência, ou esses lotes não são adequados às necessidades de génese de espaços públicos não lineares (pela dimensão, morfologia ou localização), a rua representa o principal palco de interação, devendo ser-lhe atribuídos usos de acordo com as características da população (idade, mobilidade, tempo de residência no bairro, etc.).

Para Gehl (2013), as cidades devem oferecer oportunidades e boas condições para que as pessoas se sintam bem ao caminhar, ao parar, ao sentar, ao olhar, ao ouvir e ao falar, ao habitar. Quando se dirige o olhar para o nível do bairro e especialmente para as AUGI, essas condições continuam indispensáveis para a existência das interações sociais, uma vez que a qualidade da habitação e do espaço, a nível visual, parece ser decisivo para o melhoramento da qualidade de vida.

Em suma, as condições para a interação e sociabilidade devem ser oferecidas e estimuladas pelo espaço, pela rua, uma vez que são indispensáveis na formação do ser humano. Para Gehl (2013, p. 148) “ver e ser visto é a forma mais comum de encontro entre as pessoas”. O autor defende que a qualidade do espaço público se pode medir pela diversidade de atividades que o indivíduo lá pratica. Um aumento na sua qua-

lidade estimula, em especial, as atividades opcionais, das quais dependem as relações sociais (Gehl, 1996). Em espaços públicos de qualidade reduzida, o indivíduo, ou grupo, só fazem o estritamente necessário.

Por outro lado, a organização *Project for Public Spaces* (1975) tem realizado diversos estudos no sentido da qualificação dos espaços públicos que a cidade integra e especifica quatro principais atributos-chave para a análise da qualidade dos mesmos: as acessibilidades e ligações - devendo os espaços públicos ser facilmente acessíveis e bem conectados com a envolvente; o conforto e imagem - devendo englobar espaços confortáveis e zelar pela boa imagem, arquitetónica, urbanística e funcional do espaço em questão; os usos e atividade - na medida em que o espaço deve ser convidativo à prática das mais diversas atividades; e a sociabilidade - cujas características devem encorajar a permanência e o visitar do lugar. Durante a investigação, seguiu-se, de certa forma, esta metodologia, na análise dos dois casos de estudo e na reflexão sobre as propostas de intervenção. No entanto, o método ajusta-se facilmente a um contexto de centro urbano, que abranja populações diversificadas e em maior número.

No caso das AUGI, é essencial ter em conta as fragilidades e condicionantes evidentes, pela sua localização, pré-existências, perfil da população, aspirações e valores intrínsecos. Desta forma, torna-se essencial adaptar a metodologia a cada caso específico, atendendo às suas origens geográficas e sociais, reportórios culturais, experiências pessoais e memórias dos habitantes e incorporando toda esta informação sensorial nos projetos urbanos, nomeadamente na qualificação dos espaços públicos.

Otimizar o espaço público no Bairro do Casal Novo e no Bairro dos Peões

Como referenciais empíricos de pesquisa, selecionou-se duas AUGI com algumas semelhanças, nomeadamente em termos de carências a nível de espaço público de qualidade, mas também com características dissemelhantes em termos de localização, morfologia, tipologia e dimensão. Concretamente, a escolha recaiu sobre o bairro do Casal Novo, no concelho de Odivelas e o bairro dos Peões, no concelho de Cascais.

O bairro do Casal Novo (Figura 1) pertence à união de freguesias de Ramada e Caneças, localizada no Município de Odivelas, abrange uma área de cerca de 80ha, localizada a Noroeste do territó-

rio municipal e teve a sua origem nos anos 70 do séc. XX. A poente, encontra-se limitado pelo município de Sintra e a norte pela A9-CREL que por sua vez, é o principal eixo de ligação viário entre Odivelas, Loures, Sintra, Amadora e Lisboa.

Esta zona é constituída por solos de topografia relativamente acidentada, o que acaba por isolar de certa forma o bairro. As vias não se apresentam diferenciadas, no que respeita ao seu carácter, e o edificado que compõe o Casal Novo é muito heterogéneo. Apresenta construções geralmente unifamiliares, de volumetrias variáveis entre um e dois pisos, muitas vezes com existência de anexos, e nota-se a existência de muros a marcar os limites dos lotes. Não se verifica a existência de alguma regra unificadora. Pelo contrário, os lotes atuais são bastante semelhantes às parcelas agrícolas que lhes deram origem.

Por outro lado, o Bairro dos Peões (Figura 2) define-se como uma AUGI, adjacente à localidade de Talaíde, que pertence ao município de Cascais, freguesia de São Domingos de Rana, e se localiza no extremo nordeste deste território municipal, a cerca de 20km do centro de Lisboa.

Este bairro teve a sua génese na segunda metade do séc. XX e afirma-se como um núcleo habitacional que ocupa cerca de 5ha constituindo uma parcela de uma vasta área de loteamento com cerca de 40ha de terreno. Localiza-se nas proximidades dos limites com os concelhos vizinhos, Oeiras a este e Sintra a norte.

Esta é uma zona caracterizada por solos de topografia acidentada, ainda assim, a poente da estrada de Talaíde, é possível encontrar a antiga



Figura 1 – Bairro Casal Novo - Odivelas
Fonte: Elaboração própria, 2015

pedreira, um núcleo de génese ainda ilegal onde se integram várias construções de cariz industrial, um núcleo habitacional e na zona de cota mais elevada ainda existe um campo de jogos que pertence ao Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde, que se mantém em atividade há 85 anos. No entanto, as pessoas optaram por se fixar na área onde os solos são mais regulares, na área correspondente ao núcleo histórico, e lá construíram as suas habitações.

O edificado que compõe o bairro é muito heterogéneo, apresentando construções nucleares de volumetrias variáveis entre um e dois pisos, muitas vezes com existência de caves, sempre que o terreno o tenha permitido.

Tal como no caso do bairro do Casal Novo, também aqui não se diferencia o carácter das vias. A dimensão e configuração dos lotes também não parecem seguir uma lógica uniforme, sendo que a área correspondente ao núcleo dos fundadores (Largo dos Peões e Rua dos Fundadores) é aquela onde o emparcelamento e a forma de apropriação do solo são mais irregulares, o que dificulta o enquadramento legal. Este é um bairro onde, em virtude das condições socioeconómicas de muitas das famílias, têm emergido, ao longo dos anos, segundos e até terceiros fogos dentro dos lotes primitivos, destinados a novos agregados familiares, regra geral para alojar os descendentes do núcleo familiar primitivo.

No sentido de conhecer o contexto urbano de cada bairro e a população residente, nomeadamente os seus comportamentos, opiniões, aspirações, necessidades entre outros aspetos, a investigação que levamos a efeito cruza métodos quantitativos e qualitativos, tendo-se utilizado uma diversidade de técnicas de recolha e análise de informação como a análise documental e



Figura 2 – Bairro dos Peões - Cascais
Fonte: Elaboração própria, 2015

cartográfica, entrevistas individuais e em grupo e o inquérito por questionário. Na aplicação desta técnica delimitou-se uma amostra (não probabilística e por conveniência) de 40 residentes: 18 no bairro dos Peões, Cascais e 22 no caso do bairro do Casal Novo, em Odivelas. Também as conversas informais com os moradores e com as instituições e serviços com intervenção nos bairros em causa, tais como Câmaras Municipais e Associações de Moradores, contribuíram fortemente para um melhor conhecimento sobre a realidade de cada bairro.

Pretende-se aqui apresentar alguns dos resultados sobre o espaço público e sobre o uso do mesmo, por parte dos seus habitantes, derivados da análise dos inquéritos por questionário.

Nos dois bairros é perceptível a falta de espaços verdes e os problemas associados aos espaços públicos prendem-se com as mesmas questões - pouca arborização/sombreamento, falta de mobiliário urbano e falta de manutenção.

No caso do bairro do Casal Novo, verifica-se que quem aponta estes problemas, na sua maioria, não utiliza a rua, pelo que se pode pensar na possibilidade de constituir atrativos e incentivar as pessoas a saírem de suas casas e a desfrutar da rua através de arborização e sombreamento ao longo das ruas do bairro (Figura 3). Tudo isto aliado à implementação de mobiliário urbano em pontos estratégicos e tendo em conta a necessidade de manutenção, quer das próprias ruas, quer dos espaços públicos qualificados.

Em contrapartida, no bairro dos Peões (Figura 4), as pessoas utilizam a rua para conversar e conviver com os vizinhos o que revela sobretudo a existência de uma maior coesão e maior nível de sociabilidade entre os habitantes do bairro e não propriamente a existência de espaços públicos de qualidade. Quando questionados sobre a falta de espaços públicos, a maioria responde que não necessitam de mais. Neste caso as pessoas encontram-se na rua, em alguns cafés e esse vem a ser um ponto-chave na elaboração das estratégias de qualificação, passando estas por privilegiar a rua e as utilidades que esta pode assumir.

Relativamente às principais necessidades dos espaços públicos, pode constatar-se as mesmas não variam muito de um bairro para o outro. Atente-se, por exemplo, nas respostas referentes ao grupo de pessoas com idades entre os 25 e os 64 anos: no que respeita às principais necessidades, com exceção do centro cívico/multiusos, as carências prendem-se, nos dois bairros, com a necessidade de um lugar de aprendizagem e entretenimento para as crianças e um centro de dia que

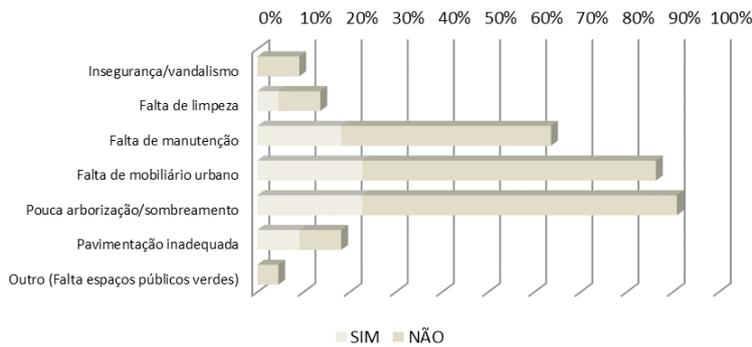


Figura 3 – Principais problemas associados aos espaços públicos do bairro (%) – Casal Novo

Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

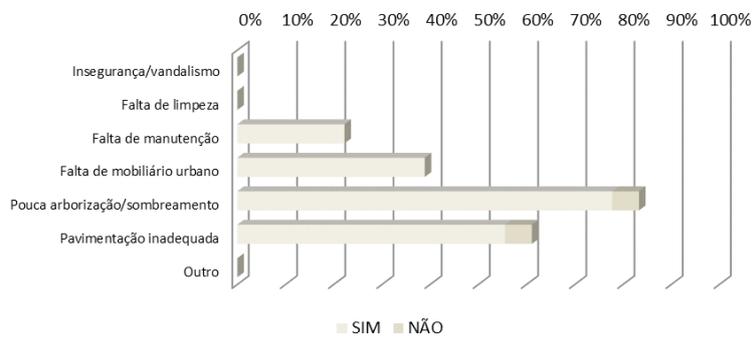


Figura 4 – Principais problemas associados aos espaços públicos do bairro (%) – B° dos Peões

Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

viabilize o convívio e interação entre os idosos.

Também a criação de jardins e praças é muito requerida pelos habitantes dos dois bairros.

No caso do bairro Casal Novo (Figura 4) as pessoas concordam com a construção de um centro de dia. Algumas pessoas têm familiares próximos, idosos, a seu cargo e a conciliação entre a vida la-

boral e a familiar não facilita o seu cuidado. Neste sentido, um centro de dia poderia ser muito útil ao apoiar as famílias nos cuidados aos mais idosos.

Ainda dentro desta faixa etária há pessoas que já estão aposentadas ou sem trabalhar, por razões diversas, e ficou perceptível, aquando da aplicação dos inquéritos, que este possível cen-

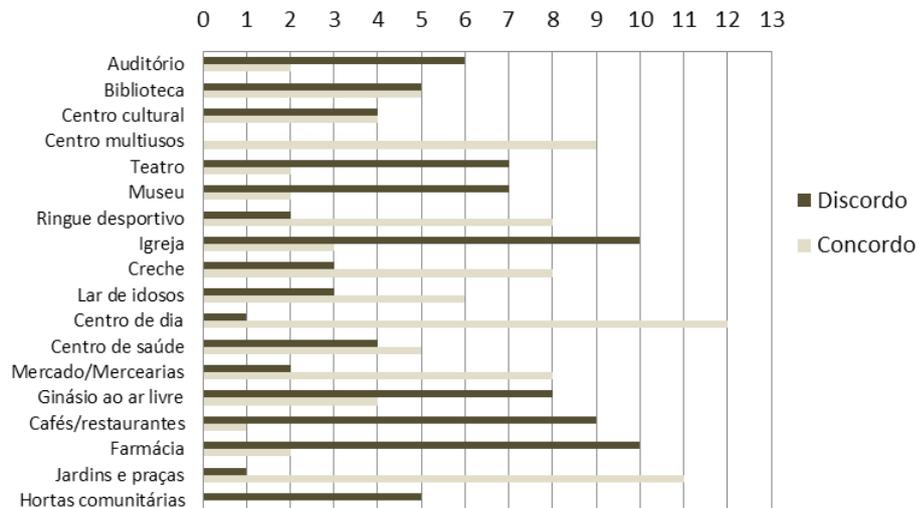


Figura 5 – Principais necessidades do bairro - faixa etária dos 65 ou mais anos (N) – Casal Novo

Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

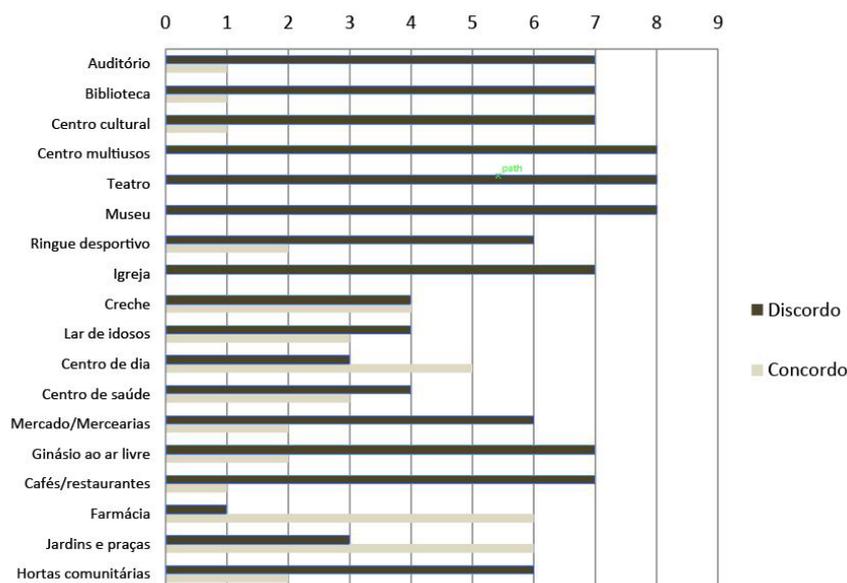


Figura 6 – Principais necessidades do bairro - grupo etário dos 65 ou mais anos (N) – B° dos Peões

Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

tro de dia é representado por estas pessoas como um centro comunitário onde poderiam conviver com outras pessoas da mesma idade e com uma situação social similar. É neste contexto que também apontam a necessidade igualmente evidente de um centro multiusos.

No caso do Bairro dos Peões (Figura 6), acresce a necessidade de um equipamento público destinado a crianças, referida por quem tem filhos ou netos. As pessoas que têm familiares próximos, idosos e a seu cargo, referem o lar de idosos como equipamento muito útil na disponibilização de cuidados de saúde e outros indispensáveis à qualidade de vida dos idosos mais sós, com menos autonomia.

Estratégias de intervenção sobre o espaço público

Com base na análise das respostas aos inquéritos por questionário, foram esboçadas algumas estratégias de intervenção para o espaço público de cada bairro.

No caso do bairro do Casal Novo entre outros pontos estratégicos, destacam-se as seguintes intenções:

1) Reforçar a malha geral do bairro, pela definição das ruas, vias e da sua envolvente próxima e rever e alterar os sentidos de trânsito.

Esta constitui uma oportunidade de promover a sociabilidade, pretende definir-se um percurso pedonal, complementado por uma ciclovia, que otimize as ligações pedonais às áreas adjacentes - que aproxime todos os residentes, geográfica e socialmente, que atraia as pessoas a utilizar a rua e que sirva de elo de ligação entre os principais equipamentos propostos. Este percurso culmina no largo da igreja.

2) Mobilizar a população e oferecer a possibilidade da prática de atividades recreativas e culturais que evitem o isolamento e promovam a partilha de histórias, memórias e conhecimentos, através da criação de um centro multiusos (Figura 7), localizado no principal vazio da rua do Brasil, bem como promover o envolvimento da população no seu funcionamento, a tempo inteiro ou parcial, através de uma eventual associação. Este pretende ser um espaço a ser utilizado por pessoas de diferentes idades, constituindo uma referência para encontros de amigos e onde as pessoas, em geral, possam interagir e criar laços.

Este edifício inclui no seu programa salas de estudo, para crianças/jovens, associadas a uma pequena biblioteca e espaço lúdico integrados no mesmo centro multiusos. Também terá lugar um auditório e uma sala polivalente - onde se possam desenvolver *workshops* sobre temas variados e abrangentes, que dinamizem a população; uma área de cantina - na qual os habitantes do

bairro tenham possibilidade de participar, quer em formações sobre alimentação e culinária, quer na mostra de qualidades e competências já possuídas neste domínio; e ainda um ringue desportivo dentro dos limites do centro - de modo a envolver as pessoas através da concentração de diversas atividades.

No que diz respeito à intervenção no espaço público do Bairro dos Peões, destacam-se as seguintes estratégias:

1) A resolução da atual rede viária no interior do bairro, com a eliminação das situações de rutura ou descontinuidade atualmente existentes, bem como a reformulação dos atuais sentidos de circulação no bairro, criando alguns arruamentos com sentido único de circulação automóvel de forma a aumentar o espaço de passeio e a reduzir conflitos entre pedestres e veículos e a aumentar o sentimento de segurança no bairro.

2) A criação de uma zona pedonal correspondente ao núcleo histórico do bairro, a qual, ao limitar o tráfego viário fundamentalmente aos residentes e ao impor reduzidas velocidades de circulação, constituirá um importante elemento dissuasor da penetração do automóvel no bairro (Figura 8). Definiu-se como estratégia intensificar a importância do núcleo histórico (largo dos Peões e rua dos Fundadores), ao requalificar a área de maneira a que esta constitua a principal centralidade e referência no bairro. Para permitir essa otimização do espaço de permanência estritamente pedonal e aumentar a legibilidade do mesmo, atende-se ao desenho da separação entre o espaço de acesso viário e o espaço estritamente pedonal, através de um pequeno desnível, de uma eventual diferença de pavimentação ou da aplicação de elementos de separação, naturais ou artificiais.

Considerações finais

Embora a génese das duas AUGI se tenha dado sensivelmente na mesma altura e por motivos aparentemente semelhantes, as relações interpessoais e de enraizamento no lugar são díspares de um bairro para o outro. Ambos os bairros são lugares deficitários em transportes públicos, em serviços, pequeno comércio, em atividades várias e em espaços públicos de qualidade, espaços verdes, havendo pouca arborização/sombreamento, falta de mobiliário urbano e falta de manutenção.

No que respeita às principais necessidades, com exceção do centro cívico/multiusos, as outras necessidades são similares; a necessidade de um lugar de aprendizagem e entretenimento



Figura 7 – Proposta geral Bairro Casal Novo – Centro multiusos e percurso pedonal/ciclovial proposto

Fonte: Elaboração própria com base em documentos cedidos pela CM Odivelas, 2015

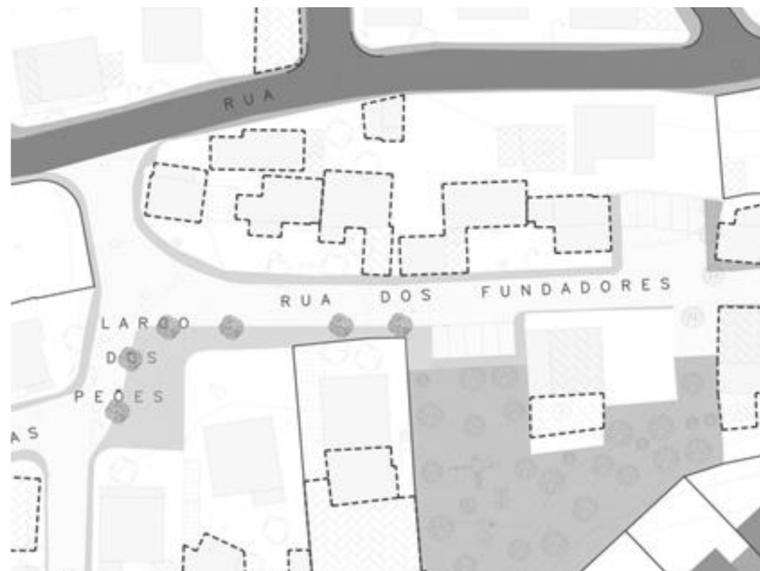


Figura 8 – Proposta de requalificação do Largo dos Peões – Bº dos Peões - Cascais

Fonte: Elaboração própria com base em documentos cedidos pela Unidade de licenciamento AUGI, CMCascais

para as crianças e um centro de dia que viabilize o convívio e interação entre os idosos. Também a criação de jardins e praças é algo muito requerido pelos habitantes dos dois bairros.

Neste sentido, as intervenções propostas, apesar de ligeiramente distintas, assentam sobretudo na necessidade de se criar espaços públicos de

qualidade que estimulem o convívio, a conversa, a interação social; que ajudem a construir narrativas que venham a constituir memória, que sejam referenciais na vida das pessoas que os habitam e que no conjunto com outros elementos característicos do bairro, contribuam para gerar orgulho e sentido de pertença. As intervenções propostas devem: i) gerar espaços lineares de qualidade através do aperfeiçoamento das pré-existências atualmente eficazes ou, nalguns casos, da gênese de novos espaços (ligações pedonais, percursos eficazes, definição dos caracteres das ruas); ii) promover o equilíbrio entre circulação pedonal e viária e a sua separação eficaz; iii) criar espaços multifuncionais e adaptáveis a diversas atividades e faixas etárias; iv) propor a existência de equipamentos e elaborar um esboço de usos e interações possíveis; v) e criar espaços não lineares, de permanência- ou otimizar os existentes quando aplicável. Tudo isto adaptado a cada situação e população específicas.

Estas linhas orientadoras ajudam a gerar condições para que os “filhos do bairro” possam interagir e expressar-se em grupo e desenvolver memórias do seu “lugar de infância”, lugar que faz parte do processo de crescimento e desenvolvimento humano, podendo refletir-se, nas relações identitárias face ao bairro e na transmissão desses elementos simbólicos às gerações futuras e novos moradores.

Em jeito de conclusão, nesta linha de pensamento, Borja (2003, p. 9) salienta que o espaço público define a qualidade de uma cidade ao afirmar que não é só um indicador da qualidade urbana, mas também, um instrumento privilegiado na política administrativa para fazer cidade, servindo para clarificar periferias, renovar de antigos centros, produzir novas centralidade, assim como, para coser e agregar tecidos urbanos, simbolizando também a qualidade de vida dos seus cidadãos e a qualidade de cidadania dos mesmos.

Referências bibliográficas

- Borja, Jordi (2003), “La ciudad conquistada”, Madrid: Alianza Editorial.
- Castro, Alexandra (2002), “Espaços públicos, coexistência social e civilidade”, *Cidades-comunidades e territórios*, n.º 5, pp. 53-67.
- Gehl, Jan e Gemzoe, Lars (2000), “Novos Espaços Urbanos”, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Gehl, Jan (1996), “Life Between Buildings. Using Public Space”, 3ª Edição, Copenhaga: Arkitektens Forlag.
- Gehl, Jan (2013), “Cidades para pessoas”,

São Paulo: Perspectiva.

- Indovina, Francesco (2002), “O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 5, pp. 119-123.

- Jorge, Sílvia (2010a), “Da produção à qualificação do espaço urbano de gênese ilegal: o caso da freguesia de Unhos”, *Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos*, Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.

- Jorge, Sílvia (2010b), “Qualificação do espaço público de loteamentos de gênese ilegal na grande área metropolitana de Lisboa”, em: Lúcia Bógus et al. (orgs.). *Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Portugal-Brasil*, S. Paulo: Educ, pp. 143-158.

- Muga, Henrique (2006), “Psicologia da arquitectura”, Lisboa: Gailivro.

- Project for Public Spaces (1975), “What Makes a Successful Place?”, Disponível em: <http://www.pps.org/reference/august2005what-makesplacegreat/>, Consultado em: 20-11-2014.

O espaço da arquitetura moderna. Expressão e abstração

Space of modern architecture. Expression and abstraction

Tiago de Almada Cardoso Proença de Oliveira¹

Resumo

Este artigo debruça-se sobre a evolução da consciência e da conceção do espaço arquitetónico, e particularmente sobre o seu entendimento no período moderno. Confrontando criticamente o pensamento de vários autores procura-se traçar uma genealogia e determinar características específicas do espaço na arquitetura moderna. Finalmente, apesar de se reconhecer a necessidade de um esforço de abstração no seu desenvolvimento e de se considerar a planta livre como uma conquista fundamental, procura-se desmistificar a ideia da inevitabilidade, e até da conveniência, de um espaço moderno necessariamente homogêneo e isotrópico.

Palavras-chave

Espaço, planta livre, arquitetura moderna, abstração

Abstract

This paper deals with the consciousness of space in architecture, and the evolution of its conception, particularly in the modern period. Pondering on texts of different authors we will attempt to trace a genealogy and to identify essential features of space in modern architecture. Finally, though accepting the necessity of an abstraction emergency in its development and though placing free plan as a fundamental achievement, we will try to demystify the idea of the inevitability, and also the convenience, of a modern space that has to be homogeneous and isotropic.

Keywords

Space, free plan, modern architecture, abstraction

Não é raro, quando a ele nos referimos de uma forma geral, descrevermos o espaço arquitetónico moderno como um contínuo homogêneo habitado por volumes, regidos um e outros na sua composição formal por uma geometria especulativa e sem base material. Este espaço distinguir-se-ia assim do espaço dito tradicional, compartimentado e qualificado na sua composição formal pelo recurso à figura. Enquanto este último se considera concreto, estreitamente ligado a referências culturais partilhadas, o primeiro é reputado de abstrato e autorreferencial. Embora essa seja uma leitura possível do espaço moderno, que encontra confirmação em vários exemplos edificados, neste artigo defende-se a ideia de que a libertação da obrigação tradicional de referenciação permite explorar mais livremente as possibilidades expressivas do espaço e fazê-lo assumir por si valores concretos.

Em suma, aceitando que o espaço é essencial em arquitetura, a tese que aqui se procura fundamentar é a de que é através do exercício de abstração que se torna possível explorar as

suas possibilidades de expressão, mas que esse exercício não tem de se transformar em finalidade *per se*, como chegou a acontecer em várias tendências do período moderno. Defende-se, de resto, que não é um determinado entendimento de abstração, isto é, a demanda de homogeneidade e isotropia, que torna o espaço arquitetónico moderno... moderno. Para desenvolver este raciocínio procura-se acompanhar a reflexão de autores de referência que, desde finais do século XIX, desenvolveram o tema específico do espaço arquitetónico desde variados pontos de vista, e cujo pensamento comparado nos permite clarificar noções essenciais para a compreensão da argumentação.

Em 1941, no seu livro *Space, Time and Architecture*, Sigfried Gideon identifica três estágios de evolução na conceção do espaço ao longo da história da arquitetura ocidental: no primeiro, que abarca a arquitetura no Egito, Mesopotâmia e Grécia, este exprime-se apenas pelo jogo dos volumes e o espaço interior não é considerado; no segundo estágio, que começa no período romano

¹ Doutor pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa com a tese "As Vicissitudes do Espaço Urbano Moderno ou o Menino e a Água do Banho - Os Bairros dos Olivais". Foi assistente convidado no IADE, na FAUTL e no ISMAT. E-mail: tiago.cardosodeoliveira@gmail.com

e se prolonga até ao fim do século XVIII, a formação do espaço interior “torna-se sinónimo de espaço interior escavado” (2002: lv) e assiste-se a importantes evoluções como a da descoberta da perspectiva na Renascença ou a da instauração de um espaço fluído no Barroco; no terceiro, que se inicia com o século XX, “as qualidades emanantes de espaço dos edifícios isolados podem outra vez ser apreciadas” (2002: lvi) em virtude da revolução ótica que vai abolir o ponto de vista único da perspectiva, e continua a verificar-se a preocupação com o espaço interior, agora com uma abordagem profundamente diferente.

A sequência de Gideon será utilizada por Bruno Zevi em 1948, em *Saper vedere l'architettura*, para sustentar a ideia de que só há realmente arquitetura a partir do período romano, portanto a partir do 2º estágio proposto por Gideon, uma vez que a presença de espaço interior é condição necessária para a sua existência. Para Zevi o espaço é o protagonista da arquitetura, ainda que as qualidades desta não se esgotem nas daquele e que a experiência espacial arquitetónica não se limite ao interior de um edifício e se prolongue pela cidade “onde quer que a obra do homem haja limitado «vazios», isso é, tenha criado espaços fechados” (1996: 25). É interessante notar este entendimento do espaço como vazio delimitado por formas físicas, como se fosse o negativo de um volume, ainda que o autor ressalve adiante que o espaço não é só cavidade vazia, um facto visual, mas também “sobretudo num sentido humano e integrado, uma realidade vivida” (*ibid*: 217).

Depois de caracterizar diversas idades do espaço arquitetónico – o “espaço estático” romano, a “diretriz humana” cristã, a “aceleração direcional e a dilatação” bizantinas, a “métrica” românica, os “contrastes dimensionais e a continuidade espacial” do Gótico, as “leis e as medidas” do século XV, a “volumetria e plástica” do século XVI, o “movimento e interpenetração” do Barroco - o autor culmina no século XX com o espaço moderno que se fundamenta na planta livre e recupera qualidades espaciais de períodos anteriores, nomeadamente a continuidade espacial do Gótico, o movimento volumétrico do Barroco e a métrica da Renascença. As duas correntes que identifica na primeira metade deste século, racionalismo e organicismo, diferem na interpretação que fazem da planta livre: “apenas racionalmente a primeira, organicamente e com plena humanidade a segunda” (*ibid*: 124).

A noção de planta livre como a resposta moderna para a organização espacial no século XX é também defendida por Norberg-Schulz (2003),

em 2000, em *Principles of Modern Architecture*², onde segue a linha de evolução traçada por Gideon: a “nova tradição”. De acordo com Norberg-Schulz (2003), o Movimento Moderno, ao tomar a habitação como tema nuclear, terá trazido para primeiro plano uma nova atitude democrática, em concordância com a estrutura de um novo mundo, em que as instituições públicas passam a considerar-se extensões da casa, indicando a desintegração dos contornos fechados e seguros do passado e a exigência de novos modos de entendimento para as novas estruturas sociais e físicas. A arquitetura moderna surge assim como algo de radicalmente novo para ajudar o homem a sentir-se à vontade num mundo também novo, mundo em que os pioneiros terão procurado identificar propriedades estruturais e fazer do seu entendimento um ponto de partida, dando por assente que a arquitetura é a arte que exprime a sua espacialidade e centrando a sua atenção nesta nova conceção do espaço. O autor propõe noções que referem estruturas espaço-temporais como “abertura”, “mobilidade”, “interacção”, e “simultaneidade”, para indicar como se entende a novidade do mundo moderno.

Para Norberg-Schulz (2003) a nova conceção do espaço emerge na 2ª metade do século XIX, quando o homem, privado de símbolos significativos, deixa de se identificar com o contexto e perde o sentido de pertença. Já Gideon (2002) e Zevi (1992) minimizam o papel deste século na produção de espaço em arquitetura, a ponto de o considerar como um compasso de espera nas suas concatenações históricas. Zevi observa que, apesar da contribuição notável no âmbito da urbanística e do espaço exterior, nomeadamente nas experiências de algumas cidades-jardim, o século XIX não trouxe novas concepções de espaço interior, e Giedion, por seu lado, considera-o como um período intermédio em que se misturam os elementos das diversas fases do estágio precedente mas em que a anterior unidade espacial se desvanece. Este último detecta na base deste eclectismo uma profunda dissociação entre pensamento e sentimento, patente também na separação que se observava entre tecnologia e arte, que na sua opinião é apenas resolvido com o desenvolvimento de uma nova conceção do espaço, corporizada com as experiências das vanguardas artísticas no início do século XX.

Se esta visão da produção novecentista do espaço é questionável, restam poucas dúvidas da importância do século XIX para a sua teorização. Em 1987 Solà-Morales (2003) remete para o início desse século a constituição de uma consciência moderna, racional e histórica, que pro-

² Edição revista de um texto anterior do autor, *Roots of Modern Architecture*, de 1988.

cura fundamentar a comunicação estética sobre uma teoria psicológica do sujeito e uma teoria racional de produção dos objectos. Assim, seria no momento em que se afirma a consciência de outros ciclos históricos e diferentes experiências arquitetónicas - e não existe autoridade para estabelecer primazias entre eles - que se abate a teoria formal da ordem do homem e do cosmos fundada na referência permanente aos mesmos modelos, os da estética clássica. Daí decorre simultaneamente a instauração conjuntural do pluralismo - com a aceitação da validade de qualquer referência e a necessidade de estabelecer um código que defina a ordem e a segurança das referências - e a aspiração de fundamentar mais genericamente as novas formas que a arquitetura pode tomar, já não pela imitação do passado mas por adequação ao presente. Racionalismo e ecletismo seriam assim, na tese de Solà-Morales, dois aspectos do mesmo processo.

Também Alan Colquhoun (1991) tinha destacado em 1985 outra oposição dialéctica que se constituiu no século XIX. Se por um lado há uma visão historicista desde o final do século XVIII que torna aquilo que era «racional», e por conseguinte «natural» no pensamento clássico, em algo duvidoso e interpretável como uma questão de opinião, fazendo com que a beleza, antes sustentada pela razão absoluta, fosse agora vista como contingente, subjectiva e relativa, por outro lado há um idealismo que cresce em reacção a este relativismo cético que atribui à beleza um *status* de transcendência. Deste modo, o idealismo e o relativismo histórico constituem-se também como duas faces da mesma moeda, formando uma tensão que na sua opinião ainda hoje se faz sentir. Segundo este autor, o modernismo do século XX terá tendido para uma abordagem historicista e relativista da arquitetura em que o espaço urbano é encarado como um epifenómeno da organização das funções sociais na cidade, e será apenas com os desenvolvimentos pós-modernos que se procura desanexar o espaço urbano da sua dependência das funções e encará-lo, pelo menos até certo ponto, como um sistema formal autónomo. Deixando para outra altura o debate sobre o espaço urbano moderno, não deixamos de notar que a análise de Colquhoun sobre o modernismo do século XX contraria as interpretações de Gideon e de Norberg-Schulz, que apontam para uma leitura mais idealista.

Não é propósito deste texto o de aprofundar a discussão oitocentista sobre o belo, mas sim o de dar nota da percepção crítica desenvolvida nesse período que, ao dar azo a dialécticas como estas entre racionalismo e eclectismo ou entre idealis-

mo e relativismo tenham lugar, abre caminho à discriminação e seleção de valores ou qualidades arquitetónicas específicos, o que em última análise corresponde a um processo de abstração, por curioso que nos possa parecer ver este termo aplicado ao século que se tornou emblemático pelo academicismo e pelo revivalismo histórico.

Apesar da controvérsia sobre a génese da consciência moderna, ou mesmo sobre a unicidade da sua essência, parece consensual que a consciência do espaço ganha protagonismo na arquitetura do século XX. Cornelius Van de Ven (1993) vai ao encontro de Gideon ao afirmar que é a ideia de espaço que, depois de difundida e aceite, permite estabelecer as bases de uma nova perspectiva e abolir o ecletismo ao fomentar um significado imaterial para o conceito de estilo. No entanto este autor identifica duas vias, uma funcional e outra estética, que terão surgido do desenvolvimento do conteúdo desta ideia, ambas emergentes da discussão novecentista sobre a natureza do belo. Enquanto a primeira, onde pontificavam Schmarzow e Semper, considerava a beleza uma expressão da função, que ligavam à ideia de espaço por esta incorporar as actividades funcionais humanas nas três dimensões, a segunda, defendida por Riegl, Hildebrand ou Wölflinn, considerava a qualidade expressiva do espaço como resultado de uma vontade artística (*Kunstwollen*). Encontramos nestas duas vias reflexos da oposição dialéctica entre idealismo e relativismo exposta por Colquhoun.

Assim, apesar de Giulio Carlo Argan (1973) fazer notar ainda em 1961³ que o termo espaço em arquitectura não se refere a uma realidade objectiva, definida e com uma estrutura estável, mas a uma ideia com um desenvolvimento histórico próprio cujas transformações são expressas, totalmente ou em parte, pelas formas arquitetónicas em particular e pelas formas artísticas em geral, é no final do século XIX que assistimos à sua formulação e discussão teórica. Podemos por isso aceitar, como faz Ignazi de Solà-Morales em 1999⁴, que a noção de espaço como uma categoria própria da arquitetura está ligada ao desenvolvimento da arquitetura moderna.

“A noção de espaço como uma categoria própria da arquitectura é uma noção moderna. Emerge na cultura centro-europeia ao mesmo tempo que, no âmbito da ciência, entra em crise a concepção euclidiana do espaço como uma contínua, homogénea e estável determinação do universo tridimensional em que nos movemos. A partir do momento em que nem o espaço pode ser considerado como uma categoria a priori

³Num curso ministrado no Instituto Universitário de História de La Arquitectura em Tucumán

⁴Numa conferência em Paris com o título “ANYWHERE”.

da nossa organização perceptiva, tal como no entanto Kant estabelecia na *Crítica da Razão Pura*, nem a sua determinação pode aceitar-se como um dado fixo e imutável inevitavelmente ligado às três coordenadas perpendiculares de largura, altura e profundidade, entra em crise uma concepção do espaço e, portanto, do lugar, de qualquer lugar cuja vigência e sobrevivência na cultura ocidental havia permanecido basicamente inalterada desde o pensamento aristotélico até à física newtoniana” (Solà-Morales, 2009, p.37).

Será Hildebrand quem estabelece em 1893⁵ a relativização do espaço artístico, especialmente da envolvente da escultura, ao determinar que a nossa visão distante e próxima cria situações objetivamente distintas na experiência de qualquer obra, e que é o espaço percebido que determina essa experiência. De acordo com Solà-Morales o seu pensamento, desenvolvido por Schmarzow⁶ e Riegl⁷ destruiria a estabilidade com que Semper tentava explicar a génese das artes a partir das condições materiais. Embora já tenhamos visto estes autores alinhados em fileiras diferentes por Van de Ven (1993), Hildebrand e Riegl pugnando pela primazia da concepção estética do espaço (*Raumästhetik*) e Schmarzow do lado de Semper defendendo a tradição funcionalista (*Sachlichkeit*), interessa-nos para já a distinção proposta por Solà-Morales, que opõe pensamento espacial a uma preocupação mais estrita com a compreensão da técnica e da lógica de produção, já que o objectivo a que nos propusemos neste artigo é o de defender a possibilidade de expressividade no espaço moderno.

Schmarzow, que terá sido o primeiro a formular a noção de *espaço arquitectónico*⁸, sustenta que movimento, visão e tacto atuam inseparavelmente produzindo uma experiência global, sentimental, o que segundo Solà-Morales significa que a realidade da obra arquitectónica é inseparável da percepção humana e dos seus mecanismos ativos frente ao mundo. Para Alan Colquhoun esta definição de espaço é estritamente fenomenológica e psicológica - “antes de Schmarzow toda a gente intuía o espaço arquitectónico sem se aperceber” (1991, p.225) - mas apesar de considerar que ele apenas categorizou o que sempre tinha existido, reconhece que ele terá contribuído para uma alteração na percepção do espaço, que passaria agora a

manifestar-se como uma entidade positiva dentro da qual as categorias tradicionais da forma tectónica e da superfície *ocorriam*: “daí para a frente os arquitetos pensariam o espaço como algo pré-existente e ilimitado, dando um novo valor a ideias de continuidade, transparência e indeterminação” (1991, p.225).

Esta distinção entre espaço intuído e espaço teoricamente formulado remete-nos para a diferenciação que Pedro Vieira de Almeida faz em 1963⁹ entre a noção de espaço científico, que decorre do conjunto de teorias que em determinado momento respondem e explicam os fenómenos até essa altura conhecidos, e é portanto uma concepção, um espaço inferido, e a noção de espaço-senso comum, resultado de experiência e nulamente teórico, que é a matéria-prima do ato arquitectónico. O autor estabelece ainda uma terceira categoria, o espaço-cultura, que relaciona estes dois polos e que define como “o espaço-senso comum com a possibilidade de participação, de significado”, mas sublinha que é a experiência do espaço-senso comum que nos permite relacionar-nos com obras arquitectónicas de culturas distantes.

“Quando no Renascimento se levanta a polémica sobre as igrejas centralizadas, ou quando Boullée projecta o monumento a Newton, ou quando Steiner constrói o Goetheanum em Dornach, por muito profundos que fossem os argumentos, as intenções ou as determinantes íntimas, e quer se quisesse, ou não, o espaço com que poderia realizar uns e outros, era um espaço-senso comum” (Vieira de Almeida, 1963, p.46).

Se Vieira de Almeida censura a Gideon a tentativa de estabelecer relações simples e directas entre as artes plásticas e a física moderna, também contesta em Zevi a concepção de espaço como “negativo”, ou “molde de formas”, a que já fizemos referência. Neste longo ensaio o autor procura distinguir o espaço arquitectónico do de outras artes, definindo-o como algo que não é externo ao observador mas que o envolve, reafirmando assim premissas base enunciadas por Schmarzow em 1893 na sua conferência inaugural em Leipzig¹⁰, mas desenvolvendo para além disso a tese de um espaço arquitectónico expressivo e heterogéneo que estabelece diferentes graus de relação com o observador, opondo-se

⁵ No seu livro *Das Problem der Form in den Bildenden Künsten* (O Problema da Forma nas Artes Visuais).

⁶ O *Raumgefühl* schmarzowiano apelava a um sentimento global no momento perceptivo que não podia reduzir-se a puros dados quantitativos, materiais, do espaço e dos objectos”. (Solà-Morales, 2009: 38).

⁷ “Em Riegl, a noção de *Kunstwollen* (vontade artística) significava que as obras de arte ao longo da história eram tais não pelas condições técnicas, geográficas ou dos materiais construtivos, como havia pensado Semper, mas que eram o resultado de uma vontade, de um desejo de manifestar uma visão do mundo não através de símbolos ou imagens mas de novas e cambiantes experiências pessoais” (Solà-Morales, 2009, p.38). (ver nota anterior)

⁸ Na sequência de uma crítica à teoria de desenvolvimento estilístico avançada por Heinrich Wölfflin no livro *Renaissance und Barock* de 1888.

⁹ Na sua tese de licenciatura intitulada “Ensaio sobre o Espaço da Arquitectura”.

¹⁰ Intitulada “*Das Wesen der architektonischen Schöpfung* (A Essência da Criação Arquitectónica)”.

assim ao entendimento de um espaço moderno abstrato, homogêneo e isotrópico

Para Josep Maria Montaner (2001) é exatamente no momento em que Schmarzow define a arquitetura como a «arte do espaço» e Riegl situa o conceito de espaço como essência da arquitetura que este mesmo espaço tornado agora explícito é superado. À semelhança de Colquhoun, este autor descreve a concepção desenvolvida pelas vanguardas do século XX como baseada num espaço “livre, fluido, ligeiro, contínuo, aberto, infinito, secularizado, transparente, abstracto, indiferenciado, newtoniano”, que se distingue desse modo do espaço tradicional, “volumetricamente diferenciado, de forma identificável, descontínuo, delimitado, específico, cartesiano e estático” (Montaner, 2001, p.28). No entanto, a diferenciação que aqui vemos descrita parece estar apenas na forma de compartimentar ou conformar um espaço que em ambos os casos se pode entender como homogêneo e isotrópico.

Segundo Montaner a nova modalidade de espaço, terá sido denominada por uns de «espaço-tempo», por introduzir a variável do movimento, e por outros de «anti-espaço» por definir-se como contraposição e dissolução do espaço tradicional fechado, delimitado por paredes. Assim o espaço tradicional encontraria a sua máxima expressão no mundo unitário do Renascimento, onde não há separação analítica entre os elementos do espaço e da forma e onde a perspectiva cónica expressa a imagem do homem como centro, e o anti-espaço teria origem na revolução copernicana da ciência do século XVII, quando começa a tornar-se independente e relativo a objetos em movimento dentro de um sistema cósmico infinito.

Mas para Solà-Morales (2009) a noção de espaço arquitetónico adotada como guia pela cultura e a crítica da vanguarda, propunha outras novidades fundamentais para a arte nascida da crise do classicismo. Nesta concepção, à diferença do que refere Colquhoun, o espaço já não era um ponto de partida prévio sobre o qual a obra do arquiteto intervinha, mas sim o que resultava de uma proposição arquitetónica. As múltiplas experiências espaço-temporais que a arquitetura podia criar, eram o objeto final da invenção artística na disciplina: “Não eram a causa mas a consequência, num universo em que a relatividade não só físico-matemática, mas também biológica, psicológica e filosófica constituía um ponto de vista completamente novo para a concepção da realidade” (2009, p.39). O autor faz ainda notar que esta criatividade espacial devia produzir-se fundamentalmente através de mecanismos psicológicos.

“A visão próxima e remota, o tacto e o movimento do corpo estabelecem as condições da experiência do espaço, de modo que a produção de novos espaços e de novas experiências espaciais está indissoluvelmente ligada à exploração dos mecanismos perceptivos do sujeito humano. Da mesma forma que em certas correntes das artes plásticas se extremam as condições da percepção para obter novos efeitos estéticos - (...) - também a arquitectura terá aberto o caminho da inovação espacial através da exploração de todas as possíveis vias psicológicas do sujeito” (Solà-Morales, 2009, p. 39).

Esta urgência de inovação espacial que se verifica no início do século XX parece-nos justificável não só pela necessidade de adaptação ao «mundo novo», mas também pela constatação da obsolescência de figuras arquitetónicas de uso corrente e longa tradição. Tal obriga naturalmente a um esforço de abstração que convida à consideração do espaço como uma entidade homogênea, mas como veremos não é pacífico que tenha de ser assim. Uma coisa no entanto parece certa: se a concentração moderna na teorização do espaço não tem de implicar que ele anteriormente não fosse intuído, como lembrou Colquhoun, também a procura de inovação do espaço não significa que até ali ele não fosse manipulado.

Numa lição publicada em 2005¹¹ Pedro Vieira de Almeida faz notar que “o material concretamente empregue na arquitectura, ou o tratamento matérico da sua superfície influi decididamente na definição espacial” (2005, p.83). Retomando aqui o tema que tinha tratado vinte anos antes, reafirma a tese de um espaço arquitetónico como “campo tensional, de densidades variáveis que justamente são definidas pelo jogo das formas, pelo jogo dos materiais, pela cor, pelos jogos de luz” (Vieira de Almeida, 2005, p.77). E esta concepção de espaço entende-se como válida para a arquitetura desde sempre. De resto o autor já então tinha rejeitado a ideia de que a capacidade humana de apreensão do espaço senso-comum se tenha alterado significativamente ao longo da história, embora reconhecendo que esta se tenha ampliado com a evolução tecnológica.

A identificação de uma mudança na concepção da arquitetura como «representação do espaço» para a de «definição do espaço» já tinha sido assinalada por Argan em 1961, mas reportada a um período histórico anterior, o Barroco. Segundo este autor (1973, pp.17-19), se o arquiteto de `500 ou inícios de `600 considerava representar no edifício uma realidade exterior a si próprio,

¹¹ Intitulada “Aproximação do Espaço em Arquitectura”.

“uma realidade objectiva ainda que através de interpretações que podem ser formalmente muito distintas”, no século XVII começa a aceitar-se a ideia de o arquiteto não representar uma realidade que existe por fora dele, mas que esta realidade se vai determinando através das formas arquitetónicas. Assim se distingue uma “arquitetura de composição”, com raízes no período renascentista, que parte da ideia de um espaço constante e objetivo, com leis bem definidas, e uma “arquitetura de determinação formal” que procura ser em si própria determinante do espaço, rejeitando o *a priori* de um espaço objetivo. Mas Argan previne que não encontra na arquitetura barroca as bases da ideia espacial da arquitetura moderna: “o que se pode encontrar nela é o esgotamento de uma concepção tradicional do espaço, e portanto a preparação de uma nova concepção espacial” (1973, p.134).

No mesmo ano, Vincent Scully faz notar que no período barroco, apesar de toda a plasticidade formal, é o espaço que governa o desenho e todo o movimento se dá em torno de pontos fixos, denotando uma atitude paternal- que o autor consideraria mais bem descrita como maternal- em que apesar da aparente liberdade tudo é controlado e se procura “encerrar e abrigar os seres humanos, no sentido psíquico, para ordená-los completamente, de modo que possam sempre chegar a uma conclusão conhecida ao final de toda a jornada” (Scully, 2002, p.17). Já no espaço moderno, nomeadamente no caso do Supremo Tribunal de Chandigarh, os sólidos, não o espaço, são dominantes na forma: “o espaço entre as formas naturais e as construídas pelo homem é essencialmente um vazio entre sólidos opostos, de modo que os seres humanos que o ocupam não estão nem abrigados nem são levados a uma conclusão única” (Scully, 2002, p.18).

À diferença de Argan, Scully interpreta a concepção espacial do Barroco como um prólogo e não como um epílogo. Para este autor Chandigarh representa a conclusão tardia de um processo que se iniciou com a explosão do barroco e que constitui *o ethos* da era moderna, em que o homem vacila entre “o desejo frenético de encontrar algo mais amplo a que pertencer e a paixão igualmente avassaladora para expressar a sua própria individualidade e agir por conta própria”. Esta última afirmação de Scully – que nos remete para as oposições dialéticas que Solà-Morales e Colquhoun identificaram no século XIX – ecoa a ideia de novo mundo de Norberg-Schulz, cuja concepção do espaço retoma do Barroco as noções de mobilidade e extensão mas não a de centro simbólico: “no mundo moderno

a autoridade está ao alcance de todos” (Norberg-Schulz, 2003, p.22).

A nova espacialidade convocaria a ideia de simultaneidade - que para o autor se exprime melhor num lugar concreto por uma abertura virtual, por uma forma pronta para a interação e não fechada e auto-suficiente - e daria assim importância primordial à abertura e continuidade em oposição aos lugares afastados e semi-independentes do passado. A planta livre materializaria este novo conceito de espaço. Segundo Norberg-Schulz (2003) a planta livre representa uma reação contra as tipologias abstratas da arquitetura académica. Mas embora o autor ressalve que este é um conceito geral que não pode reduzir-se a nenhuma das suas possíveis consequências, como a «flexibilidade», uma vez que a liberdade não implica a abolição da identidade e só pode existir em relação a um marco de referência definido, defende que a ideia de um espaço contínuo e isotrópico - que terá surgido com o Renascimento - é condição básica para o seu desenvolvimento.

“O seu espaço não está relacionado com centros dominantes e consiste numa interacção de zonas equivalentes (ainda que díspares). Por tanto, as composições auto-suficientes do passado dão lugar a uma simultaneidade de lugares integrada, que se transforma num estado de equilíbrio dinâmico. A coerência compositiva é assegurada por meio de continuidade e interpenetração, mais do que por sequência e hierarquia. Em termos mais concretos podemos dizer que a planta livre implica o estabelecimento de novas relações interactivas entre o interior e o exterior, e inclusivamente a abolição de qualquer distinção nítida; e é assim que manifesta a abertura global do mundo moderno” (Norberg-Schulz, 2003, p.46).

Não é claro se a obrigação de um espaço isotrópico a que se refere Norberg-Schulz é condição necessária para a definição de planta livre ou apenas o foi para o desenvolvimento dessa ideia. Em todo o caso é curioso que remeta para o período renascentista – em que se poderia situar o recrudescimento de um pensamento abstrato no desenho arquitetónico - o nascimento deste espaço isotrópico e por outro lado associe a planta livre a uma reacção contra as tipologias abstratas da arquitetura académica. Fica assim esquecida a continuidade espacial do Gótico de que falava Zevi, e permanece indefinida a questão que parece fulcral: será que o espaço contínuo tem de ser isotrópico?

Mas não resta dúvida que, apesar da reacção aos modelos académicos, a tendência para a abstracção acompanha uma parte importante da investigação sobre a planta livre. Já em 1963 Pedro Vieira de Almeida tinha identificado em grande parte da arquitetura moderna um caminho que considerava enganoso no aspeto de investigação formal: “focando muitas vezes a continuidade como consequência imediata do plano livre deixou-se, por degradação progressiva, de ter a noção de que essa continuidade, era necessário referi-la permanentemente ao espaço, e não ao processo de o obter” (Vieira de Almeida, 1963, p.79). Daqui terá resultado uma quebra de tensão espacial que confere um carácter neutral a esta arquitetura. Neste ensaio o autor desenvolve a noção de espaço de transição, que considera ausente na arquitetura moderna, e propõe a sua introdução entre as categorias primárias de espaço interno e espaço externo, ambas constituídas por espaço nuclear e espaço complementar.

Vieira de Almeida elabora aqui uma teoria do espaço anisotrópico e defende que a verdadeira continuidade espacial só pode ser obtida através de espaços núcleo independentes que se interligam. Assim, considera a contribuição espacial de Mies pouco potente, com a ausência de espaços nucleares e grandes envidraçados a resolver – ou a escamotear – o problema do contato entre interior e exterior, e refere como contraponto o exemplo de Wright, que define núcleos e modela espaços de transição, para quem “a planta livre nunca foi o ponto de partida mas sim o resultado de uma criação de espaço” (Vieira de Almeida, 1963, p. 79). Esta descrição da planta-livre coincide com a visão das vanguardas que encontramos em Solà-Morales, segundo a qual o espaço é resultado de uma proposição arquitetónica, mas contradiz a de Norberg-Schulz que, como vimos, defende a abolição de qualquer distinção nítida entre interior e exterior e, como requisito prévio, a ideia de espaço isotrópico.

Pela nossa parte, vamos de encontro à posição de Vieira de Almeida, defendendo que um espaço contínuo não tem de ser isotrópico nem homogéneo. E mesmo que seja incontornável o caminho no sentido da abstracção a que assistimos no século XX, a abstracção necessária para isolar a noção de espaço não obriga a que ele próprio seja considerado em abstrato, e é talvez através da consideração da sua expressividade que se consegue potenciar as suas qualidades. Dessa forma é possível incluir Wright (Vieira de Almeida, 1963, p. 79) na vanguarda da arquitetura moderna, mau grado o reportório figurativo que utilizava. De resto, o repúdio da figura tra-

dicional no período moderno tem amiúde como contraponto o interesse por outras referências figurativas, como por exemplo a máquina.

O espaço moderno é tanto mais homogéneo e abstrato quanto mais se refere apenas a princípios e regras de composição gerais. Esta não nos parece a forma mais convincente de instaurar a espacialidade de um «mundo novo». Aceitando a ideia de simultaneidade como distintiva da espacialidade moderna, são talvez as noções de «definição do espaço» e de «liberdade de escolha» que melhor qualificam a acção neste espaço-cultura. Heranças do século XIX, estes princípios presidem ao desenvolvimento das lógicas concetuais do século XX, permitindo interpretações diversas e obrigando apenas à ratificação racional e ao acordo com a realidade, estabelecendo a diferença com os sistemas do passado que se apoiavam na autoridade e na relativa continuidade de léxicos formais e de técnicas construtivas. Assim, se a liberdade de escolha e a aptidão para definir o espaço são ampliadas pela capacidade de abstracção, são por outro lado melhor descritas pela possibilidade de expressão.

Referências bibliográficas

- Argan, Giulio Carlo (1973 [1966]), “El Concepto de Espacio desde el Barroco a Nuestros Dias”, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- Colquhoun, Alan (1991), “Modernity and Classical Tradition: Architectural Essays 1980-1987”, Cambridge, MA: MIT Press.
- Giedion, Sigfried (2002 [1944]), “Space, Time and Architecture. The Growth of a New Tradition”, Boston: Harvard University Press.
- Montaner, Josep Maria (2001 [1997]), “A Modernidade Superada”, Barcelona: Editorial Gustavo Gili
- Norberg-Schulz, Christian (2003 [2000]), “Los Principios de la Arquitectura Moderna”, Barcelona: Editorial Reverté.
- Scully, Vincent (2002 [1961]), “Arquitetura Moderna”, S. Paulo: Cosac & Naify Edições.
- Solà-Morales, Ignasi (2003), “Inscripciones”, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Solà-Morales, Ignasi. (2009), “Los Artículos de Any”, Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos.
- Van de Ven, Cornelius (1993), “The Theory of Space in Architecture”. Em Farmer, Ben. Louw, Hentie.(org), Companion to Contemporary Architectural Thought, London: Routledge, pp. 357-360.
- Vieira de Almeida, Pedro (1963), “Ensaio

sobre algumas Características do Espaço em Arquitectura e Elementos que o Informam”. C.O. D.A, Porto: ESBAP.

- Vieira de Almeida, Pedro (2005), “Da Teoria. Oito Lições”, Porto: Escola Superior Artística do Porto

- Zevi, Bruno (1996), “Saber Ver a Arquitectura”, São Paulo: Martins Fontes.

“Ageing in place”: Reflexões sobre o conceito e desafios para Portugal

“Ageing in place”: reflections on the concept and challenges for Portugal

Patrícia Matias¹

Resumo

No âmbito do processo de envelhecimento activo, um dos aspectos que mais influencia a qualidade de vida dos mais idosos é a capacidade de adaptação do ambiente a progressivas limitações físicas e funcionais.

Neste artigo exploramos o conceito de *Ageing in place*, benefícios psicológicos e sociais e os desafios que se colocam a Portugal. *Ageing in place* significa a capacidade de continuar a viver em casa ou na comunidade ao longo do tempo, com segurança e de forma independente. Este conceito requer não só uma abordagem interdisciplinar nos campos da arquitectura, urbanismo, sociologia e gerontologia, entre outros, mas também uma intervenção em diferentes escalas: nacional, regional, comunitário e individual.

Portugal depara-se com dificuldades particulares atendendo às limitações existentes ao nível socioeconómico da população mais envelhecida, a que acrescem necessidades de manutenção e reabilitação do espaço público, promoção da qualidade das habitações e prestação de serviços de saúde e apoio social.

Através da revisão de literatura e da análise de dados estatísticos esta análise exploratória procura justificar a necessidade de se promover não só alternativas residenciais - habitacionais e institucionais, mas também acções complementares tendo em vista a melhoria efectiva da qualidade de vida dos idosos no seu ambiente residencial.

Palavras-chave

Ageing in place, soluções residenciais para idosos, Portugal

Abstract

In the Active Ageing process, the quality of life of the elderly is influenced by environmental adequacy and adaptation capacity to progressive physical and functional limitations.

In this article we explore the concept of Ageing in place and analyse the psychosocial benefits and the major challenges for Portugal.

Ageing in place means the capacity of the elderly to live safely and independently in their homes and communities. This goal requires an interdisciplinary approach including architecture, planning, sociology and gerontology issues and the need for intervention at national, regional, community and individual levels.

Currently, Portugal faces particular difficulties due to social and economic constraints affecting the elderly and specific requirements as maintenance and rehabilitation of public space, quality of housing and health and social services.

This study aims at identifying the main goals of Ageing in place, intervention areas, residential and institutional housing alternatives and, through literature review and statistical analyses, to promote the need of integrated national, regional and community actions for an effective improvement of quality of life of the elderly in their residential environment.

Keywords

Ageing in place, housing solutions for elderly, Portugal

Introdução

No quadro do envelhecimento global da população, as projecções da população residente em Portugal revelam um envelhecimento continuado, tornando-se um dos países mais envelheci-

dos do espaço europeu. Em 2050, de acordo com os cenários elaborados pelo INE, a proporção de idosos será entre 30% e 36% da população total, podendo vir a atingir os 395 idosos por cada 100 jovens (INE, 2013).

Esta evolução associada a outras transfor-

¹ Arquitecta, doutorada em Design pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. email: patricia.matias@sapo.pt

mações previsíveis como a maior diversidade das estruturas familiares (nomeadamente, o aumento de agregados de um ou dois elementos), a continuação dos movimentos emigratórios, a desertificação rural, e as questões ligadas à reabilitação urbana como as condições precárias das habitações e a falta de infraestruturas sociais, determinam esta reflexão.

Se, até recentemente, nos referíamos ao “envelhecimento saudável” como a meta a atingir em 2002, a Organização Mundial de Saúde na Conferência de Madrid sobre o Envelhecimento veio introduzir uma nova meta de “envelhecimento activo” correspondendo não apenas à possibilidade de se chegar à velhice com saúde, mas também mantendo ou melhorando a qualidade de vida. Nesta perspectiva os objectivos definidos passam essencialmente pela necessidade de se desenvolver o bem-estar físico, mental e social e, sobretudo, participar activamente, e em segurança, na sociedade em que se insere (WHO, 2002).

O conceito de envelhecimento activo exprime a congregação de factores que o determinam, sobretudo no que respeita aos idosos mais velhos, salientando a importância dos aspectos psicológicos. Expressões como *bem-estar subjectivo*, *satisfação de vida* ou *envelhecer com satisfação*, num enquadramento psicogerontológico, constituem novas metas a par dos conceitos associados à qualidade de vida. Um dos aspectos relevantes com forte influência na manutenção da autonomia e da independência é a relação do idoso com o ambiente residencial, não só com a habitação como com o ambiente circundante.

Neste sentido, as questões ligadas às características do ambiente construído para idosos, as quais, inicialmente, encaravam o processo de envelhecimento atendendo apenas às fragilidades físicas e cognitivas e prestando particular atenção aos aspectos da mobilidade e acessibilidade, defrontam agora o desafio de encontrar soluções que correspondam ao objectivo de promover a integração e qualidade de vida enquanto factor potenciador do bem-estar dos idosos.

O conceito Ageing in place

Ageing in place (AiP) significa ter saúde e apoio social necessário para viver, com segurança e de forma independente, em casa ou na comunidade à medida que se envelhece (WHO, 2015). A aplicação deste conceito implica a capacidade de adaptação do ambiente físico e social à vida quotidiana residencial dos utilizadores mantendo a

sua qualidade de vida ao longo do tempo.

A dimensão psicológica deste objectivo é evidente nos resultados derivados de uma diversidade de estudos que concluem que a maioria dos idosos deseja permanecer num ambiente que lhes seja familiar e, preferencialmente, permanecer na mesma casa e na mesma comunidade (Lee, 2009). Estão implícitos, sobretudo, o desejo da continuidade e a capacidade de controlar muitos aspectos relacionados com a vida diária - rotinas, cuidados pessoais e outras actividades significantes para cada indivíduo; ou seja, mais do que a tradução literal de “envelhecer em casa”, a AiP traduz o desejo de envelhecer num ambiente familiar que se adapte às crescentes limitações físicas e/ou funcionais. De notar ainda que, à medida que envelhece, o indivíduo passa mais tempo em casa e na comunidade próxima (Burton et al., 2011) reforçando esta relação afectiva e psicológica, dada a maior vulnerabilidade perante o ambiente que o circunda.

O processo de AiP traduz-se, assim, num processo de adaptação ambiental que requer desafios a nível social, psicológico e ambiental (Lee, 2009). Outros investigadores enquadram este conceito na sua dimensão social, considerando-o como um fenómeno contemporâneo motivado pela responsabilidade social em proteger os idosos, principalmente os mais vulneráveis, refletindo uma mudança de paradigma nas políticas sociais de apoio aos idosos, ao considerar prioritária a vontade do idoso em permanecer no seu ambiente familiar e comunitário o maior tempo possível e de modo independente (Vasunilashorn, 2011).

O conceito de AiP representa, também, um desafio acrescido atendendo, à diversidade das necessidades individuais e dos ambientes públicos e privados. De facto, deparamo-nos com necessidades específicas para cada indivíduo, com diferentes níveis de recursos, preferências e necessidades a nível da saúde e do ambiente de vizinhança (Pastalan, 1999). Relativamente às necessidades de saúde, estas variam consoante capacidades e limitações ao longo do processo de envelhecimento e dividem-se em “alterações previsíveis” - redução de força muscular, perda ou declínio da capacidade visual ou auditiva, perda de memória, e em “alterações imprevisíveis” - acidentes, quedas ou outras (Fausset et al., 2011). Assim, as respostas devem apoiar as necessidades da comunidade em geral bem como as necessidades de determinado grupo ou indivíduo. No meio envolvente ao nível micro, o indivíduo idoso interage com os outros na sua casa e nas relações sociais próximas; ao nível macro, o indivíduo está activamente envolvido

e apoiado pelas infraestruturas que resolvem as suas necessidades sociais e de saúde.

No relatório do 2º Fórum Global da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre Inovação para Populações envelhecidas (2015), são identificadas as cinco principais áreas de intervenção no processo de *Ageing in place*: Pessoas, Lugar, Produtos, Serviços personalizados e Políticas de apoio social, trata-se dos 5 P's - *People, Place, Products, Person-centred services, Policy* (WHO, 2015).

A área de intervenção “Lugar” compreende todos os ambientes em que vivemos; abrangendo o espaço habitacional, os espaços envolventes e os transportes que devem ter como características principais a acessibilidade e a facilidade de uso, deve assegurar a segurança e o conforto mesmo para utilizadores com capacidades físicas ou funcionais limitadas. Estes são, aliás, os princípios do Design Universal em que se integram os requisitos dos “ambientes amigos dos idosos”². São ambientes que permitem aos idosos potenciar e desenvolver as suas capacidades intrínsecas de acordo com o que for mais significativo para si.

Relativamente aos espaços envolventes, incluem-se os espaços exteriores a diferentes escalas, desde os espaços exteriores das habitações, ao meio circundante das habitações e do bairro, ao nível dos espaços públicos como praças, jardins, arruamentos e transportes, até à escala da cidade, envolvendo questões de planeamento urbano e infraestruturas. Quanto ao espaço habitacional, factores que incluem os aspectos físicos da habitação como o número de pisos, qualidade da construção, existência e localização das instalações sanitárias, acessibilidade e segurança no interior da habitação e nos espaços de vizinhança, são requisitos necessários para que os idosos vivam com autonomia e qualidade de vida.

Envelhecer em casa versus envelhecer em instituições

AiP é um conceito recente no campo da gerontologia e tem evoluído ao longo do tempo. As definições iniciais referiam-se à preferência dos idosos em per-

manecer em casa. Posteriormente, o conceito evoluiu para incluir a alternativa de permanecer em instituições como lares e residências assistidas (Lee, 2009).

A opção de apoiar a manutenção dos idosos nas suas habitações ou o desenvolvimento de soluções residenciais alternativas integra-se nas estratégias e políticas públicas nacionais de apoio social e que dependem de factores como por exemplo, das políticas de apoio social formal e informal, dos recursos económicos, dos rendimentos e das condições de habitação. Actualmente, nos países economicamente mais favorecidos, quando os idosos começam a perder autonomia e capacidades, a opção é muitas vezes a institucionalização; nos países economicamente mais frágeis, o processo de *ageing in place* surge não como uma opção mas sim uma necessidade dadas as limitações do sistema de segurança social e serviços de apoio e consequente falta de alternativas institucionais (WHO, 2015). Este é também o caso de Portugal, onde os recursos financeiros são limitados e a situação económica da população idosa é maioritariamente precária no que respeita à incidência, severidade e intensidade da falta de recursos (Carneiro et al., 2012). Neste sentido, o apoio social para a manutenção da qualidade de vida dos idosos mais dependentes abrange apenas um segmento residual da população. Em 2011, apenas 3,8% do grupo etário com idade acima dos 65 anos usufruía dos Serviços de Apoio Domiciliário e

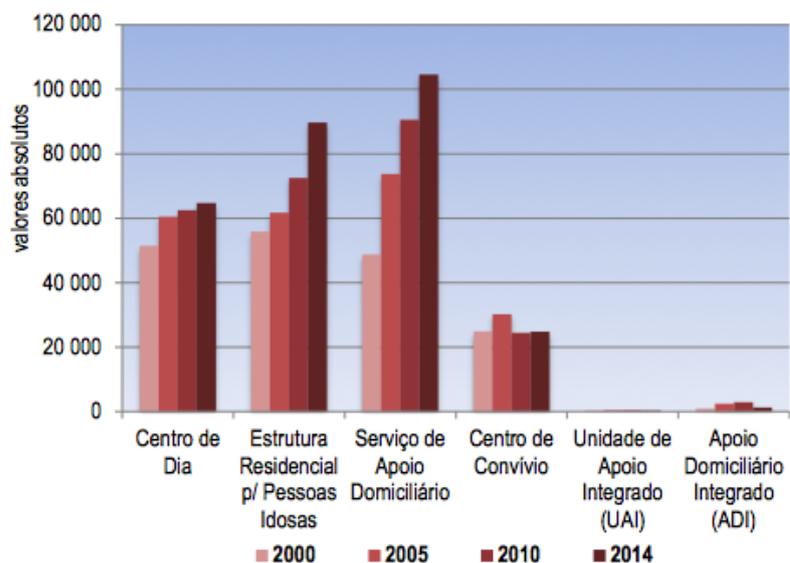


Figura 1 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente 2000-2014
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social 2014

² “age-friendly environments”

apenas 3,6% desta população residia em Lares ou Residências (Carta Social e INE, 2011) (ver figura 1). O apoio aos idosos é sobretudo proporcionado pelas famílias, ao nível da realização das tarefas domésticas diárias ou em alternativa residencial. Por exemplo, no estudo de J. Gaymu e outros de 2008, no caso de mulheres não casadas dependentes com mais de 75 anos, 57% destas idosas estavam em situação residencial de co-habitação com outros, na maioria com familiares. Tal situação é semelhante em países como a República Checa (42%) ou Itália (44%), enquanto noutros países da Europa, a alternativa residencial é a institucionalização, como na Holanda (41%), Bélgica (40%) ou Alemanha (32%) (Gaymu et al., 2008). Em resumo, em Portugal, quando não estão reunidas as condições para viver de forma independente e surge a necessidade de mudança, a situação residencial de muitos idosos é determinada mais pela solidariedade familiar do que pela solidariedade social.

Analisando a evolução das respostas sociais mais recentes em Portugal, verificamos um aumento progressivo na oferta da valência do apoio domiciliário, justificado pelas recentes políticas de apoio social e pelo esforço crescente em manter os idosos em casa, potenciando a sua autonomia relativa (GEP, 2014).

Embora, tal como nos outros países, a maioria dos idosos portugueses prefira permanecer nas suas habitações (Paúl e Fonseca, 2005), as condições físicas e de saúde ou o contexto familiar, social e ambiental nem sempre o permitem. De acordo com 2005, nomeadamente aos dados relativos ao motivo de ingresso na instituição, 66% dos idosos ingressaram no lar por incapacidade em gerir as suas actividades da vida diária, num determinado momento da sua vida, coexistindo esta incapacidade com a impossibilidade da família em garantir o apoio necessário. Neste contexto, 18% dos residentes apontaram como principal motivo o isolamento e 8% respetivamente, a ausência de alternativa residencial e conflitos familiares. Ainda, de acordo com este relatório, "tem-se observado que, em alguns casos, o recurso ao Serviço de Apoio Domiciliário precede e retarda a efectivação da institucionalização no lar, sendo esta, para muitos idosos, a última opção em termos de apoio à dependência" (GEP, 2005).

Na solução das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI)³ verifica-se que a modalidade prevalente é a "tradicional", ou seja, Lares com a tipologia de quartos como espaços privados. Apenas 3% são modalidades de apartamentos e/ou moradias e soluções mistas de aparta-

mentos ou moradias mais quartos. (Figura 1)

Por outro lado, relativamente ao grau de dependência dos idosos que vivem nessas instituições, 21% dos residentes são autónomos e 28% são parcialmente dependentes. De registar ainda que 50% dos residentes ficam na instituição durante 3 ou mais anos, dos quais 12% permanecem mais de 10 anos (Carta Social, 2014).

Estes dados permitem concluir que os Lares albergam, por um longo período de tempo, uma percentagem considerável de idosos cujas condições de saúde e de autonomia lhes permitiria viver numa solução residencial (institucional ou habitacional) com mais independência e autonomia do que aquelas que são proporcionadas nestas instituições.

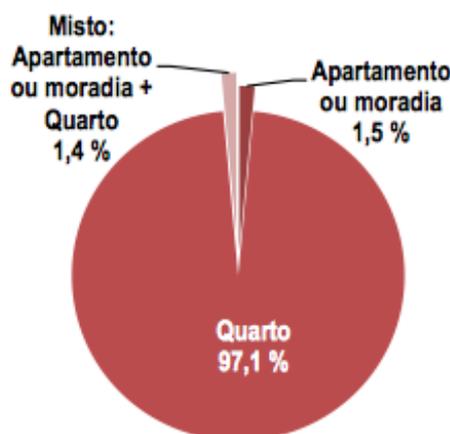


Figura 2 – Distribuição percentual da resposta Estrutura Residencial para pessoas idosas por modalidade de alojamento, Continente 2014

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social 2014

Intervenções no espaço construído: adaptações nas habitações

A intervenção no espaço construído, com a adaptação das habitações às progressivas necessidades dos seus moradores, constitui uma das alternativas menos onerosas e com menor impacto económico no processo de AiP. A diversidade de tipologias habitacionais, desde edifícios de habitação colectiva, a habitações unifamiliares, em contexto urbano ou rural e com diferentes estados de conservação, requer intervenções distintas quanto à sua natureza e abrangência. As necessidades de manutenção e modernização do parque habitacional incluindo a actualização de infra estruturas e da qualidade construtiva, espacial e de conforto das habitações, devem concorrer para

³ Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), substitui as designações - Lar de idosos e Residência para idosos (Portaria n.º 67/2012, de 21 de março).

uma utilização segura e confortável, obedecendo aos princípios da acessibilidade e dos requisitos mínimos da qualidade habitacional.

Em Portugal, a degradação habitacional e a incapacidade de proceder a obras de intervenção compromete o bem-estar e segurança, para além de dificultar o desempenho das actividades de vida diária e comprometer a mobilidade, obrigan-

do muitos idosos a permanecer longos períodos em casa. Esta situação aumenta o isolamento social, prejudica as actividades diárias como fazer compras, deslocar-se a serviços de saúde ou participar em actividades sociais e de convívio.

Acresce a esta dificuldade a necessidade de se fazer obras de reparação ou melhorias, uma vez que uma percentagem considerável dos idosos

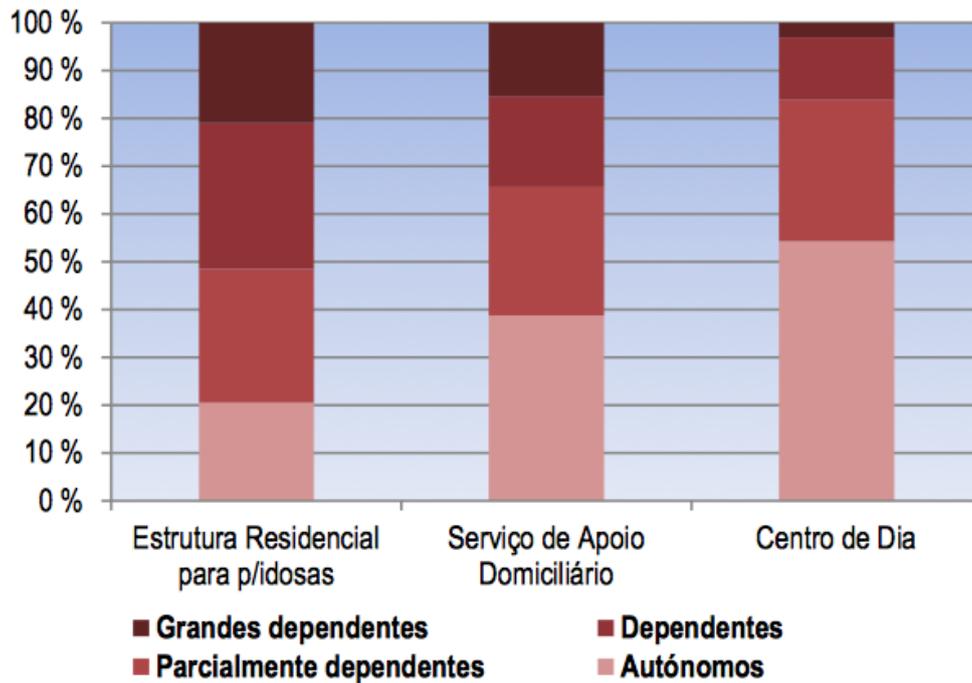


Figura 3 – Distribuição percentual dos Utentes em respostas para as Pessoas Idosas por grau de dependência, Continente 2014

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social 2014

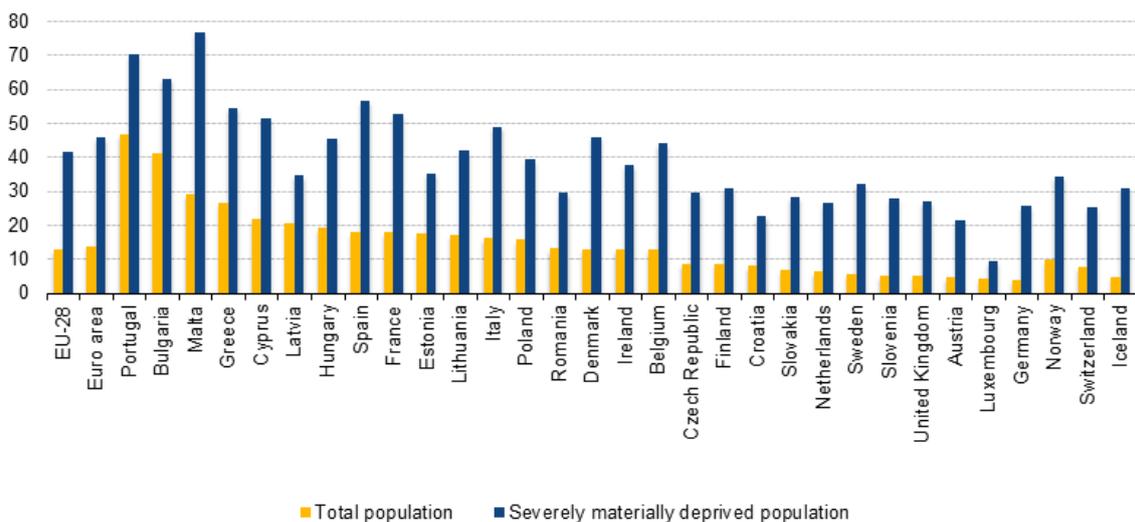


Figura 4 – Distribuição da população que vive em habitação não confortável no inverno por situação de privação material

Fonte: Eurostat 2012, Housing conditions (HC060)

é proprietária das suas casas, o que contribui, fortemente, para a relutância em mudar de habitação. De acordo com o Estudo de Avaliação das Necessidades dos Séniores da Fundação AgaKhan, realizado em 2008, 63,8% dos idosos residiam em casa própria e 30,3% residiam em habitação arrendada. Quanto à conservação das habitações, 40% encontravam-se em bom estado, 37,2% em estado razoável, 17,4% precisavam de pequenas intervenções de recuperação ou reconstrução e 4,8% eram edifícios degradados. Este estudo indicava ainda que "as habitações que precisam de grandes obras de recuperação mostram uma correlação directa com o aumento da idade", acrescentando que "ao nível das infraestruturas essenciais ainda se encontram situações em que os seniores residem em habitações sem cozinha, água canalizada, sistema de esgotos e/ou instalações sanitárias, o que constitui um indicador de pobreza e exclusão social dos idosos na sociedade portuguesa" (BCG e CEDRU, 2008, p.81).

Nos centros urbanos uma das soluções preconizadas é a adaptação de edifícios colectivos, com a intervenção pontual em espaços comuns como entradas e acessos, adaptações nos interiores das habitações principalmente nas instalações sanitárias, e a inclusão de infraestruturas de apoio como espaços comuns de apoio e convívio. O estudo de António Carvalho (2012), sobre a adaptação das habitações do Bairro de Alvalade em Lisboa, analisa as adaptações necessárias e possíveis nos edifícios habitacionais e nas áreas exteriores envolventes em 6 blocos habitacionais, de modo a permitir uma vida independente, configurada num ambiente de residência assistida. Este estudo vem demonstrar a exequibilidade da transformação de espaços habitacionais, começando por identificar os elementos básicos indispensáveis que possibilitam uma vida independente e reduzindo ao essencial o impacto das intervenções. Em complemento, determinaram-se as intervenções necessárias nos espaços comuns e espaços exteriores envolventes visando a construção de ambientes que promovam o bem-estar e a segurança (Carvalho, 2012).

Nos centros históricos, a realidade é, naturalmente, diferente não só pela antiguidade de muitos edifícios habitacionais, em estado de conservação precário, pela falta de infraestruturas básicas em muitas habitações, nomeadamente instalações sanitárias, bem como pela falta de acessos (rampas, elevadores ou sistemas de elevação alternativos), o que dificulta a realização das tarefas de vida diária com segurança, principalmente por parte das pessoas com dificuldades de mobilidade.

Intervenções no espaço construído – Espaços exteriores

As características ambientais de vizinhança têm forte impacto na mobilidade, independência e qualidade de vida dos idosos (Burton e Mitchell, 2011). Estas características, de relação com o lugar, compreendem aspectos funcionais (como a percepção da segurança pedonal ou rodoviária, perigo de quedas ou qualidade do ar), aspectos sociais (como sentido de comunidade, interacção social ou percepção de segurança contra a violência) e aspectos emocionais (como satisfação com as relações de vizinhança, auto-apreciação da qualidade de vida ou passear na envolvente). Quando os idosos sentem segurança e empatia com o ambiente circundante, o seu sentido de competência e controle são potenciados, na medida em que lhes permite manter as relações sociais e as suas rotinas e actividades habituais (Schwarz e Brent, 1999).

No nosso país, em inquéritos à população idosa, as questões de segurança foram referidas por 30% e a falta de acessos fáceis e regulares a unidades de saúde foram reportados por 32% dos habitantes entrevistados (Eurostat, 2004).

O projecto internacional Cidades Amigas das Pessoas Idosas, lançado em 2007 pela Organização Mundial de Saúde, teve como objectivo principal adaptar as estruturas e serviços da cidade de modo a serem acessíveis a pessoas mais velhas com diferentes necessidades e capacidades (WHO, 2007). Reconhecendo como principais áreas de actuação prioritárias os espaços exteriores e edifícios, transportes, habitação, participação social, respeito e inclusão social, participação cívica e emprego, comunicação e informação e por último o apoio comunitário e serviços de saúde, este programa teve como ponto de partida a realização de uma listagem, adaptada a cada cidade, que identificou e verificou as boas práticas em cada área de actuação identificada. Este projecto tem a particularidade de incluir os idosos em todas as fases da sua implementação, sendo, também por isso, um exemplo de boas práticas.

Em Portugal, o projecto CIDADES foi um projecto de investigação-acção que, a partir desta lista de verificações, desenvolveu um questionário em que participaram mais de 1600 inquiridos em 142 municípios do território nacional. Para além de terem escutado de viva voz a opinião dos inquiridos, as conclusões apresentam os resultados para cada uma das áreas de actuação e identificam boas práticas desenvolvidas pelos municípios portugueses.

Novas soluções residenciais

Em complemento às ações de intervenção no espaço construído (espaço habitacional e espaços envolventes) e da transferência para uma instituição, o processo de AiP compreende também a alternativa de outras soluções residenciais inseridas na mesma comunidade ou área de vizinhança.

Na verdade, a elevada percentagem de idosos ainda autónomos, ou parcialmente dependentes, que necessitam de apoio diário contribui para a necessidade de encontrar soluções residenciais alternativas para os idosos que, não sendo possível permanecer nas suas casas, devem dispor de soluções residenciais baseadas em modelos habitacionais e não institucionais. Estas soluções

permitem dar resposta ao aumento progressivo de apoio de saúde, com o benefício de manter as relações de vizinhança e laços sociais e ainda uma vivência diária mais aproximada da experiência residencial doméstica.

Neste sentido, têm surgido recentemente novas soluções residenciais, desenvolvidas por entidades lucrativas e não lucrativas, baseadas no modelo de Residência Assistida. Com a tipologia de apartamentos, a caracterização ambiental destas estruturas é mais semelhante a uma habitação do que a uma instituição; a filosofia subjacente é a de proporcionar, num ambiente residencial, um serviço que se adapte às progressivas necessidades dos seus ocupantes e em que a necessidade de realocação se atrase indefinidamente.



Figura 5 – Unidade Residencial Madre Maria Clara em Ourela⁴ Arquitectura: CVDB arquitectos.

Conclusão da construção: 2007

Fonte: www.cvdbarquitectos.com; Foto: F.e S. Guerra

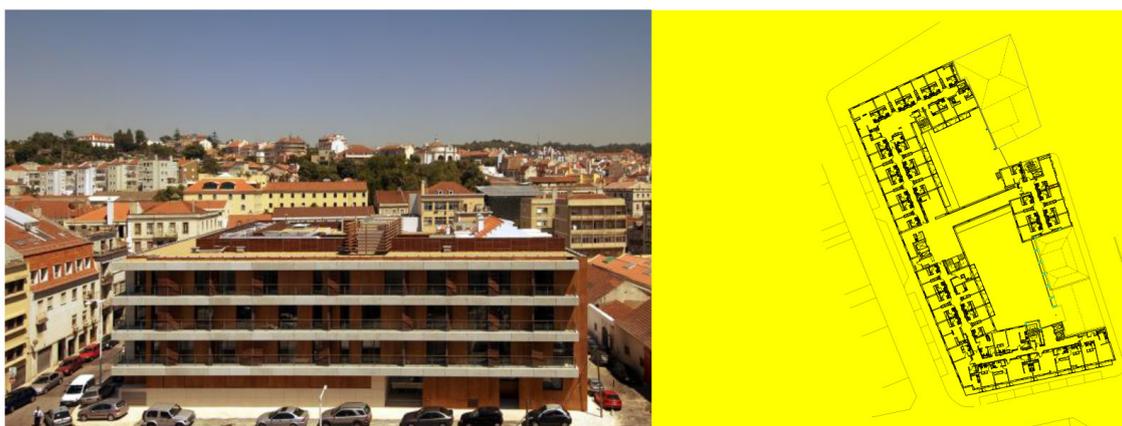


Figura 6 – Condomínio Residencial Domus Clube Junqueira, Lisboa⁵.

Arquitectura: Frederico Valsassina arquitectos. Conclusão da construção: 2004

Fonte: Frederico Valsassina, coleção Habitar, Caleidoscópio, 2005; Foto: F.e S. Guerra

⁴ Este complexo, de iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras, é constituído por 45 apartamentos para ocupação permanente de idosos autónomos, casais ou isolados, e 15 apartamentos para estadias temporárias para situações de recuperação ou convalescência. Além dos apartamentos, este complexo tem um Centro de Dia e presta serviços de Apoio Domiciliário. Financiamento: 36% - capitais próprios da autarquia; 64% - financiamento público.

⁵ Este complexo, de iniciativa privada, é constituído por 19 apartamentos de tipologias T1 e T2 para idosos autónomos ou parcialmente dependentes. Este condomínio residencial integra-se no complexo que inclui a Residência Assistidas usufruindo de espaços comuns para as 2 valências como áreas de apoio, cozinha, ou espaços de apoio médico como gabinete médico ou fisioterapia. Financiamento: 70% - Grupo José de Mello; 30% - Associação Nacional de Farmácias.

Estas novas soluções oferecem serviços conjugados para uma população com necessidades de apoio diferenciadas como Centro de Dia e Unidade residencial ou Condomínio residencial associado a Residência assistida ou medicalizada, como nestes dois exemplos.

Também a nível internacional, e com principal incidência nos países europeus como Suíça, Bélgica e Alemanha, têm sido desenvolvidas, nas últimas décadas, soluções residenciais para idosos com investimentos públicos, privados ou em parcerias ou ainda na modalidade de cooperativas. Estas soluções residenciais para idosos refletem a nova ideologia de uma visão integradora, apresentando soluções mistas para diferentes perfis de ocupantes e que se pautam pelo pré-requisito fundamental da integração dos mais velhos. Nestas soluções, o objectivo é permitir a manutenção do estilo de vida, a par de um ambiente que suporte as necessidades de saúde e de segurança (Becker, 2013).

O conceito de Vida Integrada (*Integrated living*) traduz-se, assim, em soluções residenciais multi-geracionais, que potenciam a integração dos mais velhos na sociedade e na vida do dia-a-dia. A maior diversidade de residentes, como famílias monoparentais, estudantes e idosos, cria a necessidade de reequacionar novas tipologias habitacionais. Os ambientes livres de barreiras arquitectónicas (*barrier-free accessibility*) e as novas tecnologias, como os sistemas de “chamadas” de emergência e produtos baseados nos princípios do Design Universal, contribuem para um ambiente de melhor acessibilidade.

Desafios para o futuro

Como verificamos, as necessidades dos idosos são tão diversas consoante as fragilidades físicas, necessidades sociais e económicas e as respostas, estatais e privadas, devem atender a essas necessidades. De acordo com os estudos de Moreira (2008) e de Gaymu e colaboradores (2008), teremos, nas próximas décadas, mais idosos a viverem sozinhos (consequência do aumento da longevidade), uma percentagem mais elevada de habitações com casais idosos (em consequência da redução da mortalidade masculina) e mais idosos a optar por alojamentos colectivos ou instituições (pelas mudanças na estrutura familiar e consequente falta de apoio pelos membros da família).

Esta análise de carácter exploratório procurou evidenciar os benefícios de envelhecer num ambiente familiar associado ao bem-estar e manutenção da qualidade de vida. Mesmo em circuns-

tâncias difíceis, com condições habitacionais precárias e apoio social insuficiente, diferentes estudos confirmam a preferência dos mais idosos em permanecer nas suas casas. No âmbito do envelhecimento activo, reconhece-se ainda a importância de se promover a independência e a autonomia instrumental, proporcionando-se oportunidades para manter a interacção social e o acesso a serviços de saúde.

As dinâmicas influentes nas futuras formas de vida e que identificámos como sendo o envelhecimento geral da população, a alteração nos agregados habitacionais, a exigência dos mais idosos relativamente à manutenção do estilo e da qualidade de vida, com níveis de conforto mínimos, e integrados na sociedade de uma forma activa, apontam para a necessidade de uma abordagem complexa quanto aos diferentes níveis de intervenção que os objectivos do AiP acarretam.

A par da intervenção no património edificado (habitações e espaços exteriores), é necessário desenvolver novas experiências habitacionais, adequadas aos recursos económicos existentes, e que considerem, por um lado, as progressivas limitações físicas e funcionais dos seus utilizadores e, por outro, a manutenção da autonomia e participação na sociedade.

No mesmo sentido, o desenvolvimento e implementação de programas de assistência ao domicílio, incluindo programas de teleassistência, são importantes para reforçar a autonomia com impacto na qualidade de vida.

Em resumo, esta nova realidade, que conjuga uma população cada vez mais envelhecida com a necessidade de respostas diversificadas, coloca novos desafios à arquitectura, ao design e ao planeamento.

No actual contexto social e económico de Portugal, e com uma maior restrição em termos de recursos privados e públicos, com reflexos na capacidade de resposta das políticas públicas, será indispensável desenvolver soluções inovadoras e interdisciplinares e acções concertadas a nível nacional, regional, comunitário e individual. Subsiste a necessidade de investigação adicional a fim de se compreender o impacto real e potencial do *ageing in place*, não só como conceito ideal mas sobretudo como estratégia de acção nacional de saúde e de políticas de apoio social, com impacto directo na qualidade de vida dos idosos.

Referências bibliográficas

- Becker, S. H. (2013), “Network living – Architecture for All Generations”, Munchen, London, New

York: Prestel.

- Burton, E. e Mitchell, L. (2011), “Good places for ageing in place: development of objective built environment measures for investigating links with older people’s wellbeing”, *BMC Public Health*, 11, 839, 1-13. DOI: 10.1186/1471-2458-11-839
- Carneiro, R. et al (2012), “O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade. Centro de estudos dos povos e culturas de expressão portuguesa”, Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas Universidade Católica Portuguesa.
- Carvalho, A. (2013), “Habitação para idosos em Lisboa : de colectiva a assistida, o caso de Alvalade”, tese de Doutoramento em Arquitectura, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, BCG - Boston Consulting Group Fundação Aga Khan (2008), “Estudo de Avaliação das Necessidades dos Seniores em Portugal”, Relatório Final, Lisboa: Fundação Aga Khan Portugal.
- Eurostat (2004) “Quality of life in Europe - First European Quality of Life Survey 2003”, Luxembourg: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- Fausset, C. (2011), “Challenges to Aging in Place: Understanding Home Maintenance Difficulties”, *J Hous Elderly*. Spring; 25(2), 125–141.
- Gaymu, J., P. Ekamper and G. Beets (2008), “Future trends in health and marital status: effects on the structure of living arrangements of older Europeans in 2030”, *Eur J Ageing*, 5, 5-17.
- GEP - Gabinete de Estudos e Projectos (2005), “Carta Social-Rede de Serviços e Equipamentos”, Lisboa: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS).
- GEP - Gabinete de Estudos e Projectos (2014), “Carta Social”. Gabinete de Estudos e Projectos, Lisboa: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS).
- INE (2011), “Censos 2011. Resultados Definitivos” - Portugal. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Lee, M. (2008), “Aging in Place: A Contemporary Social Phenomenon, Doctor of Philosophy in Design and Human Environment”, Oregon: Oregon State University
- Moreira, M. (2008), “O envelhecimento da população e o seu impacto na habitação - Prospecção até 2050”, Tese de Mestrado em Estatística e Gestão de Informação, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Pastalan, L. (1999), “Making Aging in Place Work”, *Journal of Housing for the Elderly*, 13, (1/2), 1-2.
- Paúl, C. e Fonseca, A. (2005), “Envelhecer em Portugal - Psicologia, saúde e prestação de cuidados”, Lisboa: Climepsi Editores. ISBN 972-796-185-1
- Schwarz, B. e R. Brent (1999), “Aging, autonomy, and architecture: advances in assisted living”, Baltimore, Md: Johns Hopkins University Press. ISBN 0-8018-6033-4
- Vasunilashorn, S. et al. (2012), “Aging in Place: Evolution of a Research Topic Whose Time Has Come”, *Journal of Aging Research*, Volume 2012, 1-6. DOI 10.1155/2012/120952
- WHO (2002), “Active Ageing - A Policy Framework”, Geneve: WHO Press.
- WHO (2007), “Global Age-friendly Cities: A Guide”, Geneve: WHO Press.
- WHO (2015), “Report on the 2nd WHO global forum on innovation for ageing populations”, Kobe, Japan: World Health Organization

Arquitetura na (C)idade. Olhares e discursos em torno dos equipamentos para pessoas idosas na cidade de Lisboa

Views and speeches around the facilities for the elderly in the city of Lisbon

Diana Graça¹

Resumo

A análise dos equipamentos para a população idosa existentes na cidade de Lisboa, concretamente nas freguesias da Ajuda e de São Vicente, é o culminar de um estudo abrangente em torno do processo de envelhecimento da população e das necessidades e expectativas dos seus utilizadores idosos. O objetivo último do estudo assentou na identificação simultânea dos principais aspetos positivos e negativos dos equipamentos dotados das respostas sociais instituídas pelo Instituto da Segurança Social, as valências de centro de convívio, centro de dia e lar, atualmente denominado estrutura residencial para pessoas idosas. Dos dados obtidos pode afirmar-se que as estruturas arquitetónicas analisadas não se encontram, de modo geral, preparadas para acolher ou dignificar a população idosa portuguesa, de acordo com uma perspetiva inclusiva do processo de envelhecimento.

Palavras-chave

Envelhecimento; equipamentos; pessoa idosa; Lisboa

Abstract

The analysis of the existing facilities for the elderly population in the city of Lisbon, precisely in Ajuda and São Vicente, is the result of a deep study around the population ageing process and the needs and expectations of its elderly users. The ultimate goal of the study focused on the simultaneous identification of the major positive and negative aspects of the facilities which enclose the social responses defined by the Social Security Institute as social centers, day centers and residential structures for the elderly. Based on the collected information it can be said that the analyzed structures are not well prepared to shelter or dignify Portuguese elderly population, accordingly with an inclusive perspective of the ageing process.

Keywords

Ageing; facilities; elderly person; Lisbon

Introdução

Com o aumento acelerado da visibilidade dos domínios da velhice e da pessoa idosa, urge a necessidade de se instruir e orientar a sociedade sobretudo nos âmbitos, científico, económico, político e social, bem como na gestão e organização dos centros urbanos, nos quais se concentra um grande número de pessoas com 65 ou mais anos.

Os dados demográficos mais recentes referentes à estrutura etária portuguesa vêm confirmar a tendência do passado. Segundo os valores divulgados pelo INE (2011) a população jovem está a diminuir, enquanto o grupo dos mais idosos está a aumentar, o que se traduz no estreitamento da base da pirâmide etária e no alargamento do seu topo, tendência também registada a nível euro-

peu, mais concretamente nos países da União Europeia. Por sua vez, os dados observados constatam a existência de disparidades demográficas acentuadas entre as várias regiões de Portugal, salientando-se o centro urbano de Lisboa, o qual se encontra fortemente marcado pelo envelhecimento. No que concerne às previsões demográficas até 2050, a população residente em Portugal continuará a envelhecer progressivamente, como consequência do aumento da esperança média de vida e das reduzidas taxas de natalidade e de fecundidade, que associadas a possíveis saldos migratórios negativos provocam o aumento da proporção de pessoas idosas.

O presente texto expressa de forma resumida um dos capítulos da dissertação final de mestrado em arquitetura intitulada “Arquitetura na (C)

¹ Arquiteta na empresa VerticeConcept, Lda. Mestre em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, com a dissertação de mestrado em Arquitectura na (C)idade: Olhares e discursos em torno dos equipamentos para pessoas idosas na cidade de Lisboa. E-mail: dianafgraca@gmail.com.

idade: Olhares e discursos em torno dos equipamentos para pessoas idosas na cidade de Lisboa”, especificamente os dados decorrentes do trabalho de campo. Como ponto de partida para a investigação foi formulada a seguinte questão: *Será que os atuais equipamentos para pessoas idosas existentes na cidade de Lisboa, estão preparados para acolher e dignificar a população idosa por-*

tuguesa, segundo uma perspetiva inclusiva do processo de envelhecimento, ou seja, respondendo e respeitando tanto as suas características como as expectativas, promovendo, em simultâneo, uma atitude positiva face à fase da velhice? Neste contexto, os dados recolhidos aquando do trabalho de campo podem ser agrupados segundo três pontos de vista face às respostas sociais para

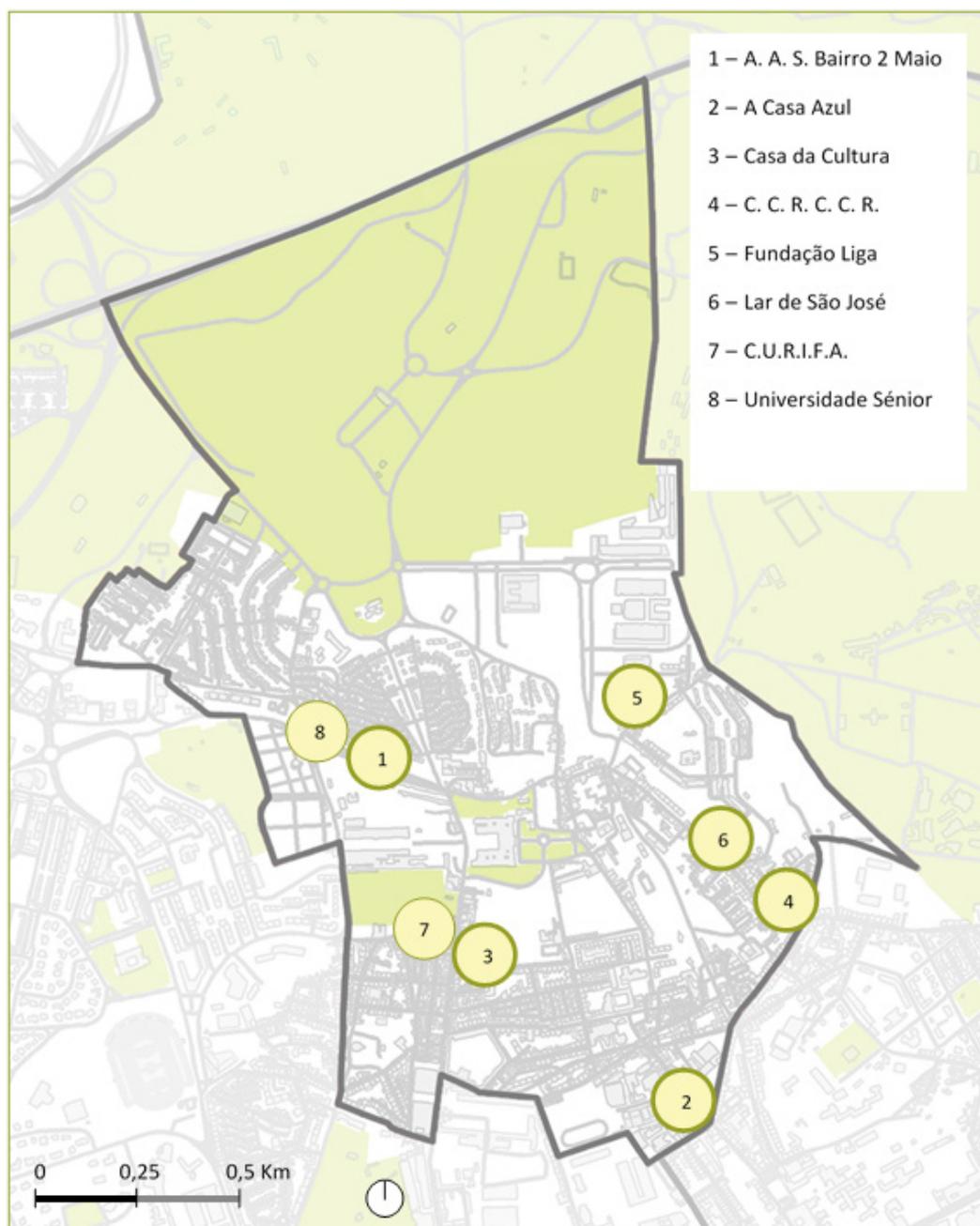


Figura 1 – Equipamentos selecionados na Ajuda

Fonte: Elaboração própria, 2015, tendo por base o mapa da Câmara Municipal de Lisboa, 2013.

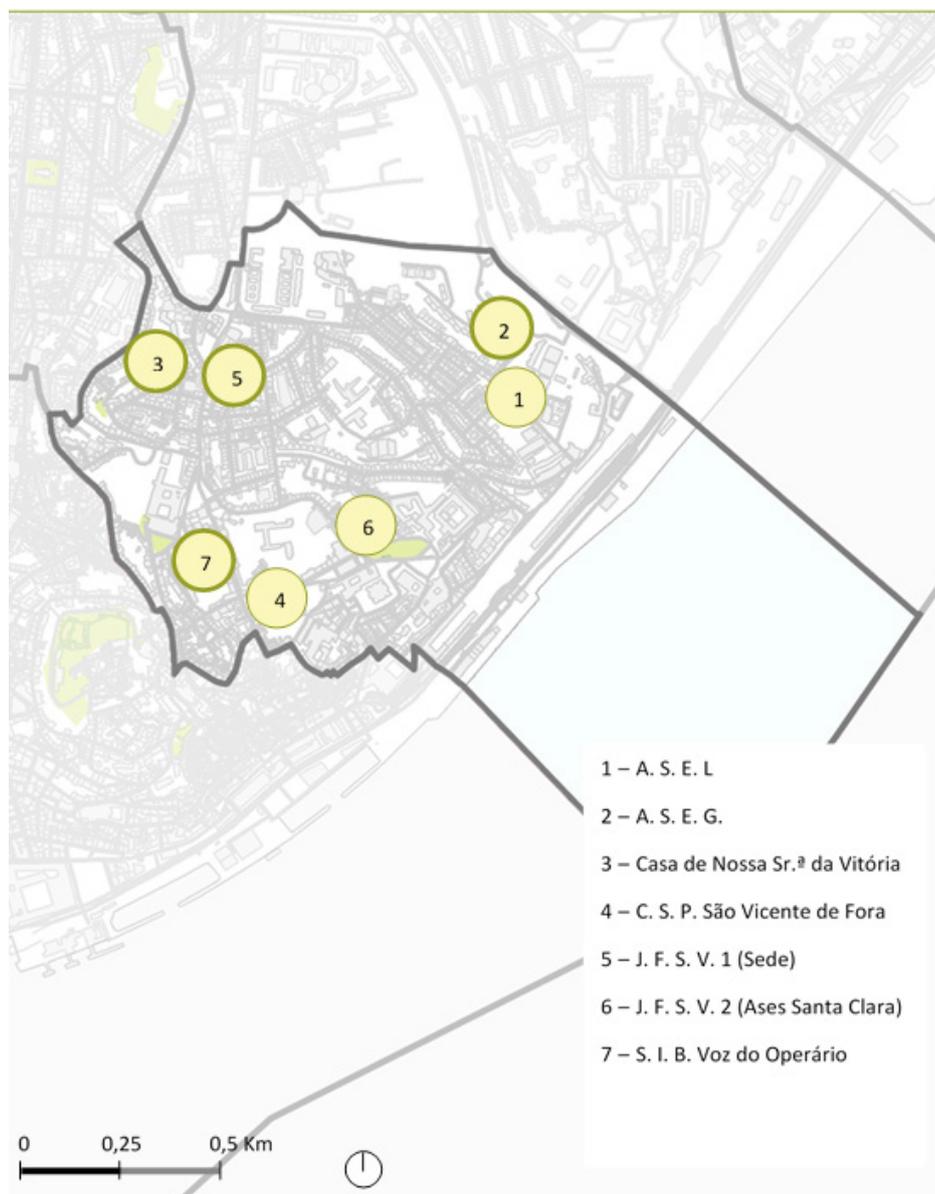


Figura 2 – Equipamentos selecionados em São Vicente

Fonte: Elaboração própria, 2015, tendo por base o mapa da Câmara Municipal de Lisboa, 2013.

peças idosas e respetivos equipamentos ou estruturas arquitetónicas: a perspetiva da autarquia; o discurso do utilizador; e o olhar do investigador. No que se refere às técnicas de recolha de informação salientam-se as entrevistas exploratórias realizadas a alguns técnicos das freguesias da Ajuda e de São Vicente, os inquéritos por questionário administrados aos utilizadores idosos dos equipamentos existentes nas mesmas freguesias e, por último, a observação direta levada a cabo pelo investigador em torno dos mesmos casos de estudo. A seleção das freguesias da Ajuda e de São Vicente e consequente identi-

cação dos casos de estudo decorreu de uma criteriosa formulação de critérios intimamente relacionados com os objetivos da dissertação, dos quais se salientam os indicadores demográficos comumente associados às temáticas do envelhecimento e da velhice, o posicionamento relativo das freguesias face ao centro histórico da capital de Portugal e a população residente. No que se refere à identificação dos equipamentos para pessoas idosas foram selecionadas as respostas sociais definidas pelo Instituto da Segurança Social necessariamente desenvolvidas em equipamentos, como os centros de convívio, os centros

de dia, e os lares ou estruturas residenciais para pessoas idosas.

O trabalho de campo teve o seu início nas Juntas de Freguesia das unidades territoriais selecionadas, onde se realizaram entrevistas de carácter exploratório e informal com a duração aproximada de 1 hora aos técnicos responsáveis das áreas do apoio social e arquitetura e cuja área de ação se relaciona com os indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos de idade. A figura 1 põe em evidência as estruturas arquitetónicas analisadas do total de equipamentos existentes na freguesia da Ajuda.

No caso da freguesia de São Vicente a figura 2 põe em evidência as estruturas arquitetónicas analisadas do total de equipamentos existentes nesta unidade territorial.

1. O discurso do utilizador

Apresenta-se agora de forma sucinta alguma da informação obtida através da análise de 91 inquéritos, 55 na freguesia da Ajuda e 36 em São Vicente, administrados de forma indireta aos utilizadores dos equipamentos do caso de estudo. A sua aplicação assemelhou-se a uma conversa informal com duração média de 30 minutos, durante a qual foram sendo introduzidas as questões do questionário no sentido de estabelecer uma maior proximidade com a pessoa idosa e assim recolher dados mais fidedignos. A análise dos dados recolhidos põe em confronto os dados das freguesias da Ajuda e de São Vicente com o intuito de se compreender a realidade da cidade de Lisboa, evidenciando similaridades e disparidades entre os territórios. A figura 3 expressa a proporção de inquéritos por questionário realizados em função do número de pessoas inscritas em cada equipamento.

Caracterização do utilizador³

No que se refere à idade dos utilizadores questionados existe uma semelhança entre as freguesias da Ajuda e de São Vicente, o que pode ser explicado pela existência de equipamentos com valências semelhantes. O grupo etário predominante situa-se entre os 76 e os 85 anos, 41,8% na Ajuda e 38,9% em São Vicente, verificando-se igualmente uma presença relevante de indivíduos com idades compreendidas entre os 66 e 75 e entre os 86 e 95 anos.

Freguesias	Equipamentos	Utilizadores Inscritos (n)	Inquéritos Aplicados (N)
Ajuda	Equipamento 1	50	5
	Equipamento 2	42	12
	Equipamento 3	70	12
	Equipamento 4	70	12
	Equipamento 5	39	5
	Equipamento 6	266	9
	Total	537	55
São Vicente	Equipamento 1	25	9
	Equipamento 2 ²	-	12
	Equipamento 3	26	8
	Equipamento 4	71	7
	Total	122	36

Figura 3 – Inquéritos por questionário aplicados por equipamento e freguesia

Fonte: : Graça (2015), Questionário aos Utilizadores.

Por seu lado, a proporção de utilizadores de sexo feminino é assumidamente maior do que a do sexo masculino, isto é, 80,0% na Ajuda e 97,2% em São Vicente, em virtude da esperança média de vida ser significativamente mais elevada entre as mulheres conforme demonstram os dados divulgados pelo INE (2012), mas também da sua maior afluência, segundo a informação disponibilizada pelos diretores técnicos das instituições.

No que diz respeito à distribuição dos utilizadores por nível de escolaridade, verificou-se que a maioria da população idosa inquirida possui o 1º ciclo do ensino básico em ambas as freguesias, respetivamente 52,8% na Ajuda e 41,8% em São Vicente, ou não tem qualquer habilitação académica, ou seja, 22,2% na Ajuda e 25,5% em São Vicente. Este facto pode ser justificado pelo período histórico em que terão nascido os idosos do grupo etário mais expressivo. Neste sentido, aproximadamente 40,4% do total dos inquiridos neste estudo nasceu entre os anos de 1930 e 1939. Este momento é, sobretudo, caracteriza-

² Este equipamento não pressupõe a inscrição formal da pessoa idosa como condição à sua utilização devido ao carácter informal do serviço prestado. Este espaço de convívio assenta na livre frequência diária dos utilizadores interessados, não existindo dados referentes ao número de inscritos, impossibilitando, deste modo, o cálculo da percentagem de inquéritos administrados.

³ Os dados decorrentes de algumas questões referentes à caracterização do utilizador não serão mencionados.

do pela presidência do Conselho de Ministros de Portugal por António de Oliveira Salazar. Como é sabido, o combate ao analfabetismo não era uma prioridade do regime defendido por Salazar, o que se traduz nos dias de hoje na prevalência de baixos níveis de escolaridade entre a população mais idosa segundo os dados disponibilizados pelo INE (2011).

Por último, quando inquiridos acerca das principais dificuldades ou problemas quotidianos, os utilizadores responderam de forma diversificada. Os problemas de saúde foram os mais referenciados, tanto na Ajuda (36,1%) como em São Vicente (32,8%), seguindo-se as dificuldades relacionadas com a locomoção, com um total de 18,1% das respostas na Ajuda e de 19,0% em São Vicente. O isolamento ou solidão representa 18,1% das respostas na freguesia da Ajuda e 11,2% na de São Vicente, enquanto a reforma ou pensão representa cerca de 8,3% e 18,1% das respostas, respetivamente. Assim, os utilizadores idosos dos equipamentos localizados na Ajuda possuem uma pensão ou reforma insuficiente de acordo com a sua opinião, sentindo-se simultaneamente mais isolados ou solitários do que os homónimos da freguesia de São Vicente.

Contextualização do equipamento⁴

No que se refere à centralidade da estrutura arquitetónica, 83,6% e 91,7% dos utilizadores idosos da Ajuda e de São Vicente, respetivamente, salientaram que a sua localização é adequada tendo em conta o centro e os limites da freguesia.

Existem, por sua vez, diversos indivíduos idosos desconhecedores de alguns aspetos caracterizadores do equipamento, tais como a rede de transportes existente na sua envolvente, tanto na Ajuda (21,8%) como em São Vicente (11,1%). As estruturas arquitetónicas para pessoas idosas da freguesia de São Vicente parecem estar mais bem servidas relativamente aos transportes públicos, registando 72,2% de respostas positivas e apenas 11,1% de respostas negativas. Por sua vez, 47,3% dos inquiridos na Ajuda concordam com a existência de uma boa rede de transportes públicos junto ao equipamento, enquanto uma percentagem significativa (29,1%) parece discordar.

Da análise dos inquéritos concluiu-se a existência simultânea de equipamentos com boas e más acessibilidades pedonais em ambas as freguesias. Cerca de 50,9% da população idosa in-

quirida na Ajuda concordam com as boas acessibilidades pedonais, enquanto 41,8% discordam. Por seu lado, os equipamentos da freguesia de São Vicente possuem acessibilidades pedonais mais desfavoráveis de acordo com 52,8% dos utilizadores, sendo que apenas 36,1% revelaram uma avaliação positiva.

Por último, constatou-se a existência de equipamentos em bom estado de conservação e de estruturas que necessitam de recuperação mais ou menos urgente. As opiniões dos utilizadores de cada equipamento foram coerentes entre si, isto é, ou concordaram ou discordaram. Por outras palavras, 69,1% e 66,7% dos indivíduos nas freguesias da Ajuda e de São Vicente, respetivamente, referiram o bom estado de conservação, enquanto 21,8% das pessoas idosas da Ajuda e 33,3% de São Vicente manifestaram uma avaliação oposta.

Caracterização do equipamento⁵

Quando questionados acerca da possibilidade de adaptação e modificação dos espaços consoante as características e limitações das pessoas idosas, os utilizadores revelaram opiniões diversas. Constatou-se que os espaços destinados aos utilizadores não são adaptados ou modificados consoante as suas limitações, segundo 30,9% e 61,1% das pessoas inquiridas na Ajuda e em São Vicente, respetivamente. A freguesia da Ajuda parece contar com estruturas arquitetónicas mais preparadas para a receção de indivíduos idosos, mais concretamente as instalações sanitárias e os quartos, quando existem. Neste sentido, 52,9% dos inquiridos na freguesia da Ajuda concordaram com a sua adaptação, por seu turno, apenas 14,3% dos idosos em São Vicente partilharam de igual opinião. Por sua vez, 71,4% dos inquiridos nesta freguesia referiram a inadaptação das instalações sanitárias, consoante as características do utilizador.

Embora existam numerosos entraves à locomoção dos utilizadores idosos nos equipamentos, a maioria dos indivíduos inquiridos, 81,8% na Ajuda e 75,0% em São Vicente, mencionou que a distância entre os espaços destinados aos utilizadores é confortável e fácil de percorrer. Relativamente à proximidade dos espaços apropriáveis pelos utilizadores verificou-se a mesma tendência, isto é, 89,1% e 83,3% das pessoas idosas das freguesias da Ajuda e São Vicente, respetivamente, mencionaram que os espaços

⁴ Os dados decorrentes de algumas questões relativas à contextualização do equipamento não serão mencionados

⁵ Os dados decorrentes de algumas questões relativas à caracterização do equipamento não serão mencionados.

Os dados relativos à caracterização do equipamento assentam, ainda que de forma subentendida, nos domínios ou esferas do conforto, da saúde, da segurança e do prazer pela vida, considerados no documento original como o ponto de partida para uma visão integrada ao nível da concepção e desenvolvimento de estruturas arquitectónicas para pessoas idosas.

são próximos uns dos outros. Sobre este assunto salienta-se que alguns espaços encontram-se excessivamente próximos, nomeadamente as instalações sanitárias ou a zona de refeições das zonas destinada ao convívio.

No que se refere à garantia de privacidade dos utilizadores, os dados indicam que a sua privacidade é respeitada no interior das instalações dos equipamentos e em ambas as freguesias, nomeadamente por parte dos técnicos e restantes indivíduos idosos. Neste sentido, 65,5% e 52,8% dos utilizadores inquiridos nas freguesias da Ajuda e de São Vicente, respetivamente, concordaram com a afirmação. Por sua vez, 47,3% dos utilizadores da Ajuda e 72,2% de São Vicente salientaram a impossibilidade do recolhimento em privado devido à inexistência de um espaço ou compartimentos adequados.

No que diz respeito às atividades, os dados obtidos revelaram duas realidades contrastantes, isto é, a existência de equipamentos com atividades diárias variadas desenvolvidas em espaços adequados e estruturas arquitetónicas sem atividades orientadas ou espaços propícios à sua prática. Neste sentido, tanto a freguesia da Ajuda como a de São Vicente contam com os dois tipos de equipamentos descritos, ou seja, 50,9% dos utilizadores da Ajuda salientaram a possibilidade de participarem em atividades variadas diárias, enquanto 47,3% discordaram dessa possibilidade. Por sua vez, 80,6% dos inquiridos em São Vicente concordaram com a possibilidade mencionada o que denota equipamentos mais atentos à prática de atividades por parte dos utilizadores. No que se refere à existência de um local adequado à sua prática, 49,1% e 41,7% dos utilizadores da Ajuda e de São Vicente, respetivamente, concordaram com a sua existência, em contraposição 50,9% dos idosos da Ajuda e 58,3% de São Vicente salientaram a sua inexistência.

Por último, embora tenham sido detetadas instalações sanitárias inadequadas ao grupo etário dos idosos, tanto os utilizadores dos equipamentos da Ajuda (97,2%) como dos de São Vicente (91,7%) referiram que as instalações sanitárias existentes são seguras. Esta tendência repete-se quando considerada a facilidade de utilização das instalações sanitárias, pelo que para 90,9% e 86,1% das pessoas idosas da Ajuda e de São Vicente, respetivamente, as instalações sanitárias são de fácil utilização mesmo quando não se adequam às suas necessidades.

2. O olhar do investigador⁵

Apresentam-se agora algumas imagens relativas às estruturas arquitetónicas analisadas com pequenas considerações adjacentes⁶, atendendo, por um lado, aos aspetos negativos ou vulnerabilidades e, por outro, aos aspetos fortes ou positivos. Salienta-se que 90% dos ambientes arquitetónicos observados resultam da adaptação de antigos edifícios cujos usos iniciais nunca se relacionaram com as necessidades desta faixa etária, o que incrementa a sua inadaptação face às valências que encerram e à especificidade do seu público alvo.

Considerando o domínio ou esfera do *conforto* dos ambientes arquitetónicos analisados, constataram-se algumas disparidades entre os diferentes casos de estudo implantados em ambas as freguesias. Salientam-se agora apenas as vulnerabilidades ou aspetos negativos, embora tenham sido identificados alguns aspetos positivos⁷. Os espaços interiores observados revelam reduzida preocupação para com a sua configuração e organização espacial. Salienta-se o subdimensionamento de alguns compartimentos e o excesso de ângulos e saliências espacialmente desconcertantes para o utilizador. Por seu lado, as questões relativas aos *confortos acústico* e *visual* são muitas vezes comprometidas, destacando-se as seguintes vulnerabilidades: ausência de contato visual com o exterior em espaços significantes como zonas de atividades, de leitura ou de refeições (Figuras 4 e 5); consequente iluminação natural francamente insuficiente, colmatada quase sempre com iluminação fluorescente; sobreposição de padrões ou materiais texturados (Figura 4); esquemas cromáticos insípidos ou desarticulados (figuras 4 e 5). Quanto ao *conforto térmico* salienta-se, por um lado, a inexistência de sistemas de climatização em cerca de 60% dos casos de estudo e, por outro, a deficiente ventilação de algumas das estruturas arquitetónicas. Sobre esta questão verificou-se a tendência geral para a utilização revestimentos desajustados à manutenção da temperatura ambiente, tais como materiais pétreos ou cerâmicos (Figura 4). Adicionalmente, o *conforto acústico* é muitas vezes descurado, devido, sobretudo, à promiscuidade entre espaços ou à utilização de materiais inadequados. Neste contexto, os televisores são importantes fontes de ruído quando as zonas de atividades, de leitura e de convívio se encontram agregadas, o que se verifica muitas

⁶ Considerando os constrangimentos que se impõem ao presente texto, os dados decorrentes de algumas questões relativas ao olhar do investigador não serão mencionados.

As considerações relativas ao olhar do investigador assentam nos domínios ou esferas do conforto, da saúde, da segurança e do prazer pela vida, considerados no documento original como o ponto de partida para uma visão integrada ao nível da concepção e desenvolvimento de estruturas arquitetónicas para pessoas idosas.

⁷ O método de observação direta fez-se acompanhar de uma grelha de observação concebida especificamente para o efeito

⁸ A informação relativa aos aspetos positivos identificados no domínio do conforto encontra-se expressa no documento original.

vezes nos casos de estudo analisados. Por último, no que se refere ao *conforto na utilização* salienta-se a recorrente inadaptabilidade dos espaços perante a alteração das necessidades dos seus utilizadores idosos. Neste contexto salientam-se ainda as seguintes vulnerabilidades: circulação dificultada devido ao subdimensionamento do compartimento ou à existência de obstáculos, como escadas, juntas de materiais (Figura 4) ou excesso de mobiliário; ausência de mobiliário específico para pessoas idosas na grande maioria dos casos de estudo (Figura 5) e escassez de iluminação apropriada a cada uso.

No que se refere à *saúde*, salientam-se agora apenas as vulnerabilidades ou aspetos negativos no âmbito das *saúdes física, mental e emocional*, verificados na maioria dos casos, embora tenham sido igualmente observados alguns aspetos positivos⁹: escassez de programas de atividade física ou aulas de movimento; quando existem, os compartimentos orientados para a atividade física são quase sempre desconfortáveis ou encontram-se pobremente equipados; cuidados de enfermagem disponibilizados de forma muito pontual na maioria dos centros de convívio, centros de dia e lares analisados, embora existam gabinetes ou pontos de enfermagem, os cuidados médicos raramente prestados nas instalações dos equipamentos. Por sua vez, a *saúde mental* nem sempre ocupa um lugar de destaque no interior dos equipamentos de caso

de estudo. Isto significa que a estimulação das capacidades cognitivas através de desafios quotidianos ou da prática de atividades culturais e recreativas estimulantes é, muitas vezes, ignorada, sendo substituídas por atividades lúdicas simples que incrementam o sedentarismo e a passividade, como é o caso do visionamento de televisão. Existem, no entanto, alguns programas de atividades pensados especificamente para o grupo etário dos idosos desenvolvidos pelos respetivos animadores sócio-culturais. Sobre este assunto constatou-se ainda que os contornos físicos dos espaços são, por vezes, impeditivos de atividades de qualidade ou mesmo da participação ativa dos utilizadores devido, por exemplo, à ausência de mobiliário adequado suficiente (Figura 7). Por último, mas não menos importante, surge a *saúde emocional*. Sobre este tópico importa referir que a privacidade individual é muitas vezes desrespeitada, devido à opção por quartos e instalações sanitárias partilhadas nos equipamentos com a valência de lar (Figura 6). Embora as recomendações internacionais sejam no sentido de unidades residenciais ou quartos singulares, com possibilidade de se tornarem duplos sempre que desejado, verificou-se a predominância de quartos duplos, cujas áreas são expressamente diminutas para este uso, tendo-se inclusivamente observado um quarto triplo (Figura 6). Nestes casos zonas de arrumos destinados aos pertences de cada idoso, nomeadamente do vestuário,



Figura 4 – Centro de Actividades Informal – Zona de distribuição

Figura 5 – Lar – Zona de refeições

Fonte : Elaboração própria, 2015.
(esq. para dtr.)

⁹ A informação relativa aos aspetos positivos identificados no domínio da saúde encontra-se expressa no documento original.

do calçado e de produtos de cosmética, entre outros, são quase sempre partilhadas. Isto pressupõe que o roupeiro ou cómoda existente é utilizado em simultâneo embora se proceda à sua divisão entre direita e esquerda ou por gavetas. A reduzida dimensão dos quartos traduz-se na inexistência de elementos de compartimentação adequados e na conseqüente excessiva proximidade das camas (Figura 6). Assim, a privacidade é posta em causa devido ao uso conjunto de zonas de arrumos ou armários em cada quarto. Verificou-se também, que a sociabilização, importante para a manutenção da *saúde mental*, é por vezes limitada devido à configuração das zonas de convívio. Estas são muitas vezes desconfortáveis, no sentido em que o utilizador não consegue identificar-se com o espaço, o que acontece quando este se assemelha à comum sala de estar da antiga habitação do utilizador (Figura 7). Da observação constatou-se ainda a inexistência de espaços adequados ao convívio dos utilizadores e dos seus familiares e amigos por um lado, e por outro, a reduzida abertura das instituições face a eventuais voluntários, tendo-se encontrado um único indivíduo em regime de voluntariado.

No que diz respeito à esfera da *segurança* salientam-se as dimensões da *segurança na mobilidade e a segurança na utilização* por parte da pessoa idosa. A segurança da construção e a segurança contra incêndio não serão mencionadas uma vez que a maioria das estruturas arquitetónicas analisadas possuem alvará o que significa que se encontram em conformidade com a regulamentação da Segurança Social. Neste sentido, pressupõe-se que a generalidade dos equipamentos garantem a segurança das coberturas, das escadas e rampas, das paredes interiores e exteriores e dos pavimentos, cumprindo igualmente a segurança contra incêndio e inundação, mencionada nas Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais elaborados pelo Instituto da Segurança Social. A respeito da segurança na mobilidade verificou-se a presença de acessos para pessoas com mobilidade reduzida não regulamentares em diversos casos de estudo. Por seu lado, constatou-se que a segurança na utilização nem sempre é garantida devido à existência de alguns obstáculos fixos ou móveis dificultadores da locomoção, tais como tapetes ou escadas não regulamentares, e de dispositivos desadequados contra quedas. A ausência de dispositivos específicos para pessoas idosas, como mobiliário, propicia a ocorrência de acidentes, muitas vezes evitáveis. Sobre este assunto constatou-se a inexistência de dispositivos anti-queda e a ausência de pavimentos antiderrapantes no interior de

diversas instalações sanitárias. O último aspeto negativo a salientar relaciona-se com os sistemas de segurança utilizados nos equipamentos face a hipotéticas ameaças exteriores. Embora as barras metálicas sejam recorrentemente utilizadas nos vãos de fachada, estas influenciam de forma negativa os ambientes interiores das estruturas analisadas.



Figura 6 – Centro de Dia e Lar – Quarto triplo
Fonte: : Elaboração própria, 2015.



Figura 7 – Centro de Convívio
Zona de atividades e convívio
Fonte: Elaboração própria, 2015.

No que se refere ao domínio do *prazer pela vida*, é possível identificar alguns aspetos positivos nos casos de estudo, embora não sejam recorrentes. Salientam-se, sobretudo, o contato com animais de estimação, vistas desafogadas para o exterior (Figura 8), presença de vegetação e mobiliário urbano na zona exterior pertencente ao equipamento (Figura 9) e características físicas que fazem recordar o conforto geralmente associado às residências particulares, nomeadamente a presença de lareiras ou um aspecto exterior humanizante.



Figura 8 – Lar – Terraço
Fonte: Elaboração própria, 2015.



Figura 9 – Lar – Zona exterior
Fonte: Elaboração própria, 2015.

Notas conclusivas

Derivado dos contatos estabelecidos com as técnicas dos departamentos de serviço social e de arquitetura e urbanismo das freguesias da Ajuda e de São Vicente, foi possível constatar que a grande maioria dos esforços encontra-se direcionada para a supressão de carências sociais imediatas dos cidadãos idosos, embora se verifique uma preocupação generalizada para com o seu bem estar no futuro. Adicionalmente, são escassos os fundos públicos específicos para a construção de novas estruturas ou para a capacitação de espaços pré-existentes. Quanto aos contornos físicos dos equipamentos para a faixa etária dos idosos, o excesso de directivas obrigatórias é muitas vezes limitador da concepção de “espaços amigos” deste segmento da população, cujo cumprimento exato da lei não significa, necessariamente, a garantia de espaços de qualidade e em consonância com as necessidades dos seus utilizadores.

No que concerne ao discurso da pessoa idosa perante as características dos equipamentos para a sua faixa etária salienta-se que a concepção dos utilizadores idosos é mais favorável e positiva do que os dados recolhidos objetivamente. Aponta-se como principal razão a menor consciência crítica das pessoas idosas uma vez que se inserem num grupo social caracterizado, essencialmente, pela baixa escolaridade, por situações de isolamento e solidão, por núcleos familiares muito fragmentados e por apresentarem reduzida autonomia e independência.

A respeito da contextualização do equipamento destaca-se o desfasamento das concepções do utilizador e do investigador perante as acessibilidades pedonais e viárias na envolvente e o seu estado de conservação. No que se refere à caracterização da estrutura arquitetónica verifica-se uma discrepância, sobretudo, nos tópicos da aparência do interior do equipamento e dos espaços destinados à sociabilização e às demais atividades e da variedade destas mesmas atividades. Surpreendentemente as pessoas idosas utilizadoras da valência de lar afirmaram que a sua privacidade é respeitada e que detêm controlo e liberdade de escolha na gestão do seu quotidiano, embora se verifique a inexistência quase absoluta de quartos individuais, bem como o estabelecimento rígido dos horários das refeições e das actividades disponibilizadas, respectivamente. Finalizando, constatou-se ainda a existência de diversas instalações sanitárias desadequadas a pessoas idosas, assim, como a incapacidade de resposta dos equipamentos analisados perante a

procura atual por parte da população envolvente, embora a opinião dos utilizadores tenha sido assumidamente no sentido contrário.

Da observação direta dos casos de estudo verificou-se a existência de um só equipamento concebido especificamente para acolher pessoas idosas; tal realidade reflete grandemente inadequação dos espaços face às necessidades e expectativas dos seus utilizadores idosos. Isto tende a ser verdade na medida em que a maioria dos edifícios usados para centros de convívio, centros de dia e lares, entre outros, não foram desenhados em função das especificidades das pessoas idosas, o que se traduz, evidentemente, em contornos físicos e conceptuais rígidos e difíceis de modificar.

Pode por fim concluir-se, que os equipamentos para pessoas idosas existentes na cidade de Lisboa não se encontram preparados para acolher e dignificar a população idosa portuguesa, de acordo com uma perspetiva inclusiva do processo de envelhecimento, ou seja, respondendo e respeitando as suas necessidades e expectativas e promovendo, em simultâneo, uma atitude positiva perante a fase da velhice.

De referir que o estudo no qual se insere o capítulo aqui divulgado possui um carácter interdisciplinar e oportuno num domínio muito pouco explorado em Portugal em geral e pouco referenciado a nível académico, mais concretamente no curso de arquitetura. Se não agirmos brevemente em consonância com o inevitável fenómeno do envelhecimento e de acordo com uma conceção integradora das diferentes fases da vida, corremos o risco de criar mais ambientes arquitetónicos desigualitários e segregadores, incapazes de responder às necessidades e expectativas da população idosa. Não será com certeza este o cenário que desejaremos para a nossa velhice.

Referências bibliográficas

- Graça, D. (2015). “Arquitectura na (C)idade: Olhares e discursos em torno dos equipamentos para pessoas idosas na cidade de Lisboa”. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.
- INE (2011), “Censos 2011. Resultados Definitivos - Portugal”. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Normas para apresentação de originais da E-Revista:

ESTUDOS SOBRE A CIDADE

ESPAÇOS

VIVOS • CONSTRUÍDOS

Requisitos para a apresentação de originais:

1. Os artigos propostos deverão ser originais, comprometendo-se os autores a não os candidatarem em simultâneo a outra publicação.

2. Os textos devem ser formatados a espaço e meio (inclusive as notas e bibliografia) e corpo de letra 12. Devem ser enviados por e-mail (cidade.convive@gmail.com), com o ficheiro de texto em Word for Windows.

3. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 30.000 caracteres (com espaços), incluindo notas, bibliografia, quadros e figuras. Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo com um máximo de 650 caracteres, se possível traduzido em inglês. A seguir ao resumo devem ser acrescentadas três ou quatro palavras-chave. Cada artigo não deve ultrapassar um total de sete quadros ou figuras. Deve apresentar também um reduzido número de notas de rodapé.

4. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, preferencialmente sem numeração, ou com numeração árabe.

5. As transcrições deverão abrir e encerrar com aspas. Os vocábulos noutras línguas devem ser formatados em itálico.

6. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em quadros e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos.

7. Nas chamadas de nota de rodapé devem utilizar-se apenas números, sem parêntesis. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do artigo.

8. As referências bibliográficas das obras citadas devem obedecer às seguintes orientações:

a) Livro – Apelido, Nome Próprio (ano, ev. ref. da primeira edição),

Título do Livro: subtítulo, Local de edição: Editor.

b) Artigo em publicação periódica – Apelido, Nome Próprio (ano), “Título do artigo”: subtítulo, Nome da Revista, volume (número), páginas.

c) Textos em coletâneas – Apelido, Nome Próprio (ano, com ou sem ref. à primeira edição), “Título do texto”: subtítulo, em Nome Próprio e Apelido (org.), Título da Coletânea, Subtítulo, Local de edição: Editor, páginas.

9. Todos os trabalhos enviados devem:

a) conter a versão final do texto, pronta a publicar, devidamente revista de eventuais gralhas;

b) quando incluírem materiais gráficos, fazer-se acompanhar dos respetivos — no programa em que foram construídos — com indicação, no texto, dos locais onde devem ser inseridos. Todos os materiais gráficos devem ser concebidos em preto e branco ou em tons de cinzento. Os elementos extratexto (gráficos, mapas, gravuras ou fotografias) devem ser entregues em ficheiros autónomos devidamente identificados: os gráficos num só ficheiro Excel; outras figuras, em formato ‘.png’, ‘.jpg’ ou ‘.tif’, em ficheiro próprio único.

c) assinalar claramente as expressões a imprimir em itálico, ou a destacar por outra forma gráfica;

d) vir acompanhados de breve currículo do(s) autor(es), com indicação da formação académica e da situação profissional do(s) autor(es), bem como das instituições em que desenvolve(m) atividade e elementos de

contacto (endereços(s) de e-mail).

10. Os artigos propostos para publicação serão submetidos a parecer de especialistas das áreas científicas em causa, em regime de anonimato. A decisão final de publicação é da responsabilidade do conselho de redação.

REFEREES QUE PARTICIPARAM

Alexandra Lopes, ISFLUP

Fabiana Pavel, FAUL

Filipa Ramalhete, Universidade Autónoma de Lisboa

Hugo Farias, FAUL

João Mourato, ICSU

João Pernão, FAUL

Jorge Nunes, FAUL

José Crespo, FAUL

Luís Romão, FAUL

Paulo Moreira, London Metropolitan University

Susana Lobo, Departamento de AFCUC

Teresa Sá, FAUL

